



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MARIANA BANJA BEZERRA CORREIA

**AS NOTÍCIAS NA TV E OS PERSONAGENS:
uma análise das narrativas do Jornal Nacional e do Jornal da Record sobre
a nova lei de terceirização**

Recife

2018

MARIANA BANJA BEZERRA CORREIA

**AS NOTÍCIAS NA TV E OS PERSONAGENS:
uma análise das narrativas do Jornal Nacional e do Jornal da Record sobre
a nova lei de terceirização**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Orientador: Prof^o. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

C824n	<p>Correia, Mariana Banja Bezerra As notícias na TV e os personagens: uma análise das narrativas do Jornal Nacional e do Jornal da Record sobre a nova lei de terceirização / Mariana Banja Bezerra Correia. – Recife, 2018. 130f.: il.</p> <p>Orientador: Heitor Costa Lima da Rocha. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2018.</p> <p>Inclui referências.</p> <p>1. Teoria do Jornalismo. 2. Enquadramento. 3. Personagem. 4. Telejornalismo. 5. Terceirização. I. Rocha, Heitor Costa Lima da (Orientador). II. Título.</p> <p>302.23 CDD (22. ed.)</p>	UFPE (CAC 2019-67)
-------	--	--------------------

MARIANA BANJA BEZERRA CORREIA

**AS NOTÍCIAS NA TV E OS PERSONAGENS:
uma análise das narrativas do Jornal Nacional e do Jornal da Record sobre
a nova lei de terceirização**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 23/02/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Carla Patrícia Pacheco Teixeira (Examinadora externa)
Universidade Católica de Pernambuco

À minha mãe e ao meu pai, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes dois anos, esta página de *Agradecimentos* foi muito desejada. Na minha ingenuidade, achava que, neste momento, apenas tocaria a satisfação da missão cumprida, da realização pessoal, do fechamento do ciclo a que me propus. Não sabia eu que, neste intervalo, entre o ingressar no mestrado e encerrá-lo, ou seja, neste presente, poderia perceber que o desejo por esta folha tinha impregnado a dimensão ampliada e, por hora, inconsciente, de estar com o outro novamente. Foram tantos encontros nesta temporada! Revivo-os cada um, enquanto esta folha se enche de palavras-gente, a quem quero expressar minha gratidão.

Aos meus pais, Adélia e Isaias (Taíta), pelo apoio traduzido em formas de afeto e carinho no cotidiano. É impressionante como vocês são um poço sem fim de amor!

Ao meu parceiro de caminhada, Davi, por estar junto, celebrando cada passo desse mestrado comigo e me emocionando pela capacidade empática de se alegrar com a conquista do outro.

Ao meu irmão, Marcelo, por me ensinar sobre disciplina e perseverança nos estudos, e à minha cunhada, Eliz, por trazer leveza à nossa família. Obrigada por estarem comigo.

A Heitor (Prof. Dr. Heitor Rocha), obrigada pela imensa disponibilidade e entusiasmo em ensinar. Obrigada também pela paciência, transparência e competência. Atravessado o mar turbulento da adaptação a uma pós-graduação, em meio a tantas responsabilidades, com destaque à dupla jornada de trabalho, pude me conectar mais com as qualidades de tudo que oferece como orientador e pessoa. Foi/é uma alegria ser - mais uma vez - sua orientanda!

Agradeço ao corpo de servidores do PPGCOM/UFPE - Cláudia, Fernanda e Zé -, pelo bom convívio e por cuidarem tão bem das burocracias atinentes a esse processo. Agradeço ao colégio de professores, que sustenta um programa de indiscutível qualidade, e, em especial, aos que pude trocar mais de perto nas disciplinas: Heitor, por óbvio, Vizeu, pelas valiosas contribuições ao longo desta pesquisa, e as professoras Isaltina e Karla, alegres surpresas. Há ainda o professor Marcos Costa Lima, com quem pude contar na qualificação deste material. Sou grata ainda aos colegas, seja do grupo de extensão/pesquisa ou das cadeiras cursadas, pelas boas trocas que tivemos e pelas que ainda vamos ter! Cumplicidade e leveza! Tem ainda os alunos que comigo estiveram no estágio docência!

Obrigada aos meus colegas de Ministério Público do Trabalho (MPT), pelo incentivo e generosidade nesses tempos. No nome de Ju Castanha, registro meu carinho aos colegas das Ascoms que me incentivaram nestes dois anos. A Wal só posso continuar sendo grata pela

amizade cheia de alegria e fé na vida, um motor de garra para todos os dias. Por meio dela, estendendo meu agradecimento aos demais servidores do órgão que cruzaram esta jornada junto a mim.

Não poderia esquecer das minhas chefias imediatas. Dr. Lafázio, Dra. Adriana e Dra. Lívia, muito obrigada pela confiança e apoio administrativo durante as necessidades de compatibilização que surgiram neste caminho! Obrigada também às Dras. Jailda e Vanessa e aos Drs. Adilson e Ulisses por sempre incentivarem, cada um ao seu modo, esse processo de aprendizagem. Devo ainda lembrar dos estagiários com quem pude contar nos últimos dois anos: Kamilla e Rafael.

Gratidão aos meus amigos do Pathwork, em especial Guilherme e Rogéria. Obrigada a Lígia, por estar comigo em importantes passos do meu amadurecimento profissional. Ana, Adri, Carlota, Celso, Ju Salamé, Mila, Lau, Guenes, Tita, Mi, Herta, obrigada pela escuta amorosa sempre que preciso.

Obviamente, não poderia deixar de agradecer à vida, que tem me dado tanto. Grande Mistério, Deus, Nossa Senhora, mestres e guias, seres de luz que me acompanham, obrigada pela presença em amor e em sabedoria.

Por fim, obrigada a todos que não foram listados, mas que dividiram esta jornada comigo. Sim, sempre houve alguém junto, confirmando esta que é a maior certeza desse trabalho, que se assemelha com a da vida, me parece: é no espaço com o outro, no contato, na intersubjetividade compartilhada, que construímos e reconstruímos o viver. E que a predisposição para o entendimento, para o diálogo, faz de nós seres ainda mais potentes, para transformar nossas realidades, sejam elas quais forem.

RESUMO

O personagem está presente em toda e qualquer narrativa. Genericamente, assume a função de criar pontes comunicativas entre o autor/narrador e receptor, compartilhando intersubjetividades. No jornalismo, especificamente, ganha uma missão mais ampla e particular: existe, primeiro, como necessidade inerente ao relato; e, segundo, daí já com seu lugar sedimentado como valor-notícia, torna-se o interessante elemento de humanização, comprovando a máxima de que o humano se interessa por aquilo que lhe constitui. A reflexão sobre o papel dos personagens nos relatos noticiosos, então, torna-se o principal objetivo deste trabalho, em que se propõe uma classificação para eles conforme as finalidades que adquirem nos contextos narrativos. Opta-se pelo gênero do telejornalismo, dada a centralidade da televisão na vida dos brasileiros, sendo analisados os Jornais Nacional e da Record, os mais vistos do país. Foram selecionadas edições circundantes ao evento de aprovação da nova lei de terceirização, tema relevante para o debate público, que tem no jornalismo lugar central. É na análise dessas narrativas, portanto, com destaque para os personagens, que se pôde compreender ainda mais a respeito da dimensão de uma comunicação sistematicamente distorcida, diante de uma cobertura que forja um clima de conformidade, ausente de conflitos, sobre o assunto, reverberando, de certo, naquilo que experimentamos por cidadania e democracia.

Palavras-chave: Teoria do Jornalismo. Enquadramento. Personagem. Telejornalismo. Terceirização.

ABSTRACT

The persona is present in each and any narrative. Generically speaking, he assumes the role of creating communicative bonds between the author/narrator and the receptor, by this way sharing intersubjectivities. In journalism, specifically, the persona assumes a larger and a more particular mission: he exists, at first, as an inherent need of the report; and, in the second place, having his spot sedimented as a news value, he becomes an interesting element of humanization, thus testifying the dictum that the human being is interested in those things that constitutes himself. The reflection concerning the personas' roles in newsy reports, thus, becomes the main goal in this work, which proposes a classification for such reports according to the objectives to which they acquire in the narrative contexts. Here is chosen the telejournalistic gender, given the centrality the television assumes in Brazilians' lives, being analyzed the *Jornal Nacional* (National Journal) and the *Jornal da Record* (Record's Journal), the two most watched in the country. It was selected editions around the day of approval of the current outsourcing law, a relevant theme in the current public debate that has a central place in the news. Therefore, it is by analyzing such narratives, with a special state to its personas, that one can comprehend the dimension of a systematically distorted communication, face a journalistic coverage that imposes an all-accepting, non-critical mood, which echoes, for sure, in what we tend to live as citizenship and democracy.

Keywords: Journalism Theory. Framework. Persona. Telejournalism. Outsourcing.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Análise Geral – Jornal Nacional	94
Tabela 2 -	Análise Geral – Jornal da Record	94
Tabela 3 -	Detalhamento por entrevistado – Jornal Nacional	95
Tabela 4 -	Detalhamento por entrevistado – Jornal da Record	98

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O ESTUDO DA NARRATIVA, A PRAGMÁTICA E O JORNALISMO.....	19
2.1	O DESAFIO DO COMPLEXO COMUNICATIVO	19
2.2	A PRAGMÁTICA E A COMPREENSÃO.....	22
2.3	A PRAGMÁTICA NO JORNALISMO E O INTERESSE PÚBLICO	32
2.4	A NOTÍCIA COMO GÊNERO NARRATIVO E SUA ESTRUTURA	37
3	O ELEMENTO PERSONAGEM	42
3.1	A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA LITERÁRIA	42
3.2	O PERSONAGEM NO (TELE)JORNALISMO.....	48
3.3	O PERSONAGEM COMO VALOR-NOTÍCIA.....	52
3.3.1	Como se configuram os personagens nas notícias	56
3.4	CLASSIFICAÇÃO PARA OS PERSONAGENS	60
4	A TELEVISÃO NO BRASIL E OS JORNAIS NACIONAL E DA RECORD ...	63
5	TERCEIRIZAÇÃO	69
5.1	HISTÓRICO	69
5.2	CONCEITO JURÍDICO.....	71
5.3	VISÕES	72
5.4	APLICAÇÃO DA LEI	73
5.5	UMA NOVA LEGISLAÇÃO	75
5.5.1	Contexto político.....	75
5.5.2	Contraponto ao projeto.....	77
6	ANÁLISE	83
6.1	METODOLOGIA.....	83
6.2	ESTUDO DO <i>CORPUS</i>	92
6.3	DISCUSSÃO	99
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
	REFERÊNCIAS	122

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho *As notícias na TV e os personagens: uma análise das narrativas sobre a nova lei de terceirização no Jornal Nacional e no Jornal da Record* surge de uma série de inquietações ligadas, direta e indiretamente, ao campo da comunicação. Tensionamentos que, por sua vez, se revelam nos capítulos que seguem, não esgotando os temas-chave, mas apontando, humildemente, contribuições e perspectivas às problemáticas deste projeto.

De certo modo, muitas perguntas acerca do problema – ou, melhor dizendo – do desafio de pesquisa foram feitas ao longo destes dois anos de mestrado. As principais delas, que nos acompanharam bravamente, até este momento final, são: Como a narrativa jornalística assimila a dimensão de personagem?; De que maneira o telejornalismo compreende o personagem e como o utiliza?; Como os dois principais telejornais do país narraram a aprovação e a sanção da nova lei de terceirização, que tem impacto significativo na vida de milhões de brasileiros e brasileiras?; Como essas narrativas se relacionaram com o elemento personagem?; Como e de que forma os personagens podem constituir um jornalismo mais perto do público e da cidadania, dentro de uma perspectiva que compreende a comunicação, logo o desafio da compreensão, à luz da teoria pragmática da linguagem?.

Dentro destes questionamentos, percebemos, antes de tudo, o vulto do eixo relacionado à narrativa e à linguagem, como grande guarda-chuva do pensar o (tele)jornalismo. É por ele que começamos nosso trabalho, no capítulo 1. É na narrativa que todos os desafios começam. Ela fez-se presente desde que a humanidade deixou de se integrar através de sons e gestos e passou a regular sua vida social como *homo sapiens* por meio de símbolos com significado idêntico, ou seja, do manuseio de um universo simbólico, tendo a linguagem como dimensão normativa e civilizatória.

Como afirma Motta (2013, p. 17), “vivemos mediante narrações”. É por meio delas que a civilização se constituiu. Estão presentes em várias formas de relatos – mito, lenda, fábula, conto, novela, pintura, vitral, cinema, quadrinhos, conversação e, claro, nas notícias. É por meio da narrativa que

a linguagem objetiva as experiências partilhadas e torna-as acessíveis a todos dentro da comunidade linguística, passando a ser assim a base e o instrumento do acervo coletivo de conhecimento. Ainda mais, a linguagem fornece os meios para a objetivação de novas experiências, permitindo que sejam incorporadas ao estoque já existente do conhecimento, e é o meio mais importante pelo qual as

sedimentações objetivadas são transmitidas na tradição da coletividade em questão. (BERGER; LUCKMANN, 2004 p.96)

A compreensão da narrativa, independentemente do seu gênero discursivo, passa pelo reconhecimento dos estágios de projeção de encadeamentos. Esse entendimento acontece ao se estruturar uma gramática comum, de modo a desvendar o seu discurso. O escopo básico para a clareza são os códigos, a estrutura formal, constituída por um feixe de categorias semânticas redundantes, organizadas num sistema próprio. Todos esses elementos devem interagir em harmonia com o contexto sociocultural, para que os sentidos do texto narrativo sejam construídos de modo coerente pela coletividade.

Nessa perspectiva, as narrativas se constituem como uma forma de representação social, devendo ser vistas como o caminho por onde o discurso é revelado ao mundo exterior ao do narrador, sobretudo na sociedade *mediatizada*, quando as narrativas noticiosas assumem maior relevo, pois consistem em práticas essenciais dentro do processo de sociabilidade. “Representar é colocar algo no lugar do outro, criar um símbolo que é tomado como o próprio outro” (MOTTA, 2013, p. 32).

É por meio das narrativas que trocamos com o outro e que o mundo vai se construindo, em um eterno (re)apresentar-se. E é também neste cenário que se situa a complexidade da linguagem e da compreensão, dada no instante da fusão de horizontes da intersubjetividade. Aqui partimos do entendimento de que as narrativas estão impregnadas de marcas, seja dos seus sujeitos, dos contextos situacionais e concretos, da história ou, claro, das intencionalidades.

Especificamente, ao falarmos da comunicação jornalística, midiática, estas últimas ganham força, considerando que há fortemente a presença de marcas ideológicas nos discursos, sobretudo porque as mensagens atravessam vários níveis (jornalistas/repórteres, chefes de redação, donos das empresas, grupos políticos e econômicos, etc.). Mas,

como ainda somos assombrados pelo fantasma dos mitos positivistas da neutralidade axiológica e avaloratividade científica, que apresentam uma extraordinária capacidade de persistirem através dos convencionalismos nos meios científicos (Honneth, 1999), temos certa dificuldade em creditar essas estratégias ideológicas ao obscurantismo e muito frequentemente consideramos a sua denúncia como paranoia da teoria da conspiração. (VIZEU; ROCHA, 2012, p. 98)

Trazer essa marca, logo neste início, ao contrário do que se pode pensar, não nos distancia da ciência: nos aproxima. Torna-nos mais próximos exatamente por rompermos com as tradições

positivas que persistem em impor, em um primeiro plano, uma visão asséptica da ciência, uma espécie de perfeito blindado a qualquer ideologia, como se, ao dizer isso, já não o fosse uma, aquela de uma verdade incontestável, quase que por razões naturais; e, em segundo momento, que, por esta razão, instrumentalizando a razão ao nível máximo, sugere algo impossível: o distanciamento da existência da nossa própria subjetividade.

Isto posto, resta também antecipar que nos filiamos às contribuições da teoria pragmática da linguagem, que afirmam que todo ato de fala está marcado por intenção, por um contexto comunicacional. É preciso dizer que tal enfoque está contido nos estudos da teoria pragmática da linguagem, iniciados por Pierce e continuados por William James e Charles W. Morris.

Esses cientistas têm o mérito de nos apresentar a possibilidade de relativização da verdade diante daquilo que se apresenta como possibilidade de conhecimento de fato de um discurso, o que é um grande feito para a ciência. Seguiremos, pois, essa direção a partir das leituras realizadas por Morin (1999), Gadamer (1999), Habermas (1997), Austin (1990), Rodrigues (1993), Motta (2004) e Silva (2011).

Vizeu e Rocha (2012) relembram que

o pragmatismo atraiu interpretações equivocadas para as quais contribuiu o sentido cotidiano do termo, sugerindo uma orientação para a satisfação de necessidades imediatas, que ignora princípios teóricos ou morais e trata as características dadas da situação simplesmente como parte de um cálculo utilitarista. Uma distorção parecida com a aplicada contra Maquiavel no termo maquiavelismo. (VIZEU; ROCHA, 2012, p. 104)

Chega-se, enfim, ao argumento de validade para se estudar as narrativas jornalísticas enquanto um dos seus gêneros e os contextos de linguagem. Ainda no capítulo 1, abre-se espaço para notar, exatamente porque já está posto o jogo de intencionalidade, as disputas e os acirramentos no gênero. A narrativa jornalística, a saber, é o espaço dos conflitos, das intrigas, como diz Motta (2010; 2013).

Para o autor, o conflito é uma metacategoria da notícia, pois entende que ela é o lugar daquilo que está fora da ordem, por isso se constitui como fato noticioso, acontecimento extraordinário. Por irromper a ordem do instituído é assim situada. Nesta problemática, soma-se o pressuposto da objetividade jornalística, que deixa esta narrativa ainda mais peculiar.

Importante também dizer que a pragmática, como veremos mais à frente, tem junto a si o paradigma construtivista, no qual, ao nosso ver, deve estar contido o campo do jornalismo.

Acreditamos que o paradigma construtivista tem o mérito de propiciar um aprofundamento significativo dos estudos na área do jornalismo capaz de expor e esclarecer o papel central e estratégico que este campo desempenha na definição dos sentidos e ideologias que orientam a ação das pessoas na sociedade contemporânea, particularmente através do telejornalismo. (VIZEU; ROCHA, 2012, p. 107)

Na sequência, complementarmente, o capítulo 2 apresenta reflexões acerca do personagem, visto como elemento estruturante das narrativas, de modo geral e específico ao (tele)jornalismo. Como o elemento é presente em todo gênero narrativo, resgatamos sua história pelos aportes da teoria literária. Isso, além de honrar um percurso natural do seu desenvolvimento, nos possibilita uma das sínteses mais importantes a que chegamos, fundamental para as análises e considerações neste trabalho.

Ela está relacionada à dimensão instrumental que o jornalismo estabelece com os personagens, a fim de ocultar as marcas de intencionalidade nas narrativas. Em suma, em torno do personagem há importantes preceitos para o jornalismo, que se relacionam sem desvios com a objetividade e a imparcialidade.

Também o percebemos como valor-notícia, resgatando os estudos de Wolf (1985), que demonstram em que circunstâncias alguém se torna preponderante para a conversão de um acontecimento em notícia. A partir daí, passamos a propor uma classificação funcional para os personagens, como qualidades a serem verificadas nas narrativas. Este é um desafio para o qual nos lançamos, diante da relevância que percebemos emergir, durante o estudo, aos personagens no contar histórias. Essa classificação será usada outrossim como um dos itens de análise, conforme explica-se no capítulo de análise.

Resgatando a dimensão da sociedade *mediatizada*, informamos ao leitor a nossa escolha pelo estudo das narrativas na televisão, em especial do gênero telejornalístico e do subgênero telejornal. Essa opção tem lastro na centralidade da TV na vida da sociedade brasileira. É o tema do capítulo 3.

Para se ter uma ideia, a televisão está presente em 97,2% dos lares no país, consoante a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013¹ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela TV, grande parte da população se diverte, se informa e constrói sua dimensão de realidade. Tamanha expressividade é reforçada pelas informações trazidas na Pesquisa

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acesso em 31 de março de 2017. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>.

Brasileira de Mídia (PBM) 2016²: a televisão segue como meio de comunicação predominante no país. Encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a pesquisa revela que a TV é o meio de comunicação mais acessado pelos entrevistados, sendo mencionada pela quase totalidade da amostra.

Pouco mais de três quartos dos entrevistados assistem TV todos os dias da semana. O acesso é mais frequente entre segunda e sexta-feira, e o tempo médio de acesso supera as três horas diárias. As emissoras da TV aberta são as mais assistidas, principalmente a Rede Globo. (PBM, 2016, p. 33)

Nesse contexto, portanto, é que se insere a relevância do telejornalismo como objeto de estudo. “O telejornalismo ao interpretar a realidade social contribuiria para tornar o mundo mais compreensível para homens e mulheres” (VIZEU; ROCHA, 2012, p. 91).

Equipamento símbolo da contemporaneidade e da sociedade midiaticizada, a televisão realiza, através do gênero jornalístico, inquestionavelmente, de maior público – o telejornalismo –, a articulação das diversas esferas públicas setoriais numa ampla esfera pública desencaixada das limitações de espaço e tempo como nenhum outro veículo anterior e até mesmo como o webjornalismo apresentado pela rede mundial da internet ainda não consegue articular devido às limitações de sua base social. (VIZEU; ROCHA, 2012, p. 97)

É através dele, como demonstra a PBM, que se tem acesso às notícias de forma mais barata, cômoda e confiável.

Também foi avaliado, no presente estudo, o grau de confiança nas notícias que circulam nos diferentes meios de comunicação; mais da metade dos entrevistados que assistem TV confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esse meio. (PBM, 2016, p. 33)

Assim, se, por um lado, há a validade comprovada pelos números sobre a centralidade da televisão na sociedade brasileira, deve-se abordar sua importância qualitativa, em especial no que toca aos telejornais, dado o poderio político-econômico-simbólico que a grande maioria das emissoras detém, com destaque para as comerciais. Em seu recente ensinamento, o professor Flávio Porcello (2016), no estudo *A influência política nas relações de poder mediadas pela TV no Brasil*, sinaliza que

nos 66 anos em que vê televisão, o Brasil teve 17 presidentes, incluídos aí os cinco generais do período da ditadura militar. Sete deles não concluíram seus mandatos, ou seja, mais de um terço dos presidentes da República deixaram o cargo antes de completar seus mandatos. Um em cada três. O telejornalismo teve papel decisivo

² Pesquisa Brasileira de Mídia. Acesso em 31 de março de 2017. <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>.

tanto nas campanhas eleitorais quando elas aconteceram pelo voto direto do povo como nos governos militares quando os generais eram escolhidos por seus pares na cúpula militar e mesmo assim respaldo na cobertura midiática sobre seus governos. E teve papel decisivo, também, nos golpes militares ou institucionais que derrubaram presidentes e governos. (PORCELLO, 2016, p. 107)

Assim, reafirmamos o recorte da televisão como meio e a constituição do *corpus* a partir de edições do Jornal Nacional e do Jornal da Record, os dois telejornais com maiores audiências no país, respectivamente.

Na sequência, no capítulo 4, seguem as considerações sobre a nova lei de terceirização. Antes de falar dela, contudo, priorizamos um breve histórico, para apresentar as condições de aparecimento enquanto forma de organização do mundo do trabalho. Dessa forma, é possível perceber como o estatuto está atrelado às readequações do capitalismo pós-crise estrutural (1970) e como ele é central na reconfiguração das relações de trabalho.

A nítida vinculação aos modelos econômicos do capital possibilita que os conceitos jurídicos, o contexto brasileiro e as visões sobre a nova lei sejam melhor compreendidos ao longo da seção. Achamos importante trazer, inclusive, uma série de argumentos, nacionais e internacionais, como contraposições à perspectiva governamental às benesses da lei. Esta outra perspectiva é um bom norte para vislumbrar possíveis conflitos nas matérias estudadas, assim pensamos.

No capítulo 5, *Análise*, está manifesto o método para o estudo das edições dos telejornais. Sobre este, optamos por um pluralismo de metodologias, enfatizando o suporte da comparação e da análise de conteúdo. Ainda recorremos ao apoio de classificações sobre as fontes, a exemplo de Lage (2001) e Habermas (1997), e aos movimentos da análise pragmática da narrativa de Motta (2013;2017).

Ao todo, na metodologia, está posta a escolha pelo *corpus* do que chamamos de “ciclo recente” da nova lei de terceirização. Sim, porque como está evidenciado no capítulo de terceirização, as tentativas de impor uma nova regulação para o tema surgiram há mais de 20 anos no Congresso Nacional.

A opção pelas narrativas mais recentes ainda tem nossa justificativa pelo momento que passa o país. Passado o golpe político-parlamentar e midiático ao mandato da presidente eleita Dilma Rousseff, que ainda afeta fortemente a democracia brasileira, pode ser listada uma série de medidas alinhadas aos grupos neoliberais e conservadores, cujos efeitos já são sentidos pelos

trabalhadores e mais pobres. Não é sem razão que as áreas mais afetadas têm sido o próprio mundo do trabalho (com crescimento da informalidade; aumento do subemprego; novas leis), da educação (com cortes nas universidades federais), da saúde e assistência social (proposta de reforma da previdência; fechamento de farmácias populares; terceirização de unidades de saúde, etc.).

Sendo assim, não podendo desconsiderar este cenário, escolheu-se o ciclo de 11 edições, de cada um dos jornais, que começam no dia anterior à aprovação da nova lei pela Câmara dos Deputados, indo até o dia seguinte à sanção presidencial. Criamos ainda um modelo de ficha para que pudessem as narrativas serem melhor analisadas, evidenciando pontos de destaque ao assunto da nova lei de terceirização.

No mesmo capítulo, apresentamos o estudo do *corpus*, ficando evidente durante esse processo, considerando todos os pressupostos que antecedem-na (perspectivas intencionais da linguagem, a ideia de uma comunicação sistematicamente distorcida, da natureza do jornalismo como lugar da intriga, da forma como está estruturada a comunicação eletrônica brasileira), como, pela clivagem ideológica, o telejornalismo como forte instrumento de manipulação da consciência da audiência, para beneficiar interesses da estrutura de poder dos grupos que controlam o aparelho de Estado e as grandes corporações do mercado.

É clara a exclusão de temas e reivindicações da maioria da sociedade, especialmente dos intelectuais, artistas, professores, estudantes e indivíduos de uma maneira geral que se posicionam contra a ideologia dominante. Nesse caso específico, em que se observam as narrativas sobre a terceirização, é importante perceber o prévio contido nesta: a tensão capital x trabalho. Há um claro confronto, evidenciado mais ainda pelo que está/foi silenciado, entre os interesses das elites e da estrutura de poder e os interesses da classe trabalhadora e da periferia.

Em *Direito e Democracia* (1990), Habermas já alerta para a mídia como um “quarto poder”, crescente da necessidade de regulação e inserto em uma rede de complexidade, que envolve uma grande concentração de capital, que, segundo ele, tende à “centralização dos meios de comunicação” (HABERMAS, 1990, p. 109).

Em geral, é possível dizer que a imagem da política construída pela televisão compõe-se de temas e contribuições que já foram produzidos para a publicidade e lançados nela através de conferências, esclarecimentos, campanhas, etc. Os produtores da informação impõem-se na esfera pública através de seu profissionalismo, qualidade técnica e apresentação pessoal. Ao passo que os atores coletivos, que operam fora do sistema político ou fora das organizações sociais e associações, têm normalmente menos chances de influenciar conteúdos e tomadas de posição dos grandes meios. Isso vale especialmente para opiniões que extrapolam o leque de opiniões da grande mídia eletrônica,

‘equilibrada’, pouco flexível e limitada centristicamente. (HABERMAS, 1990, p. 109-110)

A discussão e as demais problematizações teóricas dos resultados finalizam o capítulo. Aqui não poupamos as contribuições dos anos de estudo, em especial das disciplinas estudadas no mestrado. Destaque para as teorias do jornalismo e para as contribuições de Tuchman (1993), Hall (1999), McCombs (2009), Traquina (1993), Molotch e Lester (1993), Ross (2008), Park (2008), Noelle-Neumann (2003), entre outros.

Por último, as *Considerações Finais*, em que expomos os resultados obtidos na dissertação que apontam para novas reflexões a serem feitas pelos que se interessam pelas temáticas das narrativas, do jornalismo, dos telejornais, do personagem nas narrativas noticiosas, da democratização dos meios de comunicação e dos desafios que são impostos a todos para o exercício da cidadania e da democracia. Sim, parece que, de algum lugar, voltamos as perguntas que esposamos na abertura desta *Introdução*. Em parte, sim, mas estas são feitas e pré-respondidas de um outro lugar, a saber nas páginas que sucedem.

2 O ESTUDO DA NARRATIVA, A PRAGMÁTICA E O JORNALISMO

2.1 O DESAFIO DO COMPLEXO COMUNICATIVO

A compressão da narrativa, como demos a entender, está na junção de horizontes linguísticos e extralinguísticos. Esses são, pois, os pressupostos mais genéricos apresentados pela teoria pragmática da linguagem. Se, por um lado, a estrutura da língua é fundamental, percebê-la em seu contexto de uso é essencial para qualquer processo comunicativo, o que inclui, de certo, o jornalismo. Em síntese, o que propomos dentro dessa composição é pensar que, de fato, não existe uma comunicação livre de subjetividades e contextos, bem como de intencionalidades. Intencionalidades essas que se articulam, todo o tempo, para garantir seus interesses.

Tal entendimento, cerne do olhar pragmático moderno em relação à linguagem, coloca a ciência distante das teorias e ideias positivistas, presentes ao mundo científico mais fortemente até meados do século passado. A guinada pragmática nas ciências, o que envolve os estudos de linguagem e de comunicação, abre espaço para o paradigma construtivista. Nele, em contraposição às certezas positivistas, tem-se a construção de um conhecimento científico cujo norte não é a corrida pela verdade infalível, mas por uma sempre passível de verificação dentro de certos parâmetros compartilhados pela comunidade de comunicação no ambiente intersubjetivo da linguagem.

Pode-se afirmar, inclusive, que tal perspectiva apresenta uma nova e mais humana dimensão da própria natureza do homem, que, em mais este nível de percepção sobre sua experiência concretamente situada, recondiciona a própria produção de conhecimento. Não há previamente uma separação entre o homem e seu objeto de pesquisa. Este, tal como o outro, está inserido em circunstâncias históricas e comunicacionais específicas. Toda elaboração está historicamente contida e, invariavelmente, se está diante de um cenário relativo e ponderável, o que, de fato, não remete ao outro extremo, a um relativismo absoluto.

Assim, a pragmática, quando trata dos usos da linguagem, impõe refletir sobre as naturezas linguística e extralinguística dos enunciados, a dinamicidade dos fenômenos e interpretações, a relevância do contexto, as marcas ideológicas de um tempo e um espaço, a inter-relação entre os sistemas e, claro, o sujeito como agente no ato comunicativo, seja ele emissor ou receptor.

Diante de tantas variáveis, no entanto, seria possível pensar, em primeiro plano, pela impossibilidade da compreensão entre os sujeitos, por exemplo. Como lidar com um universo em

que transladam tantas variáveis de caráter subjetivo? Talvez o elemento mais objetivo de que falamos até agora seja de fato a língua estrutura, mas, conforme já se salientou, não é suficiente para o entendimento. Sem escapismos, estamos diante da problemática da compreensão, que é, antes de tudo, uma problemática da comunicação, independentemente do que se deseja compartilhar.

A pragmática, então, na sua gênese, qualifica o uso da linguagem como algo complexo. Essa complexidade, enquanto paradigma científico, inclusive, tem em seu pensamento a possibilidade para uma melhor compreensão dos problemas humanos, por estar comprometida a unir e não a separar. Etimologicamente, a palavra deriva de *complexus*, cujo significado é “o que se tece junto”.

Segundo Morin (1999), durante bastante tempo, a ciência ocidental foi reducionista, ignorando a realidade multidimensional da vida, quando vários aspectos estão se relacionando simultaneamente.

Vivemos numa realidade multidimensional, simultaneamente econômica, psicológica, mitológica, sociológica, mas estudamos estas dimensões separadamente, e não umas em relação com as outras. O princípio da separação torna-nos talvez mais lúcidos sobre uma pequena parte separada do seu contexto, mas nos torna cegos ou míopes sobre a relação entre a parte e o seu contexto. (MORIN, 1999, p. 20)

Nessa perspectiva de separatividade, ignora-se a dimensão sistêmica dos fenômenos como produtores de experiências que transcendem a noção do todo, este sendo aquele que se imagina se saber por investigarmos apenas as partes, por termos nos tornado grandes especialistas de saberes unitários, como se realmente o todo fosse a soma das partes. A filosofia pascoalina, cuja máxima afirma que a parte está contida no todo e que o todo contém todas as partes, não está necessariamente errada, mas se mostra insuficiente, na perspectiva de Morin.

A não completude dessa apreensão reside sobretudo por ignorar o que de complexo há no atrito entre as partes. O que se julga o todo como soma das partes não compreende as infinitas possibilidades que as partes podem gerar dentro de um todo, sempre em expansão e infundável.

A noção de complexo da ciência e do conhecimento nos desloca para o que o autor chama de complexidade da incerteza, presente nesse *quantum* sempre indecifrável. Isso, por óbvio, é uma grande desconstrução da ideia que se tinha de ciência, fincada nas bases rígidas do positivismo. A falibilidade é uma conquista das revoluções científicas da contemporaneidade, que possibilitou que

se passasse a se trabalhar com hipóteses, abrindo mão de preceitos reducionistas, deterministas, abstratos.

Não se trata, de forma alguma, de um pensamento que expulsa a certeza com a incerteza, a separação com a inseparabilidade, a lógica para autorizar-se todas as transgressões. A *démarche* consiste, ao contrário, num ir e vir constante entre certezas e incertezas, entre o elementar e o global, entre o separável e o inseparável. Ela utiliza a lógica clássica e os princípios de identidade, de não-contradição, de dedução, de indução, mas conhece-lhes os limites e sabe que, em certos casos, deve-se transgredi-los. Não se trata portanto de abandonar os princípios de ordem, de separabilidade e de lógica – mas de integrá-los numa concepção mais rica. Não se trata de opor um holismo global vazio ao reducionismo mutilante. Trata-se de repor as partes na totalidade, de articular os princípios de ordem e de desordem, de separação e de união, de autonomia e de dependência, em dialógica (complementares, concorrentes e antagônicos) no universo. (MORIN, 1999, p. 35)

O complexo apresentado por Morin, portanto, traz junto um conhecimento que utiliza da abstração, mas faz menção a um contexto. “O pensamento complexo é, portanto, essencialmente aquele que trata com a incerteza e consegue conceber a organização. Apto a unir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo a reconhecer o singular, o individual e o concreto” (MORIN, 1999, p. 36).

Ao passo que se entende a complexidade da construção de conhecimento, reforçamos a dimensão profunda da compreensão, situada e somente possível através da comunicação, também ato complexo, pelo já sinalizado acima com base nos parâmetros da teoria dos usos pragmáticos da linguagem. Traduzindo bem isso, Morin fala que se está em contato com uma dupla complexidade: em um nível toca-se a complexidade externa, enquanto ciência de organização do comum, em menção a Sodré (2014); e, em um segundo momento, resta a complexidade de se processar este comum dentro do seu próprio logos, em um movimento interno, que depois retornará ao externo, em uma contínua retroalimentação.

Ademais ao já posto até o momento, faz-se necessário somar e aprofundar um dos aspectos mais peculiares da guinada pragmática na linguagem: a ideia de que todo ato de fala é uma ação, marcado por intencionalidade.

Todo ato comunicativo é um processo dinâmico, um jogo dialético de co-criação de sentidos entre um sujeito emissor e um sujeito destinatário. Um princípio de contrários, um jogo entre efeitos pretendidos e resultados alcançados. Um jogo entre aquilo que o emissor diz explicitamente, ou as intencionalidades implícitas no seu ato de fala por um lado, e, por outro lado, as interpretações lineares ou criativas que o receptor destinatário leva a cabo no seu ato de leitura. Em todo ato comunicativo, o emissor transmite parte do seu conteúdo de forma explícita, parte

de forma implícita. Da mesma maneira, o destinatário interpreta a mensagem, parcialmente, através de seus conteúdos literais, e, parcialmente, através de estímulos implícitos, sugeridos pelo enunciado. Mas, o destinatário acrescenta, recria a partir de suas próprias perspectivas. Há em todo ato comunicativo uma confrontação entre a estrutura de sentido produzida pelo emissor em sua manifestação e os modelos de mundo do leitor (mundos possíveis). (MOTTA, 2004, p. 119)

Efetivamente, essa referência gera um novo tipo de entendimento para as trocas comunicativas, tendo clara aplicação nesta pesquisa, pelo que se concebe por jornalismo e seu papel social, bem como pela forma que são constituídas as narrativas e seus personagens, a serem tratados em capítulos futuros. É nesse cenário que se instaura o desafio comunicativo da compreensão.

2.2 A PRAGMÁTICA E A COMPREENSÃO

O olhar pragmático e construtivista também direciona a problemática da comunicação para o desafio da compreensão, considerando que a este estudo interessa refletir mais especificamente sobre o jornalismo e suas narrativas. É função da pragmática – universal – identificar e reconstruir condições universais de possível compreensão mútua, como assevera Habermas (1996).

Assim, parte-se para a definição da palavra *compreensão*. Ela vem de *comprehensio*, *comprehensionis*, cuja forma latina é composta da preposição *cum* (com – em companhia de) e do verbo *prehendo*, que é agarrar, apanhar. Quem compreende apanha para si um significado ao mesmo tempo que o torna comum (*cum*), comunicando-o, por estar “em companhia de”.

Em seu projeto hermenêutico, Gadamer (1999), confrontando a hermenêutica tradicional, afirmou a existência de uma hermenêutica universal. Ele diz que a compreensão é comportamento típico do homem ser no mundo dado que a experiência humana não é possível fora deste espaço.

Notadamente influenciado por Heidegger, Gadamer traz a noção de uma estrutura prévia da compreensão, composta por um *background* em que é influenciador direto o contexto histórico, social e cultural. Há uma pré-compreensão antes da compreensão. Evidencia-se aqui o componente preconceito, como “condição da compreensão e, por conseguinte, da comunicação” (SILVA, 2011, p. 221).

Os preconceitos não são necessariamente injustificados e errôneos, de modo que dissimulassem a verdade. Na verdade, a historicidade da nossa existência implica que os preconceitos constituem, no sentido etimológico do termo, as linhas de orientação prévia que tornam possível a nossa experiência. Eles são predisposições da nossa abertura ao mundo, condições que permitem que

tenhamos experiências e que aquilo que encontramos nos diga algo. (GADAMER, 1999 *apud* SILVA, 2011, p. 221)

Os preconceitos, como condição de qualquer possibilidade interpretativa, remetem à dimensão de tradição e de autoridade. Para Gadamer a tradição seria a base do conhecimento e estaria ligada com a “ação da história” e “história dos efeitos” na vida das pessoas. E, nesse sentido, a compreensão é dada dentro do processo histórico.

Desse modo, o sentido da pertença, isto é, o momento da tradição no comportamento histórico-hermenêutico, realiza-se através da comunidade de preconceitos fundamentais e sustentadores. A hermenêutica tem de partir do fato de que quem quer compreender está vinculado com a coisa em questão que se expressa na transmissão e que tem ou alcança uma determinada conexão com a tradição a partir da qual a transmissão fala. Por outro lado, a consciência hermenêutica sabe que não pode estar vinculada à coisa em questão, ao modo de uma unidade inquestionável e natural, como se dá na continuidade ininterrupta de uma tradição. Existe realmente uma polaridade entre familiaridade e estranheza, e nela se baseia a tarefa da hermenêutica [...]. (GADAMER, 1999, p. 442)

Já com relação à autoridade, Gadamer diz que ela “é a culpada de que nós não façamos uso da própria razão” (1999, p. 416). O filósofo cita o marco da reforma protestante como um evento que faz florescer na hermenêutica uma perspectiva de uso correto da razão na compreensão desta.

A distinção se baseia, portanto, numa oposição excludente de autoridade e razão. O que é digno de se combater é a falsa e prévia aceitação do antigo, das autoridades. (...) Nem a autoridade do magistério papal nem o apelo à tradição podem tornar supérflua a atividade hermenêutica, cuja tarefa é defender o sentido razoável do texto contra toda imposição. (GADAMER, 1999, p. 416 e 417)

Nesse momento, registra-se que se nota o diálogo entre Gadamer e Morin. Se a complexidade para este é algo autônomo e, ao mesmo tempo, dependente, que trabalha com a distinção ao passo que se preocupa com o unir, em oposição às formas reducionistas de fazer ciência; para Gadamer, “a ideia de uma razão absoluta não é uma possibilidade da humanidade histórica. Para nós, a razão só existe enquanto real e histórica, quer isto dizer, pura e simplesmente: ela não é dona de si própria” (GADAMER, 1999 *apud* SILVA, 2011, p. 223). Necessariamente o caráter histórico traz a dimensão de dependência, mas que dentro do campo da interpretação abre possibilidade para a autonomia, para o novo, para a emergência.

A noção de autoridade de Gadamer, portanto, versa acerca do sentido da alteridade. Silva, em outras palavras, explica que ela está no “presumir a autoridade do outro, isto é, presumir que o outro tem, pelos menos em certos assuntos, uma visão mais abrangente do que a nossa, é

fundamental para o processo indefinido de correção dos nossos preconceitos” (SILVA, 2011, p. 224).

Na base da teoria da compreensão de Gadamer existe o princípio da “concepção prévia de perfeição” (1999, p. 440), que, em linhas gerais, é uma presunção da coerência e da verdade daquilo que se tenta compreender. Assim como é pressuposto para o rio seu leito, à compreensão está a verdade, sendo, em vista disso, inseparáveis, mesmo quando a verdade de algo não se aplica.

Aqui funcionam dois movimentos. Um situado no campo da presunção de coerência e que diz que só haverá uma interpretação coerente se não houver preconceitos inadequados; o outro que é o que presume igualmente à verdade do que é dito. Restam claras as posições ativas tanto do falante como do intérprete.

A concepção prévia da perfeição, que domina nessa compreensão, encontra-se, em cada caso, determinada com relação a algum conteúdo. Não se pressupõe somente uma unidade imanente de sentido que possa guiar o leitor, mas que a compreensão deste esteja guiada constantemente por expectativas de sentido transcendente, que surgem de sua relação com a verdade daquilo a que o texto intenciona. Da mesma forma que o receptor de uma carta compreende as notícias que esta contém e vê as coisas, de imediato, com os olhos de quem escreveu, dando como certo o que este escreve, e não procura, por exemplo, compreender, como tais, as opiniões particulares do escritor, também nós entendemos os textos transmitidos sobre a base de expectativas de sentido que extraímos de nossa própria relação precedente com o assunto. E tal como damos crédito às notícias de um repórter porque este estava presente ou até porque entende melhor da questão, estamos basicamente abertos à possibilidade de que um texto transmitido entenda do assunto mais do que nossas opiniões prévias nos induziram a supor. Só o malogro da tentativa de considerar verdadeiro o que foi dito conduz ao esforço de “compreender” o texto como a opinião de outro, psicológica e historicamente. O preconceito da perfeição contém, pois, não somente a formalidade de que um texto deve expressar perfeitamente sua opinião, mas também de que o que diz é uma verdade perfeita. (GADAMER, 1999, p. 440-441)

É reconhecendo esta ativação de polos que Gadamer propõe uma “hermenêutica da integração”, afirmando que a compreensão é uma “fusão de horizontes”.

Na verdade, o horizonte do presente está num processo de constante formação, na medida em que estamos obrigados a pôr à prova constantemente todos os nossos preconceitos. Parte dessa prova é o encontro com o passado e a compreensão da tradição da qual nós mesmos procedemos. O horizonte do presente não se forma pois à margem do passado. Nem mesmo existe um horizonte do presente por si mesmo, assim como não existem horizontes históricos a serem ganhos. Antes, *compreender é sempre o processo de fusão desses horizontes presumivelmente dados por si mesmos*. Nós conhecemos a força dessa fusão sobretudo de tempos mais antigos e de sua relação para consigo mesmos e com suas origens. A fusão se dá constantemente na vigência da tradição, pois nela o velho e o novo crescem sempre juntos para uma validade vital,

sem que um e outro cheguem a se destacar explicitamente por si mesmos. (GADAMER, 1999, p. 457) (grifos do autor)

A “fusão de horizontes” se apresenta então como fruto da compreensão, acontecendo em um ambiente comunicativo. Nele, não só ocorre uma transmissão da informação, mas sim a constituição de novos sentidos. Em tempo, é importante dizer que a noção de fusão de horizontes não prescinde da aplicação, o que no Direito, por exemplo, chama-se de caso concreto. Toda compreensão está ligada à capacidade prática. É como se o sentido e a significância dependessem sempre dos contextos interpretativos, insertos na história.

Ainda sobre a fusão de horizontes, pode-se dizer que ela dá à compreensão um viés de diálogo, naturalmente comunicativo. É no espaço dialógico que se fundem as perspectivas do falante e do intérprete, gerando algo novo, que, dentro da lógica da “antecipação perfeita”, será necessariamente mais ampliado em relação à origem.

Neste lugar da fusão de horizontes também temos mais uma vez ratificada a capacidade de aplicação, vivenciada na experiência hermenêutica.

A verdadeira realidade da comunicação humana consiste em que o diálogo não impõe a opinião de um contra a opinião do outro nem acrescenta a opinião de um à opinião do outro como uma soma. O diálogo transforma ambas. [...] A comunhão [*Gemeinsamkeit*] que é tão forte que já não é a minha opinião nem a tua opinião, mas sim interpretação comum do mundo, é o que torna possível a solidariedade moral e social. (GADAMER, 1999 *apud* SILVA, 2011, p. 229)

Revela-se, portanto, que a hermenêutica gadameriana tem como guia o princípio de manter-se aberto ao diálogo. Ele dá sustentação à ideia de pluralismo hermenêutico do autor, cujo entendimento é o de que não há uma interpretação correta de uma obra, de um acontecimento. O pluralismo hermenêutico prega que “diferentes horizontes de compreensão ou diferentes contextos interpretativos dão origem a interpretações diferentes, mas igualmente legítimas” (SILVA, 2011, p. 231).

Tal teoria, por consequência, é uma recusa ao objetivismo. Gadamer é contra a noção do objeto em si. Nesse giro, oportuno se faz assinalar a convergência do autor com Habermas, que também é crítico ao objetivismo. Ambos defendem a ideia de uma racionalidade atinente aos processos comunicativos, ou seja, uma razão comunicativa, orientada para o consenso, para o entendimento mútuo, em que pese Habermas preocupar-se de outra maneira com as práticas comunicativas, alertando para possíveis distorções sistemáticas na comunicação, em função das relações de poder.

Habermas (1990) oferece importante contribuição aos estudos pragmáticos da linguagem, ao repensar as questões relacionadas às ações, aos atos de fala e interações pela linguagem. O autor primeiramente distingue o “agir” do “falar” e, a partir daí, reflexiona sobre as ações linguísticas e não linguísticas, dizendo que elas possuem condições diferenciadas de compreensão.

Ora, a atividade não linguística não oferece por si mesma essa perspectiva – ela não revela *a partir de si mesma* o modo como foi planejada. Somente os atos de fala conseguem preencher essa condição. No caso exemplar do significado verbal, um ato de fala revela a intenção do falante; um ouvinte pode deduzir do conteúdo semântico do proferimento o modo como a sentença proferida é utilizada, ou seja, pode saber qual é o tipo de ação realizado através dele. As ações linguísticas interpretam-se por si mesmas, uma vez que possuem uma estrutura autorreferencial. O componente ilocucionário determina o sentido de aplicação do que é dito, através de uma espécie de comentário pragmático. (HABERMAS, 1990, p. 67)

Habermas (1990, p. 67), com base em Austin (1990), reafirma que, ao falarmos algo, estamos realizando algo, cabendo a recíproca: “ao realizarmos uma ação de fala dizemos também o que fazemos”. Reconhece, portanto, a força ilocutória dos atos de fala. Em seus estudos, vale trazer o retrospecto, Austin se preocupou, durante certo tempo, antes mesmo de apresentar sua teoria da força dos atos de fala, com a existência de enunciados performativos (*performative*) que são preferidos para realizar (*perform*) determinados atos, distinguindo-os dos enunciados constativos, que são proferidos para constatar fatos. Os atos constativos estão sujeitos à verificação de verdade e de falsidade.

Para ele, os enunciados performativos poderiam ser considerados como atos rituais, cujo valor dependeria da interação de atos esperados. O valor performativo do enunciado só poderia, portanto, ser apreciado pelo seu sucesso (*felicity*). Caso não realizassem a ação que anunciam, seriam enquadrados como *insucesso* ou *abuso*.

Os *insucessos* dos enunciados performativos ocorrem quando se verifica a falta de respeito pelos procedimentos convencionais, quando os enunciados proferidos não são aqueles que estão estipulados, não são pronunciados pelas pessoas adequadas, nas circunstâncias corretas ou por todos os participantes, correta e integralmente. Os *abusos*, por seu lado, verificam-se sempre que, embora os procedimentos sejam corretamente observados, pelas pessoas adequadas, nas circunstâncias previstas e por todos os participantes, correta e integralmente, não são proferidos com sinceridade por aqueles que os pronunciam, não sendo proferidos com a intenção de realizar o ato que enunciam e/ou não se comportam em conformidade com o comprometimento enunciado. (RODRIGUES, 1993, p. 160)

Mais claramente, diz-se que no caso dos insucessos, estar-se diante de atos vazios (*hollow*), portanto nulos. Já no caso do abuso, os atos não são nulos, mas ociosos.

Embora ambos sejam, de acordo com a terminologia de Austin, atos infelizes (*infelicities*), e redundem, por conseguinte, em atos falhados, estamos no primeiro caso, perante a não realização do ato enunciado, enquanto, no segundo caso, o ato realiza-se, só que sem intenção nem sinceridade na formulação dos sentimentos, dos pensamentos e das intenções correspondentes aos enunciados proferidos. (RODRIGUES, 1993, p. 161)

Fato é que, em suas análises, Austin percebeu que, não só os enunciados performativos estão fadados ao fracasso, mas que os enunciados constativos também poderiam ser fracassados ou infelizes. Está presente a ideia de que, embora seja constativo, não possui valor de existência.

É por isso que podemos dizer que, de uma maneira geral, também o valor de verdade dos enunciados constativos está dependente do valor de existência de outros enunciados que eles pressupõem ou, pelo menos, do acordo acerca da sua existência que entre si os interlocutores estabelecem. (RODRIGUES, 1993, p. 161)

Em suma, é possível dizer que o objeto do discurso precisa existir. “Fora deste mundo específico, os enunciados constativos também não podem ser submetidos à prova da sua veracidade e são por isso igualmente fracassados” (RODRIGUES, 1993, p. 161). A ideia da centralidade situacional dos atos de fala, que, em outras palavras, pode ser generalizada pela ideia de contexto, também é bem resumida por Motta que observa que

(...) não basta avaliar a veracidade de um enunciado, conferindo a correspondência entre o que ela anuncia e o que pretende refletir, pois é preciso também considerar o propósito com que o enunciado descreve algo. Não é suficiente caracterizar um enunciado dizendo que ele é verdadeiro ou falso, é necessário avaliar o seu grau de adequação às circunstâncias em que foi emitido. A linguagem não é exclusivamente descritiva nem mesmo em suas sentenças declarativas. (MOTTA, 2004, p. 123)

Neste momento, fica também mais evidente que o próprio Austin pôde superar a dicotomia entre enunciados performativos e constativos, do começo da sua teoria, afirmando que é possível transformar qualquer enunciado constativo em performativo, bastando anteceder-lo de verbos como declarar, afirmar, dizer, etc. Ao concluir que todos os enunciados são performativos (porque no momento em que são enunciados realizam algum tipo de ação), Austin retoma o problema em novas bases, e identifica três atos simultâneos que se realizam em cada enunciado: o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário.

Austin, então, postula que todo ato de fala é, ao mesmo tempo, locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Assim, quando se enuncia a frase, estamos defronte do locucionário. Paralelamente, no momento em que se enuncia a tal sentença, realiza-se o ato de promessa. É o ato ilocucionário, ato que se realiza na linguagem. Quando se enuncia essa frase, o resultado pode ser de ameaça, de agrado ou de desagrado. Trata-se do ato perlocucionário, aquele que não se realiza na linguagem, mas pela linguagem.

Uma boa síntese é relacionar que o locutório condiz à locução do falante; o ilocutório àquilo que realizamos ao falar, diretamente ligado às intenções do falante; e o perlocutório atrelado ao efeito que o falante produz.

De fato, considerar que qualquer enunciado consiste na realização de um ato ilocutório equivale a afirmar que a relação pragmática é constitutiva do próprio sentido daquilo que é enunciado, ao contrário de Suassure, que fundamentava o sentido no jogo das relações diferenciais constitutivas do signo linguístico. (RODRIGUES, 1993, p. 163)

De certo, o grande tensionamento nos estudos de Austin está situado na distinção entre atos ilocucionários e perlocucionários. O autor fala sobre a necessidade de distinguir “consequências” (1990, p. 96).

Porque é óbvio que todos os atos perlocucionários, ou quase todos, podem ser realizados em circunstâncias suficientemente especiais, ao se emitir qualquer proferimento, com ou sem o propósito de produzir os efeitos que chamamos de perlocucionários, e em particular ao emitir um proferimento constatativo direto (se é que existe tal coisa). (AUSTIN, 1990, p. 96)

Em que pese Habermas, como posto acima, reconhecer a força ilocutória dos atos de fala, como um agir, como uma ação, ele amplia a problemática e se debruça sobre os tipos de fins que podem ser visados nos atos, bem como o tipo de sucessos que podem ser conseguidos. No entanto, trata de fazer uma distinção entre *ação de entendimento* e *atividade para um fim*. Isso necessariamente está vinculado à intenção de uso da linguagem, pragmaticamente falando.

Os fins ilocucionários não podem ser definidos independentemente dos meios linguísticos do entendimento. É que o meio da linguagem natural e o *telos* do entendimento interpretam-se reciprocamente – um não pode ser explicado sem o recurso ao outro. O falante não pode visar o entendimento como algo a ser produzido de modo causal, porque o sucesso ilocucionário (que ultrapassa a simples compreensão do que é dito) depende do assentimento racionalmente motivado do ouvinte. Para que possa haver acordo na coisa é preciso que um ouvinte o sele, de certo modo, voluntariamente, através do reconhecimento de uma pretensão de validade criticável (validade = validade situada, N.T.). Fins

ilocucionários não podem ser atingidos por outro caminho que não seja o da cooperação, pois eles não se encontram à disposição do participante individual da comunicação, do mesmo modo que os efeitos produzíveis de modo causal. Um falante não pode atribuir a *si mesmo* um efeito ilocucionário como se fosse o agente que situa sua atividade na linha de um fim, inscrevendo a si mesmo o resultado de sua intervenção no conjunto de processos do mundo objetivo. Os falantes e ouvintes assumem um enfoque performativo, no qual eles se defrontam reciprocamente como membros do mundo vital de sua comunidade linguística compartilhada intersubjetivamente, isto é, como segundas pessoas. (HABERMAS, 1990, p. 68-69)

Habermas deixa claro que a fala pode estar orientada para o entendimento ou para um fim. Essas duas racionalidades comunicativas não ocupam o mesmo lugar nem tão pouco se tocam em seus processos, sendo formas de agir distintas. Nelas, estão contidas as intenções dos presentes na troca.

E se partimos do uso comunicativo do saber proposicional em atos de fala, descobriremos a ideia da racionalidade orientada para o entendimento, que numa teoria do significado pode explicitar apoiando-se nas condições para a credibilidade de ações da fala. Subjaz a esse conceito a experiência intuitiva da força da fala argumentativa, que funda o consenso e é livremente unificadora. A racionalidade orientada para um fim aponta para as condições necessárias a uma intervenção, eficiente do ponto de vista causal, no mundo dos estados de coisas existentes; ao passo que a racionalidade dos processos de entendimento mede-se pelo conjunto de condições de validade exigidas para atos da fala, por pretensões de validade, que se manifestam através de atos de fala, e por razões para o resgate discursivo dessas pretensões. (HABERMAS, 1990, p. 69)

Ao passo que expõe essa possibilidade dicotômica para os atos de fala, Habermas desenvolve os conceitos do *agir comunicativo* e *agir estratégico*. Aqui avalia-se qual o mecanismo usado na ação. Se a linguagem natural é utilizada somente como meio de repassar informações ou se, ao transcender essa instrumentalidade, é fonte de integração social.

No primeiro caso trata-se de agir estratégico; no segundo, de agir comunicativo. No segundo caso, a força consensual do *entendimento* linguístico, isto é, as energias de ligação da *própria linguagem*, tornam-se efetivas para a coordenação das ações, ao passo que no primeiro caso o efeito de coordenação depende da *influência* dos atores uns sobre os outros e sobre a situação da ação, a qual é veiculada através de atividades não linguísticas. Vistos na perspectiva dos participantes, os dois mecanismos, o do entendimento motivador da convicção e o da influência que induz o comportamento, excluem-se mutuamente. Aquilo que se obtém visivelmente através de gratificação ou ameaça, sugestão ou engano, não pode valer intersubjetivamente como acordo; tal intervenção fere as condições sob as quais as forças ilocucionárias despertam convicções e geram “contatos”. (HABERMAS, 1990, p. 71-72)

Habermas afirma que, no agir comunicativo, os participantes falam e ouvem *através de processos de entendimento*. Há nos atores envolvidos na ação uma predisposição à busca de um consenso, ainda que transitório. Por sua vez, o consenso se estabelece por meio do reconhecimento intersubjetivo, em que são colocadas as pretensões de validade criticáveis.

Quem aceita uma ordem sente-se obrigado a executá-la; quem faz uma promessa sente-se no dever de cumpri-la, caso seja necessário; quem aceita uma asserção acredita nela e comporta-se de acordo com ela. Eu caracterizei o compreender e o aceitar de ações de fala como sucessos ilocucionários; todos os fins e efeitos que vão além disso devem ser chamados “perlocucionários”. (HABERMAS, 1990, p. 72-73)

Por sua vez, resta expor que o termo *perlocucionário* em Habermas possui uma outra definição que em Austin, indicando uma performance orientada para um fim, preocupada com o sucesso, não sendo apenas um efeito causado pela fala. “No agir estratégico a constelação do agir e do falar modifica-se. Aqui as forças ilocucionárias de ligação enfraquecem; a linguagem escolhe-se, transformando-se num simples meio de informação” (HABERMAS, 1990, p. 74). São substituídas as pretensões de validade pelas de poder. O ato perlocucionário não se dirige e se destina à compreensão do ouvinte, como o ato ilocucionário, mas, ao contrário, serve para induzi-lo, sem a sua consciência, a uma ação, a uma performance, agindo pelas costas de seu discernimento, o que pode ser entendido como uma manipulação.

Neste estudo, diga-se de passagem, para aplicação na análise da cobertura da terceirização, observar-se a concepção do efeito perlocucionário como tributário do ato ilocucionário. Este só pode ter sucesso quando é recebido pelo ouvinte como tendo uma intenção pura de entendimento, caso contrário implica a compreensão do ato perlocucionário como significando a manipulação ideológica com intenção de dominação.

Isto posto, fica evidente que a teoria do agir comunicativo de Habermas é uma contribuição que vem de uma análise pragmática do uso da linguagem, partindo do princípio de que o entendimento é decorrente de um processo comunicativo. Está inserida dentro das teorias sociológicas da ação e dos significados.

O esboço do agir comunicativo é um desdobramento da intuição segundo a qual o telos do entendimento habita na linguagem. O consenso sobre algo mede-se pelo reconhecimento intersubjetivo da validade de um proferimento fundamentalmente aberto à crítica. Existe certamente uma diferença entre compreender o significado de uma expressão linguística e entender-se com alguém sobre algo com o auxílio de uma expressão tida como válida; da mesma forma, é preciso distinguir claramente entre um proferimento válido e um proferimento tido como válido.

Não é possível dissociar plenamente questões de significado de questões de validade. (HABERMAS, 1990. p.77)

A questão das pretensões de validade é distinguida por Habermas, portanto, quando acontece em relação às coisas e estados de coisas do mundo objetivo, em que está em jogo a verdade dos enunciados, e, quando se verifica nas relações interpessoais mantidas de forma legítima ou ilegítima no mundo social, onde a pretensão de validade diz respeito à justiça ou retidão dos proferimentos.

A orientação pela possível validade de proferimentos faz parte das condições pragmáticas não só do entendimento, mas também da própria compreensão da linguagem. Na linguagem, as dimensões do significado e da validade estão ligadas internamente. A problemática da validade é localizada exclusivamente na relação da linguagem com o mundo, tido como a totalidade dos fatos. A verdade é equiparada à verdade de asserções; por isso, um nexos entre o significado e a validade de expressões linguísticas só se estabelece no discurso que constata fatos. Enunciados utilizados de modo comunicativo servem simultaneamente para expressar intenções (ou experiências) de um falante, para representar estados de coisas (ou algo que aparece no mundo) e para contrair relações com um destinatário. (HABERMAS, 1990, p. 77-78)

Habermas (1990) deixa claro que a pretensão de verdade não está mais definida semanticamente, estando restrita ao falante. Ela está vinculada à questão da compreensão. “Pretensões de validade formam o ponto de convergência do reconhecimento intersubjetivo por parte de todos os participantes. Elas desempenham um papel pragmático na dinâmica que perpassa a oferta do ato de fala e a tomada de posição do destinatário em termos de ‘sim/não’” (HABERMAS, 1990, p. 81).

Importante dizer ainda que, somam-se, para o autor, os pressupostos pragmáticos inevitáveis dos atos de fala, os quais relacionam-se com os quadros de linguagem. Nesse contexto, elencam-se fatores como grau de escolaridade, semelhança cultural, horizontes de vivência, entre outros. Efetivamente, o que Habermas coloca é a noção de mundo compartilhado entre os atores participantes do ato comunicativo enquanto um fator importante de estabilização da validade. Fala do *saber-acerca-de-um-contexto*, em que “o falante que aborda um determinado tema traz implicitamente à tona contextos objetivos” (HABERMAS, 1990. p. 90). Por outro lado, conceitua o *saber-acerca-de-um-pano-de-fundo*, decorrente do mundo da vida. Ele está presente de modo implícito e prévio.

2.3 A PRAGMÁTICA NO JORNALISMO E O INTERESSE PÚBLICO

No que toca ao jornalismo, é preciso trazer às claras o contrato implícito entre os interlocutores e os veículos de comunicação, que trabalham para uma estabilidade, tornando possível a comunicação. “As notícias e reportagens são produzidas para causar sempre um efeito de real (transmitir a verdade tal como ela existe no mundo físico e social), e a audiência está predisposta a acreditar no que lê, vê ou ouve” (MOTTA, 2004, 118).

Segundo Motta, é delicada a relação entre o que o jornalista pretende como sentido e o que será apreendido pelo receptor. “O texto jornalístico estabelece uma relação entre a capacidade de o enunciador ativo oferecer instruções de ‘leitura’ e a de o receptor reconhecer essas instruções e confirmá-las (ou não)” (MOTTA, 2004, p. 119). Daí a relevância da análise das notícias à luz da pragmática.

Os estudiosos da comunicação pragmática verificam uma distinção fundamental, de acordo com Motta (2004), que consiste entre aquilo que se diz e o que se comunica.

O que se diz corresponde basicamente ao conteúdo proposicional do enunciado, aos fatos relatados pela história descrita na notícia, tal como se entende desde um ponto de vista lógico, sendo possível ser avaliado a partir de uma lógica verossímil condicional. De outra parte, o que se comunica é toda a informação que se transmite com o enunciado, mas que é diferente de seu conteúdo proposicional. Trata-se, portanto, de um conteúdo implícito, que recebe o nome de implicatura. (MOTTA, 2004, p. 121)

De modo geral, as implicaturas podem ser explicadas como os efeitos de sentido que se relevam no ato comunicativo, resultantes de marcas textuais, estéticas, morais ou mesmo sociais. Relacionam-se com o que Motta chama da língua em funcionamento.

Esses significados vão além dos significados literais do relato da notícia, estão presentes nas dêixis, nas intertextualidades, na alternância de ênfases, na retórica (hipérboles e outras figuras de linguagem, uso de certos verbos etc.), nas motivações que guiam a diagramação e a apresentação da notícia, sua titulação e texto, e em outros recursos linguísticos e extralinguísticos utilizados na enunciação jornalística. (MOTTA, 2004, p. 121)

Assim, considerando que as notícias não meramente descrevem a realidade, constituindo-se como ato comunicativo determinado por circunstâncias e condições, a linguagem jornalística tem facilitado seu entendimento próximo da dimensão moderna pragmática. As notícias informam, mas também seduzem, negam, analisam, comparam, criticam. “A linguagem jornalística, como quaisquer outros usos da linguagem humana, possui força ilocutiva e realiza um ato ao enunciar-se, além do significado de seus conteúdos proposicionais” (MOTTA, 2004, p. 123).

Baseado na Teoria dos Atos de Fala de Austin, Gonzaga Motta (2007) reforça a ideia da força ilocutiva, relacionada à intenção do falante, inerente ao discurso jornalístico.

Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) linguísticas e extralinguísticas para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produz certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário. (MOTTA, 2007, p. 144)

Mas, voltando ao jornalismo e relacionando-o mais uma vez à tese da força ilocucionária, pode-se declarar que o jornalista está diante de uma dinâmica comunicativa que envolve interesses profissionais, sistêmicos e subjetivos, que nem sempre são claros e estão sob (seu) controle. É importante ter em mente que

ao produzir um relato na forma de notícia, a sua intenção é produzir o efeito de real, mas o ato de transmitir uma notícia, enquanto experiência criadora, gera liberação das determinações e produz fenômenos interpretativos dinâmicos de compreensão cognitiva onde intervêm processos intersubjetivos de natureza linguística e extralinguística. (MOTTA, 2004, p. 125)

À medida que fica mais clara a dimensão do jornalismo passa a ser um lugar de intencionalidade comunicativa, inegável a perspectiva das narrativas como expressões de poder. Motta explica, com base em Foucault, como isso ocorre.

Como insiste M. Foucault (2010), o poder não está necessariamente cristalizado em instituições e situações de dominação ou de sujeição estáveis e permanentes: manifesta-se muito mais em uma multiplicidade de correlações de forças como um jogo instável e incessante que se transforma, flutua, se inverte e reverte. Conforme observa ele, o poder expressa-se como um regime de correlação de forças que circulam sem possuir um caminho ou uma simetria fixa. Assim o poder se manifesta também nas relações discursivas e nas situações narrativas, indo e vindo, mudando constantemente de lugar ou posição. (MOTTA, 2013, p. 19-20)

É exatamente essa fluidez, esse trânsito de poder nas situações, vale salientar, que permite a afirmação de que o ato de fala está sempre concretamente situado. É justamente essa delimitação espaço-temporal que possibilita a certeza de novas trocas, de construção de novos sentidos, do estabelecimento de novos consensos, do exercício da contra hegemonia no discurso. Efetivamente, enquanto um discurso orientado para a compreensão, guiado por uma razão comunicativa, o jornalismo passa a ocupar lugar dentro do processo comunicativo em que assume compromissos com a história e a ética durante o seu exercício.

Nesse bojo, não se pode olvidar do caráter público do jornalismo e da sua importância para as experiências de cidadania. Em tensão com outros sistemas, – seja ele político, econômico, social, etc. –, o jornalismo assume papel relevante dentro da teoria democrática, uma vez que possibilita a circulação de informação na esfera pública. E, nesse contingente, pode vir a influenciar o funcionamento do aparelho de Estado.

Habermas se detém a esse assunto ao tratar do tipo de influência que circula na sociedade e no sistema político e de como esses se relacionam com o direito e a democracia em si. Ele propõe uma discussão baseada em três modelos de deliberação: modelo de acesso interno, modelo de mobilização e o modelo de iniciativa externa.

No primeiro modelo, de acesso interno, temos a ausência de discussões públicas, sendo elas restritas aos quadros da estrutura de poder. Aqui, os dirigentes ou detentores do poder satisfazem seus interesses, sem a influência da esfera pública política ou ainda com a exclusão dela, como diz o autor. Nas palavras de Rocha (2008, p. 51), “as questões não são tratadas abertamente e as decisões são divulgadas como fatos consumados”.

Já no segundo protótipo, o de mobilização, percebe-se que a iniciativa é, geralmente, da periferia ou do jornalismo investigativo. Pode ser ainda de um membro da elite política que entra em oposição e joga o assunto inconveniente para as elites para o conhecimento e o escrutínio públicos. Esses agentes, por sua vez, são obrigados a mobilizar a esfera pública, “uma vez que necessitam do apoio de partes relevantes do público para atingir um tratamento formal ou para conseguir a implementação de um programa já votado” (HABERMAS, 1997, p. 113).

O primordial a se entender é que esta forma já diferencia o segundo modelo do primeiro acesso interno, pois é uma real ameaça à estrutura de poder, posto que a deliberação deixa de ser restrita ao círculo fechado dos gabinetes das autoridades da política e do mercado, passando a depender da anuência das galerias da opinião pública.

Por último, há o modelo de iniciativa externa. Nele, “a iniciativa pertence às forças que se encontram fora do sistema político, as quais impõem o tratamento formal utilizando-se da esfera pública mobilizada, isto é, da pressão de uma opinião pública” (HABERMAS, 1997, p. 144). Aqui, pode-se pensar que os atores excluídos da estrutura de poder alcançam a agenda da mídia, incluindo na pauta formal suas proposições e enfoques, o que estabelece o modelo de mobilização.

Ele é externo justamente porque está sob a influência daqueles que estão fora do sistema político, por meio da pressão popular via opinião pública. É por isso que se tem o modelo de

iniciativa externa como tributário do modelo de mobilização, pois só é viável quando os temas da periferia quebram as barreiras da estrutura de poder e entram na visibilidade midiática e passam a ser do conhecimento do público.

No modelo de mobilização, é importante que se pontue para fins de esclarecimento da contribuição do autor, Habermas usa o termo iniciativa atrelado à deliberação, que neste, geralmente, em face da tremenda desigualdade de recursos materiais e humanos de que dispõe a estrutura de poder, se dá em benefício das elites e interesses dominantes e contra a periferia e o conjunto da sociedade. Só quando a periferia consegue institucionalizar um tema que a estrutura de poder não queria que entrasse na pauta jornalística, estabelecendo o modelo de mobilização, e, além disso, consegue formar opinião consistente e vontade política capaz de reunir as massas nas ruas, se constituindo em poder comunicativo, então se verifica o modelo de iniciativa externa, pois os legisladores vão ser obrigados a aprovar leis progressistas.

Normalmente, segundo Habermas, as experiências democráticas têm apontado para os modelos de acesso interno e de mobilização, fazendo prevalecer os interesses das elites que controlam a estrutura de poder (o aparelho de Estado e as grandes corporações do mercado).

Enquanto o sistema político for dominado pelo fluxo informal do poder, a iniciativa e o poder de introduzir temas na ordem do dia e de torná-los maduros para uma decisão pertence mais ao governo e à administração do que ao complexo parlamentar; e enquanto os meios de comunicação de massa, contrariando sua própria autocompreensão normativa, conseguirem seu material dos produtores de informação – poderosos e bem organizados – e enquanto eles preferirem estratégias publicitárias que diminuem o nível discursivo da circulação pública da comunicação, os temas em geral serão dirigidos numa direção centrífuga, que vai do centro para fora, contrariando a direção espontânea que se origina na periferia social. (HABERMAS, 1997, p. 114)

Conjecturando sobre a eventualidade do terceiro modelo, que seria mais natural em sociedades igualitárias, se nota a presença da força de fora do sistema influenciando no funcionamento deste. Por ser um ponto fora da reta, ainda que em sociedades mais democráticas, tal hipótese tende a ocorrer em momentos de tensão e/ou crise.

Pois, em casos de mobilização devido a uma crise, a comunicação pública informal se movimenta, nessas condições, em trilhos que, de um lado, impedem a concentração de massas doutrinadas, seduzíveis populisticamente e, de outro lado, reconduzem os potenciais críticos dispersos de um público que não está mais unido a não ser pelos laços abstratos da mídia – e o auxiliam a exercer uma influência político-publicitária sobre a formação institucionalizada da opinião e da vontade. (HABERMAS, 1997, p. 116)

É neste espaço que os atores periféricos transformam poder de influência em poder comunicativo, ganhando força mínima necessária a ser incluída na pauta formal do sistema deliberativo.

E a influência de uma opinião pública, mais ou menos discursiva, produzida através de controvérsias públicas, constitui certamente uma grandeza empírica, capaz de mover algo. Porém, essa influência pública e política tem que passar antes pelo filtro dos processos institucionalizados da formação democrática da opinião e da vontade, transformar-se em poder comunicativo e infiltrar-se numa legislação legítima, antes que a opinião pública concretamente generalizada possa se transformar numa convicção testada sob o ponto de vista da generalização de interesses e capaz de legitimar decisões políticas. Ora, a soberania do povo, diluída comunicativamente, não pode impor-se apenas através do poder dos discursos públicos informais – mesmo que eles tenham se originado de esferas públicas autônomas. Para gerar um poder político, sua influência tem que abranger também as deliberações de instituições democráticas da formação da opinião e da vontade, assumindo uma forma autorizada. (HABERMAS, 1997, p. 105)

Em outras palavras, pode-se resumir o terceiro modelo de deliberação como resultado de uma articulação demandada por um grupo da sociedade civil, que, ao propagá-la em outros grupos da população, ganha espaço na agenda pública, resultando em uma pressão suficiente nos que têm poder decisório. Curiosamente, vale dizer que não necessariamente obriga-se a uma tomada de postura favorável diante do pleito pelo poder instituído. Trata-se de perceber – este é o ponto – que no terceiro modelo a força de mobilização, o poder comunicativo, consegue se converter na inclusão da matéria em questão na agenda formal do sistema político-democrático, para que seja tratada dentro dos parâmetros procedimentais.

É neste contexto que o autor sugere que se vislumbre o campo midiático como meio possível de “chance de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação na esfera pública e no sistema político, transformando destarte o modo de solucionar problemas de todo o sistema político” (HABERMAS, 1997, p. 115). Seria, então, o papel do jornalismo na construção de experiências democráticas mais legítimas. Sensíveis à sua autocompreensão normativa, os veículos de comunicação abririam as narrativas para a perspectiva da ação comunicativa, pondo para escanteio as estratégias de manipulação e dominação. Somente nesta janela que se pode ter a problematização da vida pública com base no interesse público.

Efetivamente, esta não é uma questão simples, como diz o autor, que se mantém esperançoso.

Quando tomamos consciência da imagem difusa da esfera pública veiculada pela sociologia da comunicação de massa, que aparece submetida ao poder e à

dominação dos meios de comunicação de massa, cresce nosso ceticismo com relação às chances de a sociedade civil vir a exercer influência sobre o sistema político. Todavia, tal avaliação vale somente para uma esfera pública em repouso. Pois, a partir do momento em que acontece uma mobilização, as estruturas sobre as quais se apoia a autoridade de um público que toma posição começam a vibrar. E as relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político podem sofrer modificações. (HABERMAS, 1997, p. 113)

2.4 A NOTÍCIA COMO GÊNERO NARRATIVO E SUA ESTRUTURA

Ao levar em consideração que o jornalismo é a reconstrução discursiva do mundo, deve-se admiti-lo enquanto forma narrativa. Ele está inserido dentro do que se chama de narrativas midiáticas, gênero que se divide em duas espécies, segundo Motta (2013): narrativas fáticas e fictícias.

De acordo com ele, as fáticas são as notícias, os documentários, as transmissões ao vivo, entre outras. Elas são usadas para causar o efeito de real. Prontamente as fictícias são as telenovelas, os videoclipes musicais, os filmes, as histórias em quadrinhos, etc., utilizados para causar efeitos emocionais que vão em busca do envolvimento do leitor, do ouvinte ou do espectador.

Às narrativas jornalísticas destinam-se dois realces que se entende serem bastante centrais e particulares às discussões deste trabalho. O primeiro tem a ver com o caráter público deste tipo de narrativa, logo com o seu papel na construção social da realidade e as consequências disso. A narrativa jornalística se consolida quando um fato é narrado. A narração, então, é a forma de escoamento do conteúdo jornalístico. A experiência narrativa dos episódios da vida não se faz só como uma das principais tarefas do jornalismo, ela é a principal.

O segundo aspecto que se apresenta é a discussão do jornalismo enquanto narrativa guiada pela objetividade. Nesse aspecto, é fundamental tensioná-la, pois a narrativa, quando assume o posto de discurso, reconstrói um outro mundo em um texto, unidade pela qual o jornalista se comunica com o exterior e dentro da qual ele deixa marcas de si enquanto sujeito.

Segundo Motta (2013), o jornalista constrói um discurso a partir de um ponto de vista único, moldado em suas experiências e sua posição. Diz que o profissional usa de *estratégias comunicativas*, que são atitudes organizadoras do discurso, recorrendo a *operações linguísticas e extralinguísticas* para obter certos objetivos e efeitos.

É nesse deixar marcas de si que se coloca por terra o mito da objetividade jornalística, tal como ainda alguns jornalistas insistem em acreditar e tal como o jornalismo se

apresenta ao público, sendo aquele capaz de captar e revelar a realidade, como única e verdadeira. Não é à toa que Traquina (1993) traz a metáfora do jornalismo como espelho do real, o que impõe um conceito de profissional ao jornalista de um mero reproduzidor do que se manifesta no mundo, cuja existência, enquanto sujeito, é suprimida ao transformar um acontecimento em notícia.

De certo, esta é uma versão mistificadora sobre a objetividade. É preciso que se diga, no entanto, que a objetividade mitificada nunca é positiva para o jornalismo ou a sociedade. É sempre um instrumento de manipulação ideológica. Traquina, no entanto, segue dizendo que “a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada” (TRAQUINA, 2005, p. 139).

Nesse sentido, importante reflexão vem a ser a de Moretzsohn (2002), que fala que a objetividade presente no jornalismo é um indicativo de que ele é “um discurso sobre a realidade” e não “o discurso da realidade”. A autora formula o raciocínio de que é impossível um conhecimento ser totalmente objetivo do mundo, considerando que o uso da subjetividade é fundamental na apreensão do objeto. O mesmo vale para o contrário: o oposto também seria impossível, porque a subjetividade total resultaria no fim do objeto.

A objetividade é vista ainda, de forma equivocada, dentro do jornalismo como algo útil aos jornalistas. Segundo Tuchmam (1993), ela é um ritual estratégico que tem a finalidade de neutralizar potenciais críticas e de seguir rotinas demarcadas. Os jornalistas, afirma a pesquisadora, necessitam de uma *noção operativa de objetividade* para, assim, minimizar os riscos impostos pelos processos difamatórias, pelos prazos de entrega e pelas pressões de superiores. Evidencia-se, então, a objetividade mostrando como ela funciona somente como uma defesa para os riscos de acusações de facciosidade/parcialidade através de mecanismos que não garantem a imparcialidade e só acobertam as intencionalidades de fala que não têm condições de se tornarem públicas, ao menos de forma legítima.

Pode ser útil ainda para as empresas de comunicação, como diz Alsina (2009). O autor afirma que o mito da objetividade é aproveitado pelos empresários da comunicação, pelo lugar de credibilidade que o público consumidor atribui ao valor da isenção.

Trata-se da manutenção do mito e não necessariamente do exercício efetivo desse valor – muitas vezes, a lógica empresarial coloca o jornalismo no meio de interesses políticos, mercadológicos ou pessoais, sem sequer arranhar o discurso de objetividade e verdade. (RODRIGUES; FILHO, 2013, p. 3)

Essa ideia de credibilidade pela verdade também é notada por Motta (2006), que remete à imagem de um contrato assinado pelos dois lados. Para ele, o público deposita nas notícias uma expectativa de validade.

À luz de Tuchmam, voltando à autora, oportuna se faz a reflexão sobre o quanto de ritual estratégico há no uso de personagem nas narrativas jornalísticas, quando utilizadas apenas como mero auxílio narrativo para disfarce da voz do narrador-jornalista. Esse que “não pode” revelar a própria subjetividade e as interferências organizacionais, para manter o mito da objetividade e da imparcialidade do relato. Como diz Motta (2005, p. 8-9), “o jornalista é, por natureza, um narrador discreto. Utiliza recursos de linguagem que procuram camuflar seu papel como narrador, apagar a sua mediação”.

No artigo *A televisão e a polinarrativa do jornalismo audiovisual*, as autoras Costa, Costa e Amorim (2017) citam Sodré (2009, p.46) para reforçar este vazio de enunciação. “A ideologia do campo profissional procura sempre fazer passar a ideia de que a verdade do jornalismo pertence ao enunciado, ao invés da enunciação”.

Desse modo, a verdade é ofertada como um discurso pronto (audiovisual), um pressuposto dos fatos que busca silenciar a enunciação enquanto movimento, prática que se constrói no tempo e no espaço, em contextos específicos, e que mobiliza os recursos da língua e do dispositivo pelo falante. (COSTA; COSTA; AMORIM, 2017, p. 272)

Acredita-se que o personagem, como está mais a frente, pode ter grande contribuição às construções narrativas mais plurais, complexas, pedagógicas e democráticas. Ao menos, é assim que entendemos ser esta a melhor intencionalidade para o uso dos personagens no jornalismo, tanto que se encara a boa provocação de se propor uma análise dos personagens, por meio de categorias funcionais exemplificativas, com base na lógica de uso emancipador das narrativas (tele)jornalísticas, a ver na sequência deste estudo.

Assim, se não resta dúvida quanto à categorização da notícia como evento narrativo, nos resta aprofundar a compreensão acerca da sua forma. Mas qual seria o elemento estruturante das narrativas jornalísticas a ponto de diferenciá-las das demais? Para Motta (2013), o conflito é o pilar do texto/discurso jornalístico. Nele, está situado o centro da narrativa, estando vinculado a um fato de conotações dramáticas imediatas e negativas.

Nesse sentido, entende-se a razão de se conceber o fato noticioso como aquele que trata do que está se desorganizando e que precisa voltar à ordem; aquilo que surge como fator de ameaça à

estabilidade social e que a ela precisa retornar. O conflito é o cerne da notícia porque ela lida exatamente com rupturas, anormalidades, descontinuidades. O jornalismo tem no conflito, portanto, sua razão de existir e é por meio da identificação dele que se compreende, inclusive, a atribuição dos papéis aos personagens.

Guazina e Motta (2010) trazem como possibilidade refletir o conflito como uma metacategoria estruturante da notícia, presente sobretudo no noticiário político.

O conflito como metacategoria jornalística está particularmente presente no noticiário político porque a política é, por natureza, uma atividade centrada nas disputas simbólicas. Os enfrentamentos políticos se assemelham aos jogos. A política é uma atividade competitiva onde indivíduos, grupos e partidos estão envolvidos em tensas disputas verbais, parlamentares ou eleitorais. Por isso a metacategoria do conflito é útil para os jornalistas enquadrarem a complexidade da política. Na verdade, o jornalismo político sobrevive do confronto entre partes e partidos. O relato dos conflitos torna o jornalismo político mais aquecido, mais atraente para a audiência. O conflito atrai a atenção, é facilmente compreendido, tanto pelo jornalista quanto pela audiência. (GUAZINA; MOTTA, 2010, p. 136)

Os autores explicam que o conflito necessariamente não é uma categoria inata ao jornalismo. É, antes de tudo, inerente ao campo político. Resgatando Schmitt (1996), alemão estudioso da ciência política e do direito, afirma que a política se constitui no enfrentamento do amigo/inimigo. Nesse antagonismo é que se tem a base para a gestão política, com suas tensões e disputas.

A narrativa jornalística apropria-se dessa visão dualista do conflito no mundo fático da política e o adapta como categoria estruturadora de sua retórica dramatizada, como na dramaturgia e na literatura. No jornalismo, o conflito político é textualizado. Enquanto categoria dramática, o conflito tornou-se marca registrada do teatro e da literatura, “constituindo-se em seu ponto alto (PAVIS, 2007, p. 67-68). Na dramaturgia, o conflito constitui a dialética das personagens e ações. Dá origem à personagem e à sua oposição (o seu “outro”). Cada episódio só faz sentido relacionado ao conflito principal, que tece a intriga. Por isso os roteiros tomam o conflito como cerne da ação: “Todo drama é conflito. Sem conflito não há personagem; sem personagem, não há ação; sem ações, não há história; e sem história não há roteiro”, afirma o conceituado roteirista hollywoodiano Sid Field (2001, p. 5). Embora mantendo seu caráter fático, a narrativa jornalística segue um esquema análogo ao da dramaturgia para enquadrar o complexo jogo da realidade política. (GUAZINA; MOTTA, 2010, p. 134)

Essa hipótese indica que o conflito é uma categoria constituída de dramaticidade, algo inerente à narrativa jornalística e que, a partir dele, decorrem as ações das personagens, o que muito interessa observar neste estudo.

Para os autores, é importante dizer que, antes de o conflito ser um valor-notícia, conforme Traquina (1994), ele é uma categoria estruturante da retórica jornalística. Essa estrutura não está necessariamente vinculada a determinados conteúdos. O conflito é, em si, uma *metacategoria precedente*, “através da qual o jornalista enquadra a realidade de maneira bipolar” (2010, p. 134).

Concordamos com Traquina (2005, p. 47-48) quando diz que os jornalistas têm o hábito de ver o mundo de maneira bipolar, isto é, através de polos opostos tipo o bem x o mal, o pró x o contra. A objetividade, a rapidez e a vontade de simplificar a realidade, diz o autor, contribuem para se ver o mundo de maneira bipolarizada. Essa visão leva os jornalistas a dramatizar naturalmente a percepção e o relato dos fatos e a desenvolver um gosto pela dramatização e a retórica do conflito, ou pela oposição entre ideias e fontes. Traquina desenvolve um argumento convincente, mas não o suficiente para compreender o conflito como pré-categoria estruturante da notícia. (GUAZINA; MOTTA, 2010, p. 134)

Por essa perspectiva, é correto pensar que o conflito é uma categoria prévia a qualquer narrativa. No jornalismo, os conflitos “mais que representam, fundam a realidade política do noticiário” (GUIZANA; MOTTA, 2010, p. 134-135). A mídia, como asseveram, não é um espelho de uma determinada situação, mas sim um agente ativo e muitas vezes “acirrador de conflitos (embora possa funcionar também como agente conciliador e regulador de tensões)” (GUIZANA; MOTTA, 2010, p. 137).

Logo, os jornais e os telejornais “procuram e recolhem incessantemente conflitos de toda espécie nos referentes de conflitividade disponíveis. O interesse dos jornalistas é pelo antagonismo e a disputa” (GUIZANA; MOTTA, 2010, p. 135). Na teoria do discurso, esta metacategoria do conflito está inserida no conceito de interdiscursividade, no qual os discursos ideológicos de todos os tipos precisam se posicionar, nem que seja de forma tácita, sobre todos os demais discursos ideológicos existentes no estoque do pano de fundo cultural da comunidade de comunicação.

O conflito funcionaria como um *frame* (enquadramento) cognitivo utilizado para organizar as atividades dos atores políticos, definir as situações e demarcar os acontecimentos. Uma categoria preexistente na cultura dos jornalistas, através da qual eles enquadram a realidade, particularmente a realidade política. (GUIZANA; MOTTA, 2010, p. 135)

3 O ELEMENTO PERSONAGEM

3.1 A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA LITERÁRIA

O personagem é o elemento vivo de uma obra, podendo ser uma pessoa, um animal, um objeto. Deve-se entender por personagem tudo aquilo que o autor deseja que se torne um, desde que este esteja inserido num espaço e praticando uma ação, ainda que involuntária. “Não existe uma só narrativa no mundo sem personagem, ou ao menos sem agentes” (BARTHES, 1976, p. 13).

O uso de personagens nas narrativas está intimamente relacionado à necessidade do autor/narrador da mensagem de estabelecer pontos de ligação entre o que é narrado e a realidade de quem recebe a mensagem. Cabe ao personagem validar informações, compartilhar conceitos intersubjetivamente.

O personagem, no entanto, antecede o jornalismo. Assim, é necessário fazer um breve giro pela teoria literária ao longo da história. O ponto de partida no tema é dado por Aristóteles. O filósofo grego foi o primeiro grande responsável por associar, de forma sistemática, a semelhança existente entre a pessoa (real) e o personagem, conceito centrado na *mimesis* aristotélica.

De acordo com Brait (2017, p. 38), por muito tempo, a *mimesis* foi tida como a imitação do real, “como uma referência direta à elaboração de uma semelhança ou imagem da natureza”. Mas, como diz a autora,

o que alguns críticos contemporâneos têm procurado demonstrar é que uma leitura mais aprofundada e menos marcada do conceito de arte e, conseqüentemente, do conceito de *mimesis* contidos na *Poética*, revela o quanto Aristóteles estava preocupado não só com aquilo que é “imitado” ou “refletido” num poema, mas também com a própria maneira de ser do poema e com os meios utilizados pelo poeta para a elaboração de sua obra. (BRAIT, 2017, p. 38)

Em suma, a teoria literária afirma que os estudos de Aristóteles indicam dois aspectos essenciais para o personagem. O primeiro é ele sendo um reflexo da pessoa humana realmente; o segundo, como construção vinculada às regras particulares do texto. E, nesse âmbito, é necessário trabalhar com a ideia de *verossimilhança interna* de uma obra.

Portanto, não cabe à narrativa poética reproduzir o que existe, mas compor as suas possibilidades. Assim sendo, parece razoável estender essas concepções, o conceito de personagem, enquanto ente composto pelo poeta a partir de uma seleção diante da realidade, cuja natureza e unidade só podem ser conseguidas a partir dos recursos utilizados para a criação. (BRAIT, 2017, p. 40)

O pensamento de Aristóteles foi predominante até meados do século XVIII. Nesse ínterim, as questões relacionadas ao tema continuaram a ser vistas com um olhar influenciado pelo pensador grego. Horácio, em Roma, divulga as ideias do grego. Ele enfatiza o aspecto moral dos seres fictícios.

Os seres ficcionais não são apenas reproduções do homem como deve ser, mas também modelos a serem imitados por todos aqueles interessados em atingir sua excelência moral. Ou seja, a personagem identifica-se com o homem não apenas em virtude de seu necessário caráter mimético, mas também enquanto proposição de uma moralidade humana que supõe e exige imitação. (SEGOLIN, 1978, p. 19)

Brait diz que

[...] Horácio concebe a personagem não apenas como reprodução dos seres vivos, mas como modelos a serem imitados, identificando personagem-homem e virtude e advogando para esses seres o estatuto de moralidade humana que supõe imitação. Ao dar ênfase a esse aspecto moralizante, ainda que suas reflexões tenham chamado a atenção para o caráter de adequação e invenção dos seres fictícios, Horácio contribuiu decisivamente para uma tradição empenhada em conceber e avaliar a personagem a partir dos modelos humanos. (BRAIT, 2017, p. 44)

Caminhando pela história, chega-se à Idade Média e nela vê-se o modelo de personagem de perfil moralizante ainda mais forte, influenciado pelo cristianismo.

A própria índole fortemente alegórica de certas manifestações do teatro cristão e das novelas de cavalaria nada mais é que a tentativa de destacar, através do alegorismo metafórico que tudo antropomorfiza, a íntima relação existente entre o plano histórico-humano e o plano divino, numa prova evidente do estreito compromisso que se estabelece entre a personagem e o homem. (SEGOLIN, 1978, p. 20)

O romance medieval é uma narrativa moral da arte. Essa mesma característica adentra na Renascença e nos séculos seguintes.

Seria possível elencar aqui vários outros conceituados autores que, durante os séculos XVI e XVII, legaram à posteridade curiosos estudos da personagem como imagem de pessoa revestida da moralizante condição de verdadeiro retrato do melhor do ser humano. E é essa concepção que vai continuar vigorando até meados do século XVIII. (BRAIT, 2017, p. 45)

Chegado esse tempo, segunda metade do século XVIII, as formas de Aristóteles e Horácio começam a declinar. Predominam agora uma visão psicologizante. O personagem é uma representação do mundo psicológico do autor. “Nesse sentido, os seres fictícios não mais são vistos

como imitação do mundo exterior, mas como projeção da maneira de ser do escritor” (BRAIT, 2017, p. 46).

Para se entender isso, é importante dizer que, nesse momento, há uma transformação do que é o romance. Ele se modificou e ficou mais próximo de um novo público, como a autora diz, a burguesia. O romance então passa a tratar das paixões, dos sentimentos humanos, da política, da sátira. “Com o advento do romantismo, chega a vez do romance psicológico, da confissão e da ‘análise de almas’, do romance histórico, romance de crítica e análise da realidade social” (BRAIT, 2017, p. 46).

Em síntese, então, é possível dizer que “a personagem continua sendo vista como ser antropomórfico cuja medida de avaliação ainda é o ser humano” (BRAIT, 2017, p. 47), o que realmente só se altera nas primeiras décadas do século XX. A guinada de concepção vem com a obra *Teoria do romance* (1920), de György Lukács (1885-1971).

Nesta obra Lukács retoma do romantismo alemão a concepção da arte alicerçada na oposição entre antigos e modernos. Os antigos viveram numa unidade de sentido presente no mundo e, na modernidade, o que se vive é a fragmentação desse sentido, uma vez constatada sua possibilidade num mundo prosaico. Lukács transpõe essa distinção para a arte: a epopeia é a forma de expressão da unidade no mundo grego. E, cabe ao romance, portanto, ser a forma de expressão dessa modernidade problemática, e expressão da possibilidade de uma busca do sentido perdido. (MARTINS, 2009, p. 1)

Segundo Brait, o pensador instaura uma concepção de personagem relacionando o romance ao mundo burguês. Sem estar preso ao posto por Aristóteles e Horácio, Lukács vê na narrativa o espaço para o confronto entre o “herói problemático” e o “mundo do conformismo e das invenções”.

O herói problemático, também denominado demoníaco, está ao mesmo tempo em comunhão e em oposição ao mundo, encarnando-se num gênero literário, o romance, situado entre a tragédia e a poesia lírica, de um lado, e a epopeia e o conto de outro. Nesse sentido, a forma interior do romance não é senão o percurso desse ser que, a partir da submissão à realidade despida de significação, chega à clara consciência de si mesmo. (BRAIT, 2017, p. 48)

A concepção de Lukács do personagem é resultante invariável das estruturas sociais, ao construir-se na reprodução do indivíduo problemático padrão. Reprodução que, de alguma forma, pode-se equiparar à que passa a acontecer nas fábricas, com a instalação do capitalismo industrial,

fenômeno irreversível. De toda forma, no que tange ao personagem, este ainda se mantém vinculado ao modelo humano, mesmo trazendo avanços.

Dando andamento, Brait afirma que a década de 1920 foi um período com diversos avanços. Em seus estudos, ela traz a importância do inglês E. M. Forster (1879-1970), que, no livro *Aspectos do romance*, apresentou uma classificação de personagens. Ele desenhou as personagens *flat* (planas) e *round* (redondas).

As planas possuem uma única ideia ou qualidade. “Geralmente, são definidas em poucas palavras, estão imunes à evolução no transcorrer da narrativa, de forma que as suas ações apenas confirmem a impressão de personagens estáticas, não reservando qualquer surpresa ao leitor” (BRAIT, 2017, p. 49). Já as redondas se manifestam ao contrário: são marcadas pela complexidade, trazem várias qualidades ou tendências, que surpreendem o leitor. “São dinâmicas, são multifacetadas, constituindo imagens totais e, ao mesmo tempo, muito particulares do ser humano” (BRAIT, 2017, p. 50).

Sensível à produção literária do momento e tocado possivelmente pelo posicionamento florescente de uma crítica voltada mais para o texto que para o autor, Forster encara a intriga, a história e a personagem como os três elementos estruturais essenciais ao romance e trabalha o ser fictício como sendo um entre os componentes básicos da narrativa. Essa concepção, que encara a obra como um sistema e possibilita a averiguação da personagem na sua relação com as demais partes da obra, e não mais por referência a elementos exteriores, permite um tratamento particularizado dos entes ficcionais como seres de linguagem, e resulta numa classificação considerada profundamente inovadora naquele momento. (BRAIT, 2017, p. 49)

Interessante notar que os elementos abordados por Forster de alguma forma começam a dar um contorno do que pode vir a ser a narrativa, o que mais na frente se poderá somar com as colocações de Motta (2013), ao falar sobre os planos narrativos e os movimentos para uma análise pragmática.

Entretanto, a grande guinada do personagem, que passa a ser visto como *ser de linguagem*, só tem início com os formalistas russos. Aqui começa a ganhar contornos particulares. “Filiado ao futurismo russo e à linguagem estrutural, o formalismo surpreende na década de 1930 por sua oposição ao didatismo predominante na crítica russa e por sua reação ao materialismo histórico marxista, prescrito pelo partido” (BRAIT, 2017, p. 52).

Passa-se a ter a obra como um sistema particular. Então, os formalistas se voltam aos elementos que concorrem na composição do texto e como eles se organizam. Por essa teoria, “a personagem passa a ser vista como um dos componentes da fábula, e só adquire sua especificidade de ser fictício na medida em que está submetida aos movimentos, às regras próprias da trama” (BRAIT, 2017, p. 52).

Assim, desse momento em diante é que a teoria literária passa a entender o personagem como um signo, inserido em uma concepção semiológica. Em outras palavras, os personagens não mais se explicam pelas “relações de semelhança com um modelo humano, mas em decorrência do tipo de relação que mantêm com os demais componentes da obra-sistema” (SEGOLIN, 1978, p. 28).

A partir dessa visão, apresenta a noção semiológica de personagem não como um domínio exclusivo da literatura, mas como pertencente a qualquer *sistema semiótico* (cinema, teatro, etc.). Discute os domínios diferentes e os diversos níveis de análise, colocando a questão do herói/anti-herói e da legibilidade de um texto como pontos que divergem de sociedade para sociedade e de época para época. (BRAIT, 2017, p. 54)

Na semiologia, Philippe Hamon definiu três tipos de personagem, apresentados por Brait. Para ele, há os “referenciais” que são aqueles que remetem a um exterior, normalmente situados na história, por um tempo e um espaço. O grau de entendimento dele pelo leitor vai depender do grau de compartilhamento cultural que este faz do contexto que o personagem faz parte. Estão vinculados aos heróis e aos protagonistas.

Desenvolve o tipo “*embrayeurs*” que são os personagens cujos elementos dependem de outros da narrativa para fazerem sentido. Não estão vinculados a nenhum signo externo. Por último, tem-se os personagens “anáforas” que são aqueles que só podem ser apreendidos completamente na rede de relações de toda a obra.

Brait também ressalta a contribuição de A. J. Greimas. Afirma que ele, em especial nas obras *Semântica estrutural* (1966) e *Sobre o sentido* (1970 e 1983 – dois volumes), trocou o personagem por *ator*, “referindo com esse termo a ‘unidade lexical do discurso’, cujo conteúdo semântico mínimo é definido pelos semas (unidades de significação): entidade figurativa, animada, suscetível de individualização” (BRAIT, 2017, p. 56).

Em que pese não ser objetivo desse trabalho aprofundar tanto nessas visões, mas, sim, nesse momento, ser um mapa do caminho pelo qual o personagem percorreu, é válido saber que Greimas

ainda diferenciou *ator* de *actante*. O *actante* é um *arquiator* que pode se expressar por vários atores na mesma narrativa. “Para Greimas, existem seis *actantes*: sujeito, objeto, destinador, destinatário, opositor e adjuvante. E as relações estabelecidas entre os actantes, numa dada narrativa, constituem o seu *modelo actancial*” (BRAIT, 2017, p. 57).

Em seus estudos, Brait ainda traz uma série de outras contribuições. Uma delas é a de *Bakhtin e o Círculo*. Formado por vários autores, o trabalho desse grupo basicamente desenha

uma concepção de linguagem, assim como as possibilidades de seu enfrentamento a partir da busca de um método sociológico singular e/ou de uma poética da prosa, de maneira a construir conhecimento linguístico, literário, filosófico, sinalizando as fronteiras que permeiam existência e cultura, ideologia do cotidiano e ideologia sistematizada, vivência e ciência, a vida e arte, elegendo o diálogo (ideias e pontos de vista entre ao menos duas consciências em tensão) como sustentáculo. (BRAIT, 2017, p. 57)

Especificamente no que toca ao personagem, Brait fala sobre os estudos de Mikhail Bakhtin. Destaca os textos: *O autor e o herói [a personagem] na atividade estética*; *Problemas da poética de Dostoiévski* e *O Discurso no romance*. Ela explica que essas produções não têm como objetivo principal classificar os personagens, mas sim abordar questões ligadas à prosa literária, quando pretende discutir, por exemplo, o gênero polifônico. Isso não exclui a reflexão sobre o personagem, que é pensado na perspectiva do herói, com profundidade, como criatura com voz criada por um autor.

A maneira de construir um *herói*, de acordo com as reflexões bakhtinianas, faz parte de uma questão maior, que é “a ética da responsabilidade”, baseada na primazia do *outro*. E nesse sentido, embora o *herói* aqui circunscrito possa ser confrontado com a realidade histórica e até empírica, são as construções diferenciadas, muitas vezes em torno de uma mesma *entidade histórica*, digamos assim, que nos levam ao “embate entre consciências”, entre ideologias, como diz Bakhtin, e a uma certa percepção e compreensão da realidade, por meio justamente do processo de sua encarnação nos discursos em geral e nos discursos artísticos/literários em particular. (BRAIT, 2017, p. 59)

Um tratamento vigente para a personagem, portanto, seria não descartar as diversas contribuições. Brait aponta para a direção de se somar as abordagens da “Filosofia, Psicanálise, Sociologia, diferentes Semióticas, Teorias Literárias, Análises do Discurso, que, centradas na construção do texto, permitem voos ao redor dos discursos que atravessam esses textos e permitem pensar o objeto real da literatura, que é a condição humana” (BRAIT, 2017, p. 66). O mais essencial

é ter em mente que o personagem deve ser analisado em relação aos outros componentes da narrativa.

3.2 O PERSONAGEM NO (TELE)JORNALISMO

Mesmo na teoria literária, campo em que a criação de personagens não está condicionada a estabelecer e/ou manter conexões com a realidade, já que decorre através do texto ficcional, a relação personagem e pessoa acontece de modo patente. No jornalismo, este vínculo apresenta-se como necessário, em razão das peculiaridades da narrativa de notícias e dos efeitos que ela pretende causar. Vale recordar que “diferentemente da literatura, a narrativa no jornalismo obedece preceitos julgados como fundamentais para o desenvolvimento de um *ethos* pautado pela verdade dos fatos” (CALADO; ROCHA, 2017, p. 13).

Assim, como afirma Klein (2009), ao citar Monteiro (2009, p. 2), “o jornalismo pretende contar as histórias como um observador das experiências alheias” e “a utilização do recurso do personagem tornaria a narrativa televisiva mais concreta para os telespectadores por meio da identificação com o problema descrito na matéria” (COUTINHO, 2010, p. 11).

Tecnicamente falando, a narração – mesmo a não fictícia –, para não se tornar em mera descrição ou em relato, exige, portanto, que não haja ausências demasiado prolongadas do elemento humano (este, naturalmente, pode ser substituído por outros seres, quando antropomorfizados) porque o homem é o único ente que não se situa somente “no” tempo, mas que “é” essencialmente tempo (ROSENFELD, 1987, p. 28).

No entanto, obviamente, no jornalismo este personagem não é o indivíduo, não se confunde com a pessoa real. O personagem, portanto, é uma representação, um ente.

Embora pareça óbvio, é preciso sempre chamar a atenção para esse aspecto. Analistas experientes costumam cair na armadilha e confundir personagens com pessoas reais. A personagem é uma categoria linguística, uma figura da dramaturgia. (do conto, da novela, da narrativa jornalística, etc.) (MOTTA, 2010, p. 188)

Os personagens estão classificados em níveis de existência. Há os ficcionais, criados a partir da imaginação do narrador, ainda que tenham traços inspirados em pessoas da vida real. Os não ficcionais, em que os personagens são reais e representam mais fidedignamente a realidade. Já os reais-ficcionais são os personagens da narrativa que remetem a pessoas da vida real, sem que, necessariamente, as represente.

Naturalmente, ao jornalismo cabem os personagens não ficcionais.

As personagens jornalísticas costumam ser fortemente individualizadas e transformam-se frequentemente no eixo das estórias. Confundem-se constantemente com os seres de carne e osso. O analista deve se lembrar de que está desenvolvendo uma análise da narrativa jornalística, de como as notícias constroem conflitos, enredos, personagens, mocinhos, bandidos. A análise recai sobre eles, não sobre a realidade em si mesma. O objeto de análise é a versão, não a história (a versão é a própria história). (MOTTA, 2013, p. 192-193)

Importante dizer neste momento do trabalho que no jornalismo normalmente o termo personagem é aquele que surge no contexto da reportagem, participando raramente do noticiário, daquilo que se chama mais comumente de jornalismo de pirâmide, vinculado à noção mais tradicional do lide. Nas notícias, conforme assevera parte da literatura relacionada ao tema, sobretudo ao discutir os gêneros jornalísticos, as pessoas que aparecem na narrativa são identificadas como *fontes*.

No jornalismo de pirâmide o papel de fontes de informação, de acordo com Schmitz (2011), configura-se tanto no auxílio à apuração das notícias, enquanto entrevistados, como no oferecimento de conteúdo próprio para deliberadamente fornecer informações que possam dar origens a pautas de notícias e reportagens – podendo, nesse caso, ser consideradas como “um poder que mede forças com o ‘poder da imprensa’”. (PASSOS, 2017, p. 88)

Em que pese compreender a distinção, que tem certo sentido e que está bastante vinculada à ideia de um jornalismo de aprofundamento/literário *versus* um jornalismo diário/*hard news*, enquadraremos as fontes como personagens, independentemente do gênero de notícia ao qual estejam vinculadas, desde que componham a narrativa. Entende-se aqui que a concepção de personagem deve ser macro e norteadora, o que, diga-se de passagem, serve de base conceitual para os fins de análise das narrativas neste estudo. As fontes, sob esta lógica, passam a ser vistas como um grau especializado dos personagens, categoria básica.

Se o jornalismo, de certa forma, pode admitir a existência de fontes, as quais são ainda organizadas pelo tipo de interesse que tenham na informação, a exemplo os tantos manuais disponíveis, é porque há anteriormente uma dimensão sobreposta, que é a do jornalismo enquanto narrativa.

Com características semelhantes à narrativa literária, a narrativa jornalística possui enredo, narrador e personagem, o que diferencia daquela é a sua capacidade de contribuir com a construção social da realidade; é o que Motta (2005) chama de narrativa fática, quando relacionada ao jornalismo, e narrativa fictícia, na literatura. (CALADO; HEITOR, 2017, p. 14)

Falando um pouco mais acerca do assunto, da tensão binária fonte x personagem, parecem importantes as colocações de Passos (2017) que dedica parte do seu trabalho ao estudo da problemática, dentro do jornalismo científico. O autor percebe que o jornalismo de pirâmide deposita mais confiança nos definidores primários das notícias – cuja definição será dada mais à frente – , com a finalidade de alcançar uma maior objetividade nos relatos.

Desse modo, podemos afirmar que o jornalismo de pirâmide se fia não em indivíduos para a representação e análise de fatos, mas em instituições – governos, órgãos de polícia e defesa, empresas e, principalmente, os diversos ramos da ciência; e seria justamente o poder institucional dessas organizações, seu prestígio e reconhecimento social, o que conferiria credibilidade tanto às fontes que as representam quanto ao material noticioso que faz uso delas para tratar de determinado acontecimento. (PASSOS, 2017, p. 88)

Tem-se, desse jeito, uma distorção quase que sistemática dos personagens para atender a fins noticiosos, que (re)alimentam os mitos da objetividade e da imparcialidade, ditos anteriormente.

A definição da leitura do real por essas fontes, assim como a circulação majoritária de suas declarações, que as hierarquiza num estrato superior de qualidade e credibilidade em relação a outros tipos de fonte, acaba por reforçar o suporte à ideologia oficial e por silenciar e marginalizar outras vozes e possibilidades interpretativas, fenômeno a que Noelle-Neuman (1993) denomina *espiral do silêncio*. (PASSOS, 2017, p. 88)

A teoria da espiral do silêncio surgiu nos finais dos anos 1960 e começos dos 1970, e atestou, de certa maneira, que o clima de opinião dependia de quem falava e de quem permanecia em silêncio. A pesquisadora relata um episódio sobre seguidores políticos dos democratas cristãos e dos social democratas. Ela diz que

quicá os seguidores dos democratas cristãos e dos social democratas estiveram igualados em número, mas não contavam com a mesma energia, entusiasmo nem disposição de expressar e exibir suas convicções. Só apareciam em público propagandas e símbolos sociais democratas, assim não é raro que a força relativa dos dois partidos fosse avaliada incorretamente. Nesse momento se desenvolveu uma dinâmica peculiar. Os que estavam convencidos de que a nova política (*ostpolitik?*) era adequada pensavam que suas ideias acabariam sendo aceitas por todos. Assim, estas pessoas se expressavam abertamente e defendiam confiantemente seus pontos de vista. Os que rechaçavam a nova política se sentiam marginalizados. Se retiraram e se calaram. (NOELLE-NEUMANN, 2003, p. 21-22)

Segundo ela, a inibição de um lado deixa o outro mais forte do que realmente era, como se o primeiro fosse dono de uma opinião débil. Diante de uma suposta debilidade, surgiu um convite

ao silêncio, chegando o outro ponto de vista a dominar a cena pública “e o outro desapareceu da consciência pública ao se emudecer seus partidários. Este é o processo que podemos classificar como “espiral do silêncio” (NOELLE-NEUMANN, 2003, p. 22).

Fato é que, de algum lugar, a dicotomia personagem/fonte aparenta colaborar para justificar, somada a outros fatores, a construção de narrativas pouco satisfatórias do ponto de vista do esclarecimento. Se a própria literatura sobre o assunto oferece a visão de que nas reportagens os assuntos são postos com mais abertura, e isso passa pelo uso do personagem, é de se refletir o contrário: notícias mostram-se como narrativas fechadas.

No entanto, para alcançar melhor as características do que é esse personagem, é importante trazer mais sobre a reportagem em televisão. Sim, reportagem. Mais uma vez, o personagem é apresentado dentro desse contexto da matéria de profundidade ou mesmo de um programa. Segundo Klein (2009, p. 4), a reportagem é feita “a partir de ‘fatos geradores de interesse’ e explora as implicações, as motivações, atua na investigação e interpretação dos elementos envolvidos numa problemática social”.

De acordo com a autora, a reportagem expande o formato das notícias, seja pelo tempo, pelo estilo das entrevistas, pelos detalhes de edição, etc. Não fala obrigatoriamente de um assunto, mas são mais recorrentes temáticas de comportamento, saúde, curiosidade, natureza, fatos históricos.

Nas reportagens, a proximidade com o leitor é aumentada, o nível de detalhes da história contada também. “Além dos aspectos referenciais, a reportagem revela ângulos diferenciados, amplia a visão sobre um assunto” (KLEIN, 2009, p. 5). Pode ser feita dentro de um noticiário cotidiano, mas é mais comum em programas específicos, o que coaduna com nossa expectativa.

Em muitas vezes, os personagens assumem o ponto central do relato, papel de destaque,

quando sua experiência é entendida como fundamental para explicar uma situação, secundária, quando cumpre papel de exemplificar dados narrados, ou como elemento contextual, em que permite entender o ambiente em que a reportagem se realiza. O personagem é ainda o elemento ordinário, que poderia ser qualquer um, e possibilita uma reflexão relacional, entre o individual e o social. (KLEIN, 2009, p. 5)

Em um dos seus trabalhos, falando agora mais notadamente do personagem, a autora trata da *emergência do personagem no jornalismo*, explicando que o fenômeno surge em um cenário de

perda de referenciais ideológicos e certo voyeurismo [que] leva à investigação da vida privada, para descobrir particularidades e tornar pessoas famosas comuns, ou

comentar sobre problemas privados que são compartilhados, em termos de semelhanças, entre as pessoas. (KLEIN, 2009, p. 6)

Nesse contexto, os personagens têm sido compreendidos como aqueles que executam uma determinada ação que gerou um fato, “mas na reportagem costuma significar um indivíduo que conta uma história que provoca um tema, intercala-se com um tema, mostra um ambiente ou permite explicar um fato” (KLEIN, 2009, 10).

Ainda de acordo com Klein,

os personagens podem ter participação fundamental no desenvolvimento da ação, ou podem participar como parte do espaço social ou ambiente que está sendo ilustrado. Podem acompanhar toda a reportagem, ou participar apenas de um trecho, podem representar uma categoria ou um grupo de indivíduos – mas nestes casos ainda mantendo suas características pessoais em destaque. Os personagens são caracterizados pelo que referem de si mesmos, pelo que o repórter e o próprio ambiente dizem deles, e pelo que suas ações e condutas dizem dele. (KLEIN, 2009, 10)

As possibilidades narrativas para o personagem são variadas, mas, a depender delas, fica evidente, inclusive, sua força, tornando-o imperativo noticioso, seja na grande reportagem, seja nas notícias do dia a dia. É por essa razão incontestável que o personagem é dado igualmente como um valor-notícia.

3.3 O PERSONAGEM COMO VALOR-NOTÍCIA

Antes de levantar as hipóteses para os personagens como valor-notícia, faz-se indispensável discorrer minimamente sobre o que vem a ser esta medida de valor. Sim, é uma medida de valor, pois deve ser entendida como a razão de um fato ser convertido em um relato jornalístico. Em suma, se um acontecimento não tiver valor(es)-notícia suficientes não ganhará o *status* de um relato jornalístico. Será apenas mais um acontecimento no mundo.

Segundo Wolf (1985), todo veículo de imprensa tem o objetivo de ofertar como notícia acontecimentos significativos e interessantes. Mas, por mais simples que isso pareça, o autor declara que este é um ato complexo, que requer certa sistematicidade.

O mundo da vida cotidiana – a fonte das notícias - é constituído por uma superabundância de acontecimentos [...]. São esses acontecimentos que o órgão de informação deve selecionar. A seleção implica, pelo menos, o reconhecimento de que um acontecimento é um acontecimento e não uma casual sucessão de coisas cuja forma e cujo tipo se subtraem ao registo. O objetivo de selecionar tornou-se mais difícil devido a uma característica posterior dos acontecimentos.

Cada um deles pode exigir ser único, fruto de uma conjunção específica de forças sociais, econômicas, políticas e psicológicas que transformaram um acontecimento “neste acontecimento particular” [...]. Do ponto de vista do órgão de informação, é impossível aceitar essa pretensão quanto a todos os acontecimentos. Como qualquer outra organização complexa, um meio de informação não pode trabalhar sobre fenômenos idiossincráticos. Tem de reduzir todos os fenômenos a classificações elaboradas propositadamente, como os hospitais que “reduzem” cada doente a um conjunto de sintomas e de doenças [...]. (WOLF, 1985, p. 82)

Wolf explica que os valores-notícias estão vinculados às características de organização de trabalho nos órgãos de comunicação de massa e aos elementos da cultura profissional. Nesta base, serão definidos quais serão os valores determinados para converter acontecimentos em notícia. Ele acrescenta que

a definição e a escolha daquilo que é noticiável – em relação àquilo que, pelo contrário, não o é – são sempre orientadas pragmaticamente, isto é, em primeiro lugar, para a “actibilidade” de produto informativo a realizar em tempos e com recursos limitados. (WOLF, 1985, p. 83)

Dito de uma outra maneira, eles podem ser compreendidos como

critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção, isto é, não estão presentes só na seleção de notícias, mas participam de todas as operações anteriores e posteriores à escolha, embora com um relevo em cada situação. Eles são dinâmicos, ou seja, mudam em função de aspectos culturais, sociológicos e das tecnologias. (VIZEU, 2005, p. 27)

Os valores-notícia são um elemento de noticiabilidade, que, por seu turno, é “o conjunto de elementos com os quais as empresas jornalísticas controlam e produzem a quantidade e o tipo de fatos, entre os quais vai selecionar as notícias” (VIZEU, 2005, p. 26). A definição do valor-notícia opera de acordo com os *princípios de seleção e construção da notícia*, segundo Traquina (2004).

Há uma organização para os valores-notícias, de acordo com Wolf. Ao todo, listam-se cinco grandes grupos, sendo eles: *categorias substantivas; categorias relativas ao produto; características relativas aos meios de informação; características relativas ao público; e categorias relativas à concorrência*.

Dessas, as categorias substantivas têm rebatimento no tema do personagem, pois relacionam-se a ele e ao fato em si. Subdividindo-as, encontram-se o critério da *importância* que se comunica com o grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no fato; o impacto sobre a nação e

interesse nacional; a quantidade de pessoas envolvidas no fato; a relevância e significação do fato quanto a sua potencial evolução e consequência.

Especificamente, dois desses se relacionam com a dimensão do personagem: *o grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no fato*, que diz que, “quanto mais o fato disser respeito às pessoas que ocupam uma posição de destaque na hierarquia social (personalidades famosas), mais possibilidades têm de virar notícia” (VIZEU, 2005, 27); e a *quantidade de pessoas envolvidas no fato*, sobre a qual se pode afirmar que, “quanto maior for o número de pessoas envolvidas num desastre, quanto maior for a presença de *pessoas famosas* autoridades, políticos, artistas) numa ocasião formal, maior é a *visibilidade* do fato” (VIZEU, 2005, p 27-28).

Ainda na *categoria substantiva* há o segundo critério, o *interesse*. Explica Vizeu que “a avaliação e categorização desse *valor-notícia* depende muito da perspectiva que os jornalistas têm da audiência e dos seus interesses”. Aqui elencam-se as:

I- Histórias de gente comum em situação insólita ou histórias de homens públicos surpreendidos no dia a dia da sua vida privada; II – Histórias em que se verifica uma inversão de papéis (um exemplo muito comum utilizado nos Cursos de Jornalismo e até mesmo nas redações para definir o que é notícia é que se *um cão morde um homem*, isso não interessa; mas *se o homem morder o cão*, o fato vira notícia); III – Histórias de interesse humano (a mulher da favela que, apesar de todas as dificuldades, montou uma creche em casa para cuidar dos filhos das mulheres que vão trabalhar); IV – Histórias de feitos excepcionais e heróicos (o bombeiro que coloca em risco a própria vida para salvar alguém numa tragédia). (VIZEU, 2005, p. 28)

Em suma e em outras palavras, sua importância pode ser traduzida nos valores-notícias da *notoriedade* e da *notabilidade*. No primeiro, fala-se do grau de importância da pessoa, do nome e da posição que ocupa. Por exemplo, “o que o presidente da República faz é importante porque o presidente da República é importante” (TRAQUINA, 2004, p. 109). Por notabilidade, entende-se a qualidade de um acontecimento ser visível. Uma delas é, por exemplo, a quantidade de pessoas que um acontecimento envolve. Uma outra é o *insólito*, revelado claramente na figura do personagem. “É o ladrão que vem entregar o carro roubado; o banhista que estende a toalha e encontra um moribundo; os bombeiros que apagam o fogo com leite, etc.” (TRAQUINA, 2004, p. 111).

Traquina relaciona também os *valores-notícia de construção*, com os quais se pode estabelecer ligação com a *personalização*, entendida como o processo de valorizar as pessoas

envolvidas no acontecimento, acentuando a importância delas. Assim, quanto mais personalizado é um acontecimento, mais possibilidades tem a notícia de ser notada. Outro valor-notícia de construção para a comunidade jornalística é a *dramatização*, que é o “reforço dos aspectos mais críticos, o reforço do lado emocional, a natureza conflitual” (TRAQUINA, 2004, p. 118).

Assim, pode-se afirmar que os personagens são, em grande medida, componente importante na definição das notícias, além de ser um aporte narrativo essencial. Mas não que isso seja algo contemporâneo, recente ou atual. Em um retrospecto na história do jornalismo, indo ao tempo em que apenas havia os jornais pré-modernos, no século XVII, as *folhas volantes*, pode-se observar o fenômeno.

Durante bom tempo, elas se dedicavam a um único tema, diferentemente dos jornais, que compilavam variedade, divulgando julgamentos moralistas e leis religiosas. No entanto, em um determinado momento, passaram a noticiar assassinatos e informações sobre a vida de celebridades, notadamente o rei e sua corte. “Os atos e as palavras das pessoas importantes, as crônicas e as proezas de personalidades de ‘elite’, como, por exemplo, o rei e/ou a rainha, eram ‘notícia’” (TRAQUINA, 2004, p. 98).

Além das personalidades, tinham destaque, nas *folhas volantes*, as catástrofes, as abominações, as feiticeiras, os milagres e os acontecimentos bizarros de uma forma geral. O valor-notícia, nesta época, se situava no não habitual, nos fatos que “produziam maior espanto, a mais profunda maravilha, a maior surpresa” (TRAQUINA, 2004, p. 97).

Já nos anos de 30 e 40 do século XIX, momento em que a imprensa se move para sua configuração de massa, um novo jornalismo começa a surgir. Os jornais passam a dar mais destaque às notícias locais e às histórias de interesse humano. |Ao longo do século XVII, as publicações eram voltadas à discussão política; era o tempo dos jornais políticos. Essa nova forma de entender a notícia teve como pano de fundo as reportagens sensacionalistas sobre tragédias, escândalos, histórias de crimes.

Vale lembrar que aqui enfatizam-se os critérios condizentes à perspectiva do personagem. Existe uma série de outros valores (proximidade, relevância, novidade, fator tempo, simplificação, visualidade, amplificação) que como tal contribuem para que um acontecimento seja elevado à categoria de notícia. Ressalte-se, por fim, que tais critérios não funcionam como imperativos. Eles devem ser entendidos na sua multiplicidade e pela capacidade de se entrelaçarem.

3.3.1 Como se configuram os personagens nas notícias

Um ensaio de teatro é invadido por seis personagens, de uma mesma família, que tentam convencer o diretor da companhia a encenar as suas vidas. Os personagens, nascidos da imaginação de um autor que depois se recusou a escrever a história, se oferecem enquanto possíveis atores para a peça. Eles ensejam que os atores representem seus dramas na tentativa de se libertarem das angústias que carregam.

Como era de se prever, de imediato, o diretor se irrita com a situação, com o fato de o ensaio ter sido interrompido. Mas, aos poucos, percebe o quanto aquela situação inusitada está sendo interessante e, após conversa, decide dar uma oportunidade aos seis personagens. No entanto, a forma de representação proposta pelo diretor não é aceita pelos personagens, porque eles percebem que não serão bem representados pelos atores da companhia, uma vez que entendem que seus dramas podem ser colocados de forma mais coerente e real por eles mesmos.

A situação esposada acima resume, *grosso modo*, a obra *Seis personagens à procura de autor*, do dramaturgo Luigi Pirandello (1867-1936), escrita em 1921. Nela, são evidenciadas as discussões entre os personagens e o diretor, constituindo uma análise filosófica do teatro. Na peça, os personagens tentam mostrar ao diretor que suas vidas são reais, em relação ao palco, e ele, defendendo a relatividade do que está sobre o palco, toma como parâmetro a vida “real”, elaborando assim um pensamento metalinguístico para o teatro. Diferentes níveis de fabulação são propostos: a luta dos personagens com o diretor, transformado em autor; a luta entre os vários personagens em desacordo constante sobre o significado ou mesmo sobre os fatos da história que cada um viveu a seu modo.

Seria possível transpor esse grau de fabulação para o mundo jornalístico? Em que nível se pode fazer um paralelo ao exposto no roteiro de Pirandello com o movimento que acontece entre jornalistas e personagens, dentro da rotina de produção de notícias?

A priori, pode-se dizer, sim, que a metáfora é útil para analisar como age o jornalista e depois como estão dispostos os personagens no mundo noticioso. Porém, antes, faz-se fundamental explicitar a comunicação entre os dois campos, teatro e jornalismo, a semelhança entre eles.

Em seus estudos, Coutinho (2012) constata a presença de uma dramaturgia no telejornalismo, em razão do seu componente dramático. Não obstante as colocações sobre a dramaturgia no telejornalismo serem mais vastas e complexas ao pouco que propomos aqui, é

interessante dizer que a linguagem dramática é uma técnica secular para deter a atenção das pessoas, tendo a autora identificado que ela ocorre no gênero telejornalístico.

Resta verificado, pois, que um dos elementos mais importantes no projeto dramático é o personagem, além da dimensão do próprio conflito, a qual já esposamos anteriormente. Fora isso, coexiste a ideia de começo-meio-fim na narrativa, que, na maioria das vezes, vem com uma carga de reforço a valores morais e de conduta.

O noticiário de televisão é espaço para que experimentemos os pequenos e grandes dilemas cotidianos, emoções de anônimos e autoridades, editadas segundo uma série de características que as aproximam das narrativas de ficção, do terreno da (tele) dramaturgia. (COUTINHO, 2012, p. 2)

Prosseguindo à análise da metáfora de Pirandello. É possível identificar dois critérios de ponto de partida para o personagem jornalístico dentro desse quadro. O primeiro deles é que no cotidiano das notícias existe o que se chama de *personagem espontâneo*, aquele, assim como o nome sugere, que não é produzido. É aquele que eventualmente decorre de uma matéria factual, sendo suporte à *narrativa de simultaneidade* (CHARAUDEAU, 2006). Dentro das classificações de fonte, que se apresentam na metodologia deste trabalho, é o que Lage (2001) denomina por *primário* e/ou *testemunhal*. O segundo, presente nas *narrativas de reconstituição* (CHARAUDEAU, 2006), é o de *personagem produzido*. Sua confecção é pensada a partir de uma montagem para abordar determinado tema. Adiantando a metodologia, novamente, seria algo relacionado às fontes *secundárias* e/ou *institucionais/expert*.

Isto posto, pode-se olhar o processo de construção de personagens, no qual o jornalista tem papel fundamental, em novas duas instâncias. A primeira é a que o jornalista assume o papel de diretor, cabendo a ele decidir sobre a validade do relato. Certo ou errado, bom ou ruim, é sobre ele que recairá a decisão de contar uma história e não outra, de ouvir aquela ou esta pessoa.

É claro que tal escolha está atrelada a um número x de fatores, sendo um deles o tempo, eixo central das rotinas de produção no jornalismo. Bourdieu (1997, p. 23) diz que “o tempo é algo extremamente raro na televisão”. No caso específico do telejornalismo, o personagem ideal precisa dizer o que o repórter precisa ouvir, de preferência no menor espaço de tempo possível. Como em Pirandello, o jornalista, no posto de diretor, tem a sua disposição uma quantidade, neste caso, mais que suficiente de representantes para o que desejar relatar.

A segunda aproximação trata do movimento oposto: o personagem em direção ao jornalista. Na peça, fica claro que seis pessoas, que compartilhavam uma causa genérica (elas queriam ter suas histórias contadas independentemente da desistência de quem as criou), mas com demandas específicas (existência e singularidade de dramas individuais), projetaram-se ao diretor de modo a garantir um espaço naquela encenação.

Não obstante, semelhante dinâmica acontece no jornalismo, sobretudo nas narrativas televisivas. O surgimento, bem como o oferecimento de personagens, quase que em larga escala, leva à reflexão acerca da pré-fabricação de personagens pelas assessorias de imprensa e comunicação para serem colocados à vista no noticiário, entendido como palco, como lugar de visibilidade garantida. Aqui, neste caso, o foco é nos *personagens produzidos*.

A ideia de que toda pessoa seria um personagem em potencial para o jornalismo é ofuscada pelo mercado inflacionado de sugestões de pautas. Inicialmente, não há por que refutar tal tipo de serviço. Mas, certamente, há que se pensar sobre o grau de encenação do personagem encaminhado pelas assessorias (oficiais/institucionais/etc.), dado o interesse envolvido. Ora, se o jornalista pretender garantir que seu relato seja o mais verossímil possível, comprometido com a realidade, isso também deve se estender à forma como o personagem é utilizado.

Ainda sobre a relação estreita com esse tipo de fonte e informação, há que se pensar sobre o grau de dependência das redações aos *releases*, sobretudo pelo fator tempo. É possível que, com o tempo, a audiência passe a desconfiar e a se sentir, de certa forma, enganada pelo excesso de matérias produzidas, essas sendo um termômetro para um possível distanciamento da realidade e das questões de interesse da sociedade.

O assédio dos assessores pode ser explicado pelo fato de os *media* dependerem de determinadas fontes para ter a notícia. Elas são chamadas de *definidores primários* da notícia e englobam as fontes institucionais, porque são regulares e confiáveis, consoante ao antecipado. A perda de autonomia para elas está imbricada com as estruturas de rotina de produção, que, na maioria das vezes, obrigam os jornalistas a *reproduzir as definições dos poderosos*.

As pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade combinam-se para produzir um *exagerado acesso* sistematicamente estruturado aos *media* por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. Deste modo, os *media* tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. (HALL, 1999, p. 299)

Tal constatação redistribui o papel de cada agente no processo de produção jornalística. Ao jornalista, caberia somente a posição subordinada aos *definidores primários*, sendo assim, ele passaria a ser um definidor secundário da notícia.

Os *media* não são frequentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos; mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, ao *media* como “fontes acreditadas”. (HALL, 1999, p. 230)

Evidentemente, nem todo personagem produzido está relacionado ao movimento junto aos definidores que abordamos assim. Há a hipótese de ele ser construído nas próprias redações. Isso é também comum.

Achar o personagem é considerado pelos repórteres de economia uma das maiores maratonas a que eles estão sujeitos. Os repórteres costumam conseguir ligando para sindicatos; em questões jurídicas, com o advogado da causa; perguntando na redação; com amigos; família; ou indo para a rua, se for uma matéria de banco, supermercado, fila de desemprego, etc. Em muitos casos a fonte da informação acaba funcionando também como fonte do personagem. Muitos repórteres reclamam da tarefa, que é bastante trabalhosa, outros garantem que fazer personagens lhe dá mais sensibilidade para estruturar aquela matéria, além de deixar a reportagem mais completa. (MAURÍCIO, 2003, p. 100 *apud* KLEIN, 2009, p. 11)

Geralmente, a entrevista com o personagem está previamente agendada por um produtor, que, nesse sentido, tem como função pinçar do tecido social rostos, vozes e histórias que se encaixem nas mensagens de cada matéria. O produtor é também jornalista e tem a responsabilidade de apurar as histórias e roteirizar a participação de cada entrevistado e personagem. (RODRIGUES; FILHO, 2013, p. 10)

Nessa passagem, ressalte-se, fica evidente como a literatura jornalística diferencia o personagem daquilo que compreende como fonte, cuja denominação feita é por entrevistado, normalmente vinculada a algo/alguém interessado em promover determinado tipo de informação. Tanto que, basta observar, a maioria das classificações das fontes está atrelada à perspectiva e ao interesse, tipificando-as pela natureza, origem, identificação, etc.

Em tempo, vale dizer que, a inclusão de personagens nos relatos telejornalísticos só se tornou possível depois da conjunção de três fatores. O primeiro deles é a criação e apropriação do *videotape*, fita de vídeo usada para o registro de imagens televisivas, que possibilitou a gravação prévia de programas destinados a transmissões posteriores. A primeira gravação em *videotape* da televisão brasileira aconteceu em 1959, na extinta TV Continental. Se, por um lado, as ferramentas

de gravação evoluíam, foi preciso que as de edição acompanhassem tal demanda. Os importantes avanços tecnológicos, contudo, não dariam conta por si só da missão de contar histórias por meio dos personagens. O terceiro fator preponderante foi o surgimento do repórter, aquele sujeito que vai para a rua em busca dos acontecimentos e que, de uma forma ou de outra, começa a estabelecer contato com as pessoas, com o mundo.

3.4 CLASSIFICAÇÃO PARA OS PERSONAGENS

Um dos desafios deste trabalho é propor, dado o reconhecimento do personagem como elementar nas notícias, uma classificação sobre os possíveis efeitos dele na narrativa telejornalística. Não fazendo distinção sobre o tipo de narrativa, se reportagem ou notícia, nem com a pretensão de impô-la de modo fixo ou exclusivo, tem-se como objetivo perceber como, ao se relacionar umas com as outras, essas características permitem que uma perspectiva de esclarecimento cerque a mensagem.

É possível admitir que se parte do mesmo lugar que se nega. Explica-se: se, em uma grande reportagem, os personagens possuem atributos narrativos que ampliam as possibilidades de elucidação da narrativa, por que não conceber que um rol deles como fins desejados, tornando-os categorias e marco de análise/referência para a construção desses e de narrativas no cotidiano?

Sim, desta maneira, parte-se da ideia de que, em uma boa matéria, um “bom” personagem deveria contemplar qualquer uma dessas características que seguem. A saber, elas podem contribuir, em algum nível, para narrativas mais próximas do público, pois estarão mais acessíveis, plurais, abertas à compreensão.

As categorias/efeitos assumidos pelos personagens seriam: *consonância, veracidade, humanização, abrangência, inteligibilidade e pedagogia*.

O primeiro recurso, o da *consonância*, diz que os personagens estão para contar “velhas” histórias como se fossem “novas”. A diferença entre a narrativa sobre o aumento do preço do quilo do feijão deste ano e a do ano passado está justamente no depoimento do personagem, no testemunho da dona de casa, por exemplo. Este será o diferencial da matéria que o espectador já assistiu algumas dezenas de vezes. Ao personagem cabe a missão de ser a novidade do contexto. O caráter de atualizar determinadas temáticas permite ao personagem quase que ser um acontecimento dentro daquele que se apresenta como “velho”.

Outrora, este mesmo critério já foi fichado pelos pesquisadores dos valores-notícia. O valor de *consonância* liga o acontecimento que está selecionado com uma pré-imagem mental em que o “novo” acontecimento é construído em função de uma “velha” imagem ou de uma “velha” narrativa que já existe. O elemento, que foi ratificado também durante os estudos de Traquina, diz que a notícia deve ser interpretada num contexto conhecido.

O uso do “ator” assume ainda a categoria/efeito de *veracidade*, porque o personagem reforça a dimensão de realidade ao receptor. Aqui, é preciso que um economista diga que a crise financeira americana está controlada ou que ainda vai causar muita dor de cabeças aos investidores. Também se faz necessário que o aposentado diga que chegou às quatro e meia da manhã no posto de saúde e ainda não foi atendido.

Outra característica que assume é a *humanização*. Se a figura humana fosse dispensável no noticiário, equipes não mais sairiam às ruas para fazer matérias, se usariam, por exemplo, recursos de animação para simular o trânsito nas cidades, o caos na saúde pública ou o temporal no Nordeste. A *humanização* remete ainda à própria presença do personagem, uma vez que este concentra em si a razão da narrativa, tendo seus dramas evidenciados. A *humanização* das notícias, que se baseia na premissa do homem, se interessa naturalmente pelo que é humano, tem ligação com a *abrangência*, que percebe no personagem a dimensão do compartilhamento. O dito precisa fazer sentido para um número razoável de pessoas. Este recurso permite que o acontecimento seja tornado significativo pelo público.

A quinta categoria de efeito é a que versa acerca da *inteligibilidade* do personagem. Deve-se tê-lo como recurso auxiliar dos receptores na construção de sínteses significativas. Recorre-se a mais um exemplo: para um jornalista dizer a sua audiência que o litro do álcool pode ser mais vantajoso do que o da gasolina se aquele estiver custando até trinta por cento mais caro que o litro desta será uma enorme dificuldade. Então, para que o problema seja resolvido, o personagem, que neste caso pode ser um professor de matemática, entra na matéria, explicando até onde será melhor para o bolso do motorista usar um tipo de combustível ou outro. O personagem funciona como elemento didático.

Por fim, o recurso *pedagógico* do personagem. Esta possibilidade de efeito irá proporcionar ao público a mediação com diversos campos de conhecimento humano. Este instrumento garante uma dimensão mais ampla ao jornalismo, porque termina orientando a sociedade. O caráter

pedagógico, dessa forma, é importante dizer, também funciona como *lugar de segurança* (VIZEU, 2008), ao passo que explica o mundo por meio das suas rotinas diárias de produção.

4 A TELEVISÃO NO BRASIL E OS JORNAIS *NACIONAL* E DA *RECORD*

A saliência do papel político que assumem – a TV e os telejornais – ao longo da história é inegável. Faz-se, portanto, necessário colocar às claras que as emissoras de televisão no Brasil se consolidaram como veículo de massa dentro de um contexto político de exceção democrática, ou seja, de ditadura militar. Nesse cenário, é que a TV, inclusive, vivencia período de expansão.

Antes, na década de 1950, não havendo ainda o Golpe de 1964, importante dizer, é que o Estado passa a ter interesse na televisão. Surgem os primeiros atos regulatórios do setor de telecomunicações. Segundo Jambeyro (2001, p. 105), “a televisão, que no seu começo tinha sido vista como um brinquedo das classes altas, confinado às áreas urbanas, e voltada ao entretenimento das audiências de elite, teve seu caráter modificado”.

A partir do final dos anos 60 ela tornou-se um forte meio de divulgação de ideias, padrões de comportamento, valores morais, políticos e culturais e uma apoiadora do sistema produtivo, através, principalmente, da publicidade e do *merchandising* aplicado sobretudo às novelas. Além de ter estabelecido o balizamento legal e organizacional da indústria através do Regulamento da Radiodifusão, consolidando seu próprio papel como único poder de concessão dos canais de TV, o Estado também tornou-se censor e principal anunciante. (JAMBEIRO, 2001, p. 105)

O período referenciado acima é justamente uma das fases do desenvolvimento da TV no Brasil apresentada por Mattos (2000), a chamada *populista* (1964-1975). Para ele, esse é o maior período da influência política da TV no país, sendo a deposição de João Goulart o ponto alto dessa interferência.

O golpe de 1964 afetou diretamente os meios de comunicação de massa porque o sistema político e a situação socioeconômica do país foram totalmente modificados pela definição e adoção de um modelo econômico para o desenvolvimento nacional. O crescimento foi centrado na rápida industrialização, com tecnologia e capital externos, e baseado no tripé formado pelas empresas estatais, empresas privadas nacionais e corporações multinacionais. Os veículos de comunicação de massa, principalmente a televisão, passaram a exercer o papel de difusores não apenas da ideologia do regime como também da produção de bens duráveis e não duráveis. (MATTOS, 2000, p. 102)

Mattos diz que a televisão se tornou um dos ícones da modernidade pretendida. “A indústria da TV era, então, solidamente próspera no Brasil. As emissoras receberam do Estado os meios para levar suas imagens a todo o País, formar audiências nacionais e produzir programas, também, nacionais” (JAMBEIRO, 2001, p. 104).

Nesse momento, aliás, o Brasil começa a ampliar a sua infraestrutura de rede de telecomunicações.

Protegidas pela nova legislação – o Código Nacional de Telecomunicações e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão – que refletiam suas aspirações históricas para a proteção de seus interesses privados, as emissoras organizaram-se sob e em torno do poder militar. Dessa situação privilegiada podiam buscar a necessária articulação política para assegurar a continuidade de seu controle da indústria da TV e a expansão dessa última como um alto e rentável negócio. (JAMBEIRO, 2001, p. 104)

Simultaneamente, surge a TV Globo, em 1965, atualmente maior rede de televisão do país, com o telejornal mais assistido, objeto da pesquisa, o Jornal Nacional. Em que pese essa pesquisa não ser sobre a história da TV no Brasil, é importante trazer determinados contextos históricos de modo a entender o lugar que ocupa cada um dos objetos.

De acordo com Mattos (2000), a Globo teve respaldo inicial financeiro e técnico do grupo norte-americano Time-Life, mesmo isso sendo contrário ao espírito legal da época. “A lei brasileira, então em vigor, não permitia que companhias estrangeiras tivessem direito de propriedade sobre os meios de comunicação” (MATTOS, 2000, p. 109).

Este fato foi objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional em 1965. Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, denunciou a Globo pelas relações da emissora com o grupo Time-Life. Sendo relatos da historiografia da televisão, os trabalhos da CPI encerraram em setembro de 1966, com um parecer desfavorável à Globo. Os parlamentares consideraram que os contratos firmados com o Time-Life feriam a Constituição.

Entretanto, em fevereiro de 1967, o Governo Federal mudou a legislação sobre concessões de telecomunicações, criando efetivas restrições aos empréstimos de origem externa e à contratação de assistência técnica do exterior. Contudo, tratava-se de um dispositivo legal sem efeito retroativo, e os contratos do Time-Life com a TV Globo eram de 1962 e 1965. Em outubro do mesmo ano, o consultor-geral da República, Adroaldo Mesquita da Costa emitiu um parecer sobre o caso Globo/Time-Life. Ele considerou que não havia uma sociedade entre as duas empresas, pois a modalidade jurídica adotada no contrato não atribuía ao grupo norte-americano qualquer ingerência na gestão da emissora. Com o parecer, a situação da TV Globo ficou oficialmente legalizada.

Em pouco tempo, a Globo já era a emissora mais rica em funcionamento no Brasil.

No final dos anos sessenta, a Globo já possuía larga audiência, pois havia direcionado sua programação para as camadas socioeconômicas mais baixas da população. Manteve essa política até 1973, consistindo sua programação então em telenovelas, programas de concurso e filmes importados dos Estados Unidos, que eram mais baratos que os produzidos no Brasil. A consolidação da TV Globo como rede nacional começou em 1969, quando seus programas passaram a ser

transmitidos simultaneamente em várias cidades através de micro-ondas. (MATTOS, 2000, p. 110)

Na década de 1970, a Globo continua a sua expansão. Cria departamento comercial interno, vinculado à publicidade; consolida-se no mercado da nova televisão em cores; importa novas estratégias de comercialização; outras medidas. Em plena expansão da audiência, a emissora passa a gerenciar novos conteúdos, mais populares. Ênfase para as novelas, “enlatados” e para os shows de auditório, conforme relato de Mattos.

Até então os governos militares estavam mais preocupados com os aspectos tecnológicos do meio. A partir de Médici é que surge a demanda de conteúdo. [...] foi também durante o governo Médici que os veículos de comunicação de massa, principalmente o rádio e a televisão, foram cada vez mais submetidos à censura, que era praticada em nome do Conselho de Segurança Nacional a fim de manter a ordem, a paz social e o desenvolvimento nacional. A censura aos veículos de comunicação, principalmente a televisão, durante o regime militar, além de facilitar a manipulação da opinião pública, limitou o crescimento da produção do próprio veículo, castrou a criatividade e incentivou a autocensura, que passou a ser adotada pelas próprias emissoras que constituíram seus departamentos de autocensura ou de controle de qualidade. (MATTOS, 2000, p. 114-115)

Em especial, a TV Globo produz o telejornal mais visto do país, tendo em sua trajetória o registro de diversas polêmicas políticas. Gomes (2012) destaca que o Jornal Nacional é um dos maiores resultados da articulação entre os interesses da elite brasileira e do governo militar.

Juntos e em torno da rede, puderam aliar ideais de modernização e de integração nacional, essenciais aos planos dos governos militares. A autora ainda acrescenta que essa articulação entre a TV Globo, a elite brasileira e os militares fica mais evidente nas décadas de 60 e 70 do século passado, quando começa a se consolidar um mercado cultural no Brasil. E vai resultar em “[...] uma dinâmica em que os empresários se submetem politicamente ao governo militar, enquanto procuram consolidar sua independência econômica” (GOMES, 2012, p. 48).

O Jornal Nacional nasce como resultado da articulação entre os interesses da elite brasileira e do governo militar e os ideais de modernização e de integração nacional, articulação que implicará no desenvolvimento, por parte da TV Globo, de uma estratégia que significou submeter-se à Ideologia da Segurança Nacional e à censura, ao mesmo tempo em que se transformava na principal emissora de televisão no Brasil. (GOMES, 2012, p.46-47)

O Jornal Nacional tem estreia em 1 de setembro de 1969, transmitido simultaneamente, ao vivo, para o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília. Foi criado por Armando Nogueira, então diretor de Jornalismo da TV Globo. O *JN* era transmitido de segunda

a sábado e tinha três editorias: local, nacional e internacional. As primeiras edições duravam 15 minutos. “Os objetivos reais que motivavam a iniciativa ligavam-se a interesses políticos e mercadológicos. Além de possuir um noticiário que lhe desse prestígio, a TV Globo queria competir com o *Repórter Esso*, da TV Tupi” (REZENDE, 2000, p. 108).

Também para o autor, o nascimento do Jornal Nacional está intimamente relacionado com o governo militar. “Como contrapeso para suas virtudes técnicas, o *Jornal Nacional*, logo no início, teve de enfrentar o estigma que perseguiria a TV Globo por muitos anos: a afinidade ideológica com o regime militar” (REZENDE, 2000, p. 110).

Na edição de estreia, o locutor Hilton Gomes anunciava, como manchete do dia, que o governo do país passava temporariamente o controle aos três ministros militares, por causa da doença do presidente da República, general Costa e Silva. O acaso evidenciava o que para muitos significava mais do que uma simples coincidência. A integração nacional pela notícia, via *Jornal Nacional*, e o endurecimento da ação do governo militar começavam no mesmo dia. (REZENDE, 2000, p. 110)

Durante as décadas de 1970 e 1980, o telejornalismo produzido pela Globo possuía mais plástica do que conteúdo. Era guiado pela superficialidade, seja por imposição da censura, seja por vontade dos seus diretores. “Despolitizada, a emissora encontrava nos programas de entretenimento o atalho para se aproximar afetivamente de sua audiência” (REZENDE, 2000, p. 115).

Com o tempo suficiente para dar apenas notícias de uma página de um diário impresso, o *Jornal Nacional* enfrentava outra dificuldade para aprimorar o seu conteúdo. A superficialidade no tratamento dos fatos impedia a prática de um jornalismo mais denso e crítico. Mas isso não era algo que preocupava a direção da Globo. [...] Não como reflexo da censura, a superficialidade do noticiário explicava-se, assim, como resultado de uma diretriz editorial baseada na agilidade do estilo “manchetado”, que se ajustava ao perfil da audiência do programa. Essa orientação continua a ser adotada até hoje pelo *Jornal Nacional* e noticiários de outras emissoras veiculados no horário nobre da TV. (REZENDE, 2000, 115-116)

Gomes traz uma observação crítica com relação à ideia de padrão Globo de qualidade e sua escolha pelo superficialismo jornalístico.

Esse foi o modo pelo qual a TV Globo e seu jornalismo se desenvolveram – à ausência de liberdade de informação contrapôs-se o chamado “padrão Globo de qualidade”. Muitos estudiosos da televisão têm rapidamente interpretado o “padrão Globo de qualidade” como ênfase na qualidade estética dos produtos televisivos da emissora. Mas isso é dizer muito pouco sobre uma estratégia ao mesmo tempo política e econômica. (GOMES, 2012, p. 48-49)

Em 2014, o Jornal Nacional completou 45 anos. Ao longo desse tempo, várias mudanças foram feitas no telejornal. Destacam-se as mudanças de cenário, de apresentadores, de qualidade de imagem (atualmente em HD). “O *JN* sofreu várias transformações ao longo dos anos: modernizou o cenário, inovou as vinhetas, mudou de apresentadores, polêmicas e crises de credibilidade aconteceram, mas ele permanece o modelo de referência para o telejornalismo nacional” (GOMES, 2012, p. 39).

Em sua história, a Rede Globo se construiu como exemplo de sofisticação e atualização tecnológica a serviço do jornalismo; e o Jornal Nacional, como seu principal produto, ocupa posição de destaque em relação à utilização de toda a variedade de recursos e inovações técnicas. Por isso o *JN* inclui, em praticamente todas as suas edições, entradas ao vivo de capitais brasileiras e de outros países. Desde seu momento inicial, a notícia “parcial”, *in loco* e ao vivo, é marca privilegiada do *JN*. Uma das formas mais visíveis da construção da credibilidade no *JN* é através da elaboração, retórica, dos “dois lados da notícia”. O *JN* procura mostrar, nas matérias e reportagens, o lado de quem exerce a ação e de quem a sofre. Isso se faz pelo recurso da valorização da sua cobertura jornalística, que mostra ao telespectador a fonte das notícias e do destaque ao trabalho dos repórteres. (GOMES, 2012, p. 50)

Ao lado da vontade de entender mais sobre como é construída a narrativa sobre a terceirização pelo Jornal Nacional, busca-se também, até como forma de parâmetro, assunto a ser mais detalhado no capítulo sobre a metodologia de pesquisa, refletir acerca das narrativas produzidas pelo Jornal da Record, da Record TV.

A emissora, também de perfil comercial, foi fundada em 1953 pelo empresário e comunicador Paulo Machado de Carvalho, e começou sua trajetória tendo a programação voltada aos programas de auditório, com realce para os musicais. Os festivais foram o grande sucesso na década de 1960.

A TV Record chegou a ocupar o primeiro lugar entre as emissoras de maior audiência no país até que, devido a uma série de incêndios ocorridos entre 1968 e 1969, a emissora entrou em decadência. Em meados da década de 1970, recuperou-se financeiramente. Nos primórdios da década de 1990, começou a ganhar contornos nacionais, logo após ser comprada por Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus.

Desde então, a rede ampliou a inserção na audiência brasileira, tornando-se a segunda maior do país, motivo pelo qual a pesquisa optou por estudar o seu telejornal da noite, o *Jornal da Record*³. Ele é descrito no site da emissora da seguinte forma:

Confiável, ágil, moderno, grandes reportagens e séries especiais. Uma equipe competente, dedicada e afinada. Assim é o *Jornal da Record*. Na bancada Celso Freitas e Adriana Araújo. Com toda força e credibilidade do jornalismo verdade da emissora, o *Jornal da Record* traz a notícia cada vez mais perto do telespectador. Nossos repórteres, cinegrafistas, editores e toda a equipe técnica estão empenhados para fazer um telejornal que o público possa confiar. Sem máscaras e imparcial. (R7, *Jornal da Record*, 2017)⁴

Portanto, voltar-se à televisão e ao telejornalismo é estar diante de um objeto de investigação que permite analisar formas de comunicação e influência de poder no país. “Há uma constante e sistemática troca de benefícios e favores entre os dois lados que, até por força dessa profunda relação, acabam quase sempre ficando do mesmo lado” (PORCELLO, 2008, p. 48).

³ Entre altos e baixos, JN termina 2015 ainda imbatível no Ibope. Acesso em 9 de junho de 2017. <https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/entre-altos-e-baixos-jn-termina-2015-ainda-imbatiavel-no-ibope,e1ffad88d0a164499b8d5564396971a0pfogf12b.html>

⁴ Conheça a equipe que faz o *Jornal da Record*. Acesso em 21 de agosto de 2017. <http://noticias.r7.com/jornal-da-record/conheca-a-equipe-que-faz-o-jornal-da-record-25052017>

5 TERCEIRIZAÇÃO

5.1 HISTÓRICO

A terceirização é um instituto atualmente mais conhecido por ser do mundo do direito, mas sua origem está ligada à Administração, em especial à gestão de processos produtivos. Ela também não é tão recente quanto se pensa. Uma busca na história aponta seu surgimento nos anos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse período, havia uma grande necessidade de incremento na indústria bélica, em razão dos conflitos entre os países. As fábricas não estavam conseguindo dar conta do volume e, como solução, começaram a delegar parte de suas atividades secundárias a outros, a terceiros.

Passado o combate, restou, digamos assim, essa nova forma de produzir, que se mostrava mais interessante. Os principais modelos de produção eram o taylorismo⁵ e o fordismo⁶, que tinham como meta a ampliação da produtividade em um menor espaço de tempo e, claro, o aumento de lucros. Aliados, possibilitaram que grandes empresas, de diversos ramos econômicos, atingissem alto grau de acumulação de capital, sobretudo nas duas décadas seguintes. Este movimento de expansão, no entanto, foi barrado pela crise estrutural do capitalismo da década de 1970.

Essa crise trouxe forte abalo nas relações de trabalho e de emprego. Como resultante ao colapso, surgiu um novo modelo de produção, o Toyotismo. Associado ao paradigma do Estado Neoliberal, trouxe consigo a ideia de horizontalização empresarial. De acordo com o jurista Maurício Godinho Delgado, o objetivo foi elevar a produtividade do trabalho e a adaptabilidade das empresas. É justamente nessa perspectiva que o modelo inova em relação aos anteriores, baseados na verticalização organizacional.

[...] o Toyotismo propõe a subcontratação de empresas, a fim de delegar a estas tarefas instrumentais ao produto final da empresa pólo. Passa-se a defender, então, a ideia de empresa enxuta, disposta a concentrar em si apenas as atividades essenciais a seu objetivo principal, repassando para as empresas menores, suas subcontratadas, o cumprimento das demais atividades necessárias à obtenção do produto final almejado. (DELGADO, 2005, p. 48)

⁵ Nele, o funcionário deveria apenas exercer sua função/tarefa em um menor tempo possível durante o processo produtivo. O modelo aperfeiçoou o processo de divisão técnica do trabalho, marcado pela alta padronização e pela realização de atividades simples e repetitivas.

⁶ Introduziu as linhas de montagem e a ideia de que as máquinas são que ditam o ritmo do trabalho. Cada operário ficava em um determinado local realizando uma tarefa específica. O funcionário da fábrica se especializava em apenas uma etapa do processo produtivo e repetia a mesma atividade durante toda a jornada de trabalho.

Tal perspectiva, por seu turno, conduz ao brotar de uma série de novas empresas, de médio e pequeno porte, com a finalidade de prestar serviços às empresas principais. Este é o cenário em que se desenvolve o que se conhece por globalização econômica, que, segundo o próprio Delgado, tem como pressupostos a generalização do sistema capitalista, a nova revolução tecnológica e a hegemonia financeiro-especulativa (DELGADO, 2005, p.13).

O Toyotismo traz novos processos de trabalho, em que se modifica o paradigma do tempo e da produção em série e de massa pela flexibilização da produção, o que afeta diretamente a forma de produzir, ou seja, o trabalho.

O ideal da “empresa enxuta” foi imposto. Eliminaram-se os estoques (a produção passou a ser por encomenda). Diversificaram-se os produtos (produtos variados, mas de durabilidade menor). Reduziram-se os custos por meio da automação e do desemprego estrutural. Descentralizou-se a produção por meio da organização de redes de empresas (terceirização de atividades), sendo que as terceiras absorviam o que as principais consideravam descartável ou menos importante, inclusive mão de obra. (HAZAN; SILVA, 2018, p.36)

Especificamente quanto ao mundo do trabalho, Hazan e Silva reforçam que, pelo fato de as grandes empresas terem fusionado e se transformado em grandes corporações globais, a lógica do cálculo de custo foi alterada, sendo invertida a ideia da precificação. A partir de então se passou a fixar o lucro desejado, em busca do corte de custos. As autoras falam que, no Toyotismo,

passou-se a investir no trabalho em equipe, na valorização do trabalhador polivalente, com a conseqüente precarização da situação considerado menos qualificado, e na transferência, aos trabalhadores, de responsabilidades que antes eram da empresa (por exemplo, o controle de qualidade da produção). Criaram-se um mercado acionário, sem fronteiras, com operação em “tempo real”, e uma classe trabalhadora que produzia mais, ganhando menos. (HAZAN; SILVA, 2018, p. 36)

Elas ainda apontam a criação de tipos distintos de trabalhadores. Surge um tipo de trabalhador, em menor quantidade, com maior grau de instrução, que passa a se dedicar integral e exclusivamente a determinada empresa. Em outra ponta, o trabalhador “meio”, com menos qualificação. Este foi tirado da empresa principal e posicionado numa terceirizada, onde se submete a rotinas mais precárias, seja pelos salários inferiores, seja pela instabilidade no emprego. Por fim, um terceiro grupo, os trabalhadores eventuais, que se identificam com a prestação de trabalho a prazo ou em tempo parcial, a forma mais precária de emprego, sem dúvida.

É dentro desse contexto econômico, portanto, que a terceirização surge e se desenvolve. “Construiu-se, nesse cenário, um modelo de organização produtiva que permitiu o retorno do

sistema capitalista a sua vertente liberal, desocupada com a proteção social dos trabalhadores: o modelo toyotista/ohnista” (HAZAN; SILVA, 2018, p. 36).

Para acrescentar a particularidade brasileira ao assunto e concluir esta introdução ao tema da terceirização, recorreremos à avaliação de Oliveira (2015), que afirma que o avanço das novas formas capitalistas de produção lida no país com pressupostos bastantes distintos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, o que, na perspectiva dos impactos, parece ser ainda mais desastroso, socialmente falando.

Em se comparando com os processos europeu e norte-americano, no caso brasileiro, a industrialização (tardia), o assalariamento (parcial) e a incorporação de mecanismos de proteção social (tutelado e restrito) se estabeleceram em associação com marcantes segmentações sociais (clivagens de classe social, de gênero, de etnia/raça, de geração, de região de origem e outras). Mesmo quanto aos trabalhadores, fortes distinções nos planos material e simbólico se constituíram como estigmas sociais, entre os de origem rural e urbana, os “nortistas” e os “sulistas” (e suas variações: “bairianos” e “paulistas”; “paraibás” e “cariocas” etc.), os inseridos na indústria e os do setor de serviços, os qualificados e os não qualificados, os assalariados e os “autônomos”, os “formais” e os “informais”. (OLIVEIRA, 2015, p. 3)

5.2 CONCEITO JURÍDICO

Como normalmente acontece, o surgimento da prática de delegar a terceira parte do processo produtivo gerou para o mundo do Direito, em especial para o Direito do Trabalho, a demanda de orientar a conduta. A vida precede o direito. Antes, porém, do estudo dessa regulação propriamente dita, é importante dizer que a terceirização também se apresenta com outros nomes, espécies de sinônimos, sendo eles: focalização, horizontalização, parceria, contrato de fornecimento, subcontratação, externalização de atividades, *outsourcing*.

Dando seguimento, em um primeiro turno sobre a terceirização, é possível observar que ela é a palavra “terceiro” acrescentada do sufixo “izar”, que indica ação. Nesse sentido, ela é “a real intenção do empresariado brasileiro no repasse a ‘terceiro’, no sentido de ‘outro’, da posição de empregador na relação empregatícia [...]” (CARELLI, 2003, p. 74).

Essa forma apresentada pelo professor Carelli afirma que, nesta intenção de transferir o eixo da relação de trabalho, está contida ainda a vontade de repassar as responsabilidades sobre os encargos e direitos trabalhistas dos empregados. Segundo ele, é nesse propósito de repasse que se situa e se desdobra toda a perspectiva precarizante do instituto para o trabalhador.

De acordo com o jurista Rubens Ferreira de Castro, a terceirização

[...]é uma relação jurídica que envolve o interesse de três partes. Daquela que contrata os serviços de uma empresa especializada em determinado serviço, a fim de poder concentrar seus recursos materiais e humanos em sua atividade principal, chamada tomadora. Por sua vez, a empresa especializada nos serviços tratados é chamada prestadora. E, finalmente, do empregado contratado pela prestadora, que desempenha suas funções beneficiando secundariamente a tomadora. (CASTRO, 2000, p. 82)

Por essa definição, conclui-se que a terceirização se volta às atividades secundárias da empresa principal. Durante a grande maioria do tempo, o instituto, salvo após a redação da nova lei (13.429/2017), objeto de análise adiante, sempre se referiu à ideia de apenas delegar atividade secundária, também denominada de meio. Tanto foi assim que a fraude no ato de terceirizar, ou seja, a terceirização ilícita, normalmente esteve vinculada a casos de delegação de atividade finalística nos negócios.

5.3 VISÕES

Há basicamente duas correntes do Direito que avaliam a terceirização. Uma delas entende que o instituto é bom, pois tende a aumentar a produtividade e reduzir custos de pessoal e encargos sociais. Isso aconteceria pela eliminação de operações não essenciais e foco nas principais, o que geraria aumento de qualidade em razão da especialização.

Ela seria interessante também por possibilitar a geração de empregos, ainda que em situação mais precária. Postos de emprego possibilitam, nesse aspecto, movimentação econômica e desenvolvimento socioeconômico. Aqui o argumento se baseia na lógica da garantia de trabalho e do pleno emprego, sem necessariamente levar em consideração a natureza e forma desse trabalho.

Noutro giro, encontram-se aqueles que questionam a terceirização como sendo um instrumento de flexibilização trabalhista danoso. Nos dizeres do estudioso Luiz Guilherme Ribeiro da Cruz (2009),

ao contrário do que se imaginava, a terceirização não é capaz de proporcionar rendimentos exorbitantes, pois, como tende a ampliar o desemprego, reduz, simultaneamente, o mercado consumidor, gerando uma queda nas vendas e, conseqüentemente, nos lucros. (CRUZ, 2009, p. 327)

O autor ainda diz que a terceirização estimula a alta rotatividade de mão de obra, o que acontece mais nas empresas tomadoras. Nesse aspecto, realça o sentimento de insegurança no emprego e de individualização nas relações de trabalho, o que tem consequência direta nas questões sindicais e de organização de trabalhadores.

Cruz, na sua pesquisa sobre o tema, chama de mito a ideia de que a terceirização é um instrumento que pode vir a reduzir custos nas empresas e assim gerar mais competitividade no mercado. “Fato é que não haverá diminuição dos gastos, já que a empresa terceirizante os terá, com relação à contratação, ao treinamento de pessoal, aos encargos trabalhistas, entre outros” (CRUZ, 2009, p. 328). Então, isso só seria possível mediante a sonegação ou redução de direitos. Ou seja: se está diante da real chance de precarização nas relações de trabalho.

5.4 APLICAÇÃO DA LEI

A legislação para regular o tema somente surgiu no Brasil na década de 1960. De forma tímida, tratava apenas da possibilidade de contratação para a prestação de serviços em hipótese de segurança bancária. Em 1967, pelo Decreto-Lei nº 200⁷, voltado para organização da Administração Pública Federal, a terceirização obteve sua primeira regulação. Pela norma, o Estado poderia adotar o sistema de terceirização para tarefas meramente executivas. Nele, no entanto, não foram mencionadas que atividades seriam essas.

Só com a Lei nº 5.645⁸ de 10 de dezembro de 1970 é que elas foram especificadas. No rol exemplificativo (transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras assemelhadas), ficou claro que as atividades não tinham relação com aquelas desempenhadas principalmente pelo Estado.

Em 1974, entrou em vigor a Lei nº 6.019⁹ que dispõe sobre o trabalho temporário. Nos termos da lei, o trabalho temporário é aquele que é prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços. A legislação atendeu aos interesses do empresariado e foi daí que foram criadas as empresas fornecedoras de mão de obra temporária.

⁷ Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Acesso em 24 de setembro de 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm

⁸ Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970. Acesso em 24 de setembro de 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5645.htm

⁹ Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Acesso em 24 de setembro de 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6019.htm

Outros avanços da terceirização foram registrados em 1983, com a Lei nº 7.102¹⁰, e em 1994, com a Lei nº 8.863¹¹. A primeira cuidou de regular a segurança para estabelecimentos financeiros e autorizou a terceirização a ocorrer permanentemente nos serviços de vigilância; a segunda criou a possibilidade de prestação de serviços de segurança privada a pessoas, estabelecimentos comerciais, industriais, entidades sem fins lucrativos, além de residências e empresas públicas.

Mais recentemente registra-se o Decreto nº 2.271¹² de 1997, que regula a contratação de serviços terceirizados pela Administração Pública Federal direta, fundações e autarquias. Fala que a terceirização apenas pode realmente acontecer para as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações.

Para além desses regulamentos, é importante dizer que, em 1986, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) aprovou a edição do Enunciado 256¹³, falando sobre o assunto. Mas teve sua interpretação alterada e foi substituído pela Súmula 331¹⁴.

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019 de 03.01.1974); II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988);

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102 de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta; IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial; V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua

¹⁰ Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983. Acesso em 24 de setembro de 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7102.htm

¹¹ Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994. Acesso em 24 de setembro de 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8863.htm

¹² Decreto no 2.271, de 7 de julho de 1997. Acesso em 24 de setembro de 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2271.htm

¹³ “Salvo os casos previstos nas Leis ns. 6.019, de 3,1,1974 e 7,012, de 20 de junho de 1983, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador de serviços”. Disponível em: << http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-256 >>. Acesso em 21 de agosto de 2017.

¹⁴ Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho. Acesso em 21 de agosto de 2017. http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-331

conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada; VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral. (BRASIL, 1993)

5.5 UMA NOVA LEGISLAÇÃO

5.5.1 Contexto político

A nova legislação sobre terceirização no Brasil aparece em um contexto de instabilidade política. É uma das resultantes do momento pós impedimento da presidente eleita Dilma Rousseff. Em que pese não ser um projeto que tenha origem no pós-golpe, parece este ter sido o melhor momento para o desengavetamento do tema no Congresso Nacional, com o apoio e manifesto interesse do presidente Michel Temer. A proposta legislativa surge sob o argumento de geração de emprego, crescimento na economia e modernização das relações de trabalho, em especial pela superação daquilo que se chama por insegurança jurídica (não havia até o momento uma lei específica sobre o assunto), mantos que são alvos de críticas das comunidades jurídica e sindical (trabalhadores), trazidas neste trabalho.

De autoria do então deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), à época filiado ao Partido da República (PR), empresário do ramo de alimentos, o Projeto de Lei (PL) 4330/2004¹⁵, o mais conhecido sobre o assunto, teve impulso para ir à votação em meados de 2013, fim do primeiro governo Dilma. O PL iria ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados em agosto de 2013. No entanto, a votação teve de ser adiada para setembro, diante da pressão popular feita pelos movimentos sindicais.

Nesse mês, mais precisamente no dia 18 de setembro de 2013, o assunto foi tema de uma Comissão Geral no plenário da Câmara dos Deputados. Participaram do debate representantes do governo, parlamentares, empresários e trabalhadores, membros escolhidos após a propositura de uma comissão quadripartite, formada em julho. Porém, sem consenso, o presidente da casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), aprovou requerimento que dava à Comissão de

¹⁵ PL 4330/2004. Acesso em 24 de setembro de 2017. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841>

Constituição, Justiça e Cidadania o prazo de cinco sessões ordinárias para que o projeto fosse votado.

Até o fim de 2013, o projeto foi movimentado¹⁶ intensamente na Câmara dos Deputados. Em 2014, teve duas movimentações relacionadas a pedidos de apensamento. Este é instrumento que permite a tramitação conjunta de proposições que tratam de assuntos iguais ou semelhantes. Quando uma proposta apresentada é semelhante a outra que já está tramitando, a Mesa da Câmara determina que a mais recente seja apensada à mais antiga. Em 2015, no dia 31 de janeiro, chegou a ser arquivado no início do ano legislativo, mas foi desarquivado 10 dias depois. Deste dia até 27 de abril de 2015, quando foi remetido para o Senado Federal, recebendo o número de 30/2015, foi centro de intensa atividade parlamentar.

No Senado, o projeto passou por cinco Comissões antes da análise do Plenário da Casa: Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Econômicos (CAE); de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH); e de Assuntos Sociais (CAS). Mas lá permaneceu estanque.

Nesse ínterim, para surpresa, contudo, o tema da terceirização voltou à tona em novembro de 2015, quando foi designado como relator o deputado Laercio Oliveira (Solidariedade-SE) para o PL 4302/1998¹⁷, de autoria do presidente do Brasil na época, Fernando Henrique Cardoso, passando a tramitar sob regime de urgência na Câmara. Quando apresentado pelo Poder Executivo, há quase 20 anos, a ementa do projeto dispunha sobre as relações de trabalho na empresa de trabalho temporário e na empresa de prestação de serviços a terceiros, dando outras providências.

Na Comissão de Constituição e Justiça, Laercio Oliveira emitiu parecer sobre as alterações então propostas pelo Senado Federal, no passado, ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Durante a tramitação no Senado como PLC 3/2001¹⁸, foram feitas alterações à proposta da Câmara. Por exemplo, os senadores mantiveram a terceirização para qualquer atividade da empresa e também admitiram a quarteirização.

Na Câmara, estavam previstas a igualdade de remuneração e jornada em relação à tomadora; a proteção previdenciária e contra acidentes; além dos direitos previstos em acordo ou

¹⁶ Movimentação legislativa. Acesso em 24 de setembro de 2017. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841>

¹⁷ Projeto de Lei 4302/1998. Acesso em 24 de setembro de 2017. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20794>

¹⁸ Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2001. Acesso em 24 de setembro de 2017. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/46226>

convenção coletiva. O substitutivo do Senado excluía direitos previstos em acordo ou convenção coletiva. Já a Câmara aprovou a responsabilidade solidária pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias. Os senadores estabeleceram responsabilidade subsidiária em todos os casos. A Câmara e o Senado não introduziram, por exemplo, a representação sindical e nem a regulamentação da terceirização para o setor público.

Depois da análise do parecer na Comissão de Constituição e Justiça, o PL 4302/1998 seguiu para a votação no plenário da Câmara dos Deputados. Foi aprovado em plenário, no dia 22 de março, com 231 votos favoráveis e 188 contrários. No dia 31 de março, foi sancionado pelo presidente Michel Temer, tornando-se a lei ordinária 13.429/2017¹⁹ e dispondo, agora, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

Na prática, os dois projetos de lei aos quais foi feita a menção tinham como objetivo permitir que as empresas contratassem prestadoras para realizar qualquer atividade, seja fim ou meio. Até então, a terceirização, instituto que foi mais fortemente difundido no país na década de 1990 do século passado, era regulada pela Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Segunda ela, a terceirização só seria possível na atividade-meio.

5.5.2 Contraponto ao projeto aprovado

Para início, é importante dizer que, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), no estudo *Terceirização e precarização das condições de trabalho – Condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes* (2017), em 2014 havia 12,5 milhões de vínculos ativos nas atividades tipicamente terceirizadas e 35,6 milhões nas tipicamente contratantes, ou seja, essas últimas respondem por cerca de um quarto dos vínculos de trabalho formais no Brasil.

No momento em que a lei foi sancionada, ocupavam postos terceirizados no país cerca de 13 milhões de pessoas. Ainda, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população economicamente ativa do país é algo em torno de 100 milhões de pessoas, número que está, de alguma forma, na esfera de impacto da alteração da norma.

¹⁹ Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Acesso em 24 de setembro de 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm

Esses números são base para as reflexões que seguem e que, do ponto de vista jurídico, problematizam a nova lei. Pelas leituras, os novos parâmetros legais são extremamente prejudiciais aos trabalhadores e à própria organização do capital-trabalho, além de não oferecer a tão almejada e alarmada pelos empresários “segurança jurídica”.

Em que pese esta inclinação, é interessante ressaltar que as linhas abaixo servem, antes de tudo, como marco problematizador para o debate que se esperava que os meios de comunicação travassem em seus espaços. Se, por um lado, há com o projeto a esperança de crescimento econômico, criação de vagas de emprego e contratos mais seguros, há, de outro, a negativa disso. É neste contraponto que estão inseridos os contra-argumentos para a nova lei, os quais brevemente passamos a tratar.

Estudos de diversas instituições demonstram que trabalhadores terceirizados são submetidos a piores condições de saúde e segurança no trabalho, em face do menor nível de investimento em medidas de prevenção de acidentes e adoecimentos profissionais. Os números apontam que, de cada dez acidentes de trabalho, oito acontecem com terceirizados; de cada cinco mortes por acidente de trabalho, quatro são de terceirizados. Os dados são do Dieese.

Muitos dos acidentes de trabalho, por sua vez, decorrem do excesso de jornada. Semanalmente, esses trabalhadores realizam, no mínimo, três horas a mais em comparação aos empregados diretos. Isso, no entanto, nem significa mais renda no fim do mês. Pesquisas comprovam que o tratamento discriminatório dispensado aos trabalhadores terceirizados faz com que a remuneração deles seja, em geral, bastante inferior àquela paga aos trabalhadores diretos (em média, 25 a 30% a menos), mesmo quando possuem a mesma qualificação acadêmica dos não terceirizados.

A análise comparativa da remuneração nominal média mostra que, nas atividades tipicamente terceirizadas, ela é inferior à praticada nas atividades tipicamente contratantes. De 2007 a 2014, essa diferença se manteve, em média, entre 23% e 27%. Em dezembro de 2014, a remuneração média nas atividades tipicamente contratantes era de R\$ 2.639, enquanto nas atividades tipicamente terceirizadas era de R\$ 2.021. (DIEESE, 2017, p. 8)

Em nota técnica²⁰, emitida em 23 de janeiro de 2017, o Ministério Público do Trabalho (MPT) apresenta uma série de razões que mostra a lesividade do projeto que estava em análise no

²⁰ Nota Técnica MPT 03/2017. Acesso em 1 de agosto de 2017. Disponível em: <<

Senado (30/2015, antigo 4330/2004). Em 24 de março, já com o PL 4302/1998 aprovado pela Câmara, o órgão publicou outra nota técnica²¹, pedindo o veto da lei pelo presidente da República, Michel Temer. No conteúdo, afirma que a terceirização de serviços é prática que fragiliza os direitos fundamentais, pois

fragmenta a relação de emprego, aumenta a rotatividade de mão de obra, reduz a remuneração, eleva a jornada de trabalho, reduz a garantia de férias e de benefícios indiretos, submete os direitos trabalhistas a alto risco de inadimplemento e dispersa a organização sindical obreira, dificultando o exercício da negociação coletiva e da greve, dentre tantos outros prejuízos que enseja aos direitos sociais dos trabalhadores. (MPT, 2017)

Ainda segundo a nota,

o Ministério Público do Trabalho há anos anseia por uma legislação que reduza os impactos negativos da terceirização sobre as condições de trabalho, por meio de medidas como a restrição de sua prática à atividade-meio das empresas tomadoras, a extensão aos terceirizados das convenções e acordos coletivos firmados com a categoria econômica da empresa tomadora e a garantia de diversas outras medidas de efetivação dos direitos dos trabalhadores terceirizados, o que se reputa minimamente necessário à concretização de seus direitos fundamentais e à preservação de um patamar mínimo civilizatório compatível com o espírito humanístico da Constituição de 1988. (MPT, 2017).

Entretanto, a nova lei vai de encontro a isso, não vedando expressamente a terceirização na atividade-fim tampouco a reconhecendo como mera intermediação de mão de obra. De acordo com o órgão,

essa prática reduz o trabalho humano à condição de mercadoria e subverte o sentido lógico da terceirização que, segundo a Ciência da Administração, reside na subcontratação de atividades acessórias (atividade-meio) para permitir a focalização da empresa tomadora em sua atividade principal (atividade-fim), condição indispensável ao exercício de sua função social constitucional, nos termos dos arts. 5º, XXIII, 170, II i, VII e VIII e 186 da Constituição da República. (MPT, 2017)

Um dos efeitos, segundo os estudiosos do Direito do Trabalho, é a subcontratação em cadeia, mais conhecida como quarteirização. Esse cenário revela precarização em alto nível, somada à sonegação de impostos e contribuições sociais.

Essencial falar aqui acerca da rotatividade. Dados do Dieese (2017) apontam para a vulnerabilidade dos trabalhadores terceirizados.

²¹ Nota técnica pede veto ao projeto de terceirização. Acesso em 1 de agosto de 2017. Disponível em: <<goo.gl/FGU1EK>>.

Nas atividades tipicamente contratantes, quando se observa a relação entre vínculos ativos e vínculos rompidos ao final de 2014, nota-se que de cada 100 vínculos ativos pouco mais de 40 foram rompidos. Já nos setores tipicamente terceirizados, essa relação é de 100 vínculos ativos para 80 rompidos. (DIEESE, 2017, p. 6)

De acordo com o estudo, a rotatividade em níveis altos tem impacto preocupante no mercado do trabalho. Por isso, a terceirização, inclusive, não é algo que seja economicamente vantajoso para o país, para os empregadores e, claro, para os trabalhadores.

Para os empregadores, representa um custo de seleção e treinamento que acaba sendo repassado ao preço final, atingindo todos os consumidores. Para os trabalhadores, representa a incerteza de encontrar um novo emprego num curto espaço de tempo e o risco de ter que aceitar menores salários e benefícios, além de ter impactos no cálculo da aposentadoria. Para o Estado, as despesas com seguro-desemprego tendem a aumentar com a alta rotatividade, ocasionando descapitalização do FGTS. (DIEESE, 2017, p. 6)

Questão gravíssima para os juristas e para os órgãos de proteção da ordem jurídica é com relação à garantia do trabalhador contra o calote. A nova legislação finge desconhecer a fragilidade econômica das empresas de terceirização. Pela nova lei, não há mais a responsabilidade solidária da empresa contratante em caso de inadimplemento trabalhista, mas apenas uma responsabilidade subsidiária e relativa. Para os estudiosos, isso é insuficiente e desproporcional à gravidade dos riscos que obriga ao funcionário a exigir, primeiramente, seus direitos à tomadora e, somente depois, caso não obtenha nesta, à contratante.

Outro ponto delicado, o qual merece crítica, é o desvirtuamento e a descaracterização do contrato temporário. Ao ampliar demasiadamente o prazo de sua vigência e suas hipóteses de admissibilidade, tornando ordinário um regime de emprego especial e com menor proteção social, a nova lei quer tornar regra o que é exceção. Isso, sem dúvida, trará impactos diretos na remuneração do empregado e também na previdência social.

Quando o âmbito é a previdência, é essencial deixar claro que atualmente, ela arca com o custo anual de mais de R\$ 18 bilhões somente com acidentes de trabalhadores formais. Com a nova lei, estima-se uma queda de arrecadação de contribuições previdenciárias, por conta da “pejotização”²², pela redução geral dos salários dos trabalhadores e pela falta de pagamento das empresas terceirizadas das obrigações junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

²² A pejotização acontece quando o empregador obriga o trabalhador a constituir pessoa jurídica para a realização do trabalho, dando roupagem de relação interempresarial a um típico contrato de trabalho. O objetivo é reduzir custos trabalhistas mediante fraude aos preceitos de proteção às relações de trabalho. A prestação de serviço ocorre sob todas

Há ainda que se falar de outro ponto. A nova lei facilita a prática da terceirização em atividades finalísticas nas empresas estatais, ameaçando a primazia do concurso público. Tal possibilidade fomenta a corrupção, o apadrinhamento político, a não profissionalização do serviço e o nepotismo. Os primeiros resultados começam a ser verificados. Recentemente, circulou a notícia “Caixa contratará bancários terceirizados e sem concurso”²³.

Por fim, é necessário enfrentar o argumento dos governistas e empresários que defendem que a lei vai gerar emprego, crescimento na economia e modernização das relações de trabalho. Esse foi o mote da aprovação da medida. De acordo com a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)²⁴,

ao contrário do alegado pelos seus defensores, o incremento da terceirização agravará a crise econômica vivenciada pelo nosso país e contribuirá sobremaneira para o aumento dos índices de desemprego no Brasil, hoje em torno de 13 milhões de pessoas, pois se sabe que os trabalhadores terceirizados enfrentam uma maior rotatividade no emprego, com tempo médio de permanência no trabalho de 2,6 anos, enquanto os trabalhadores diretos ficam, em média, 5,8 anos no mesmo posto. (ANPT, 2017)

Para o MPT, não há

fundamento lógico ou científico no argumento de que a terceirização de serviços constitua instrumento de geração de emprego, pois as empresas de intermediação de mão de obra não desenvolvem atividade produtiva própria, mas apenas fornecem empregados para as contratantes, de modo que não geram novas vagas, apenas precarizando as existentes. O efeito da terceirização irrestrita é o de mera substituição de empregos diretos e com melhor nível de proteção social por vagas de empregos precarizados, como já verificado em outros países que adotaram práticas semelhantes. (MPT, 2017)

Outros órgãos e entidades também se posicionaram acerca do assunto. Entre eles a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra)²⁵, que lamentou a aprovação do projeto de lei na Câmara dos Deputados. Para a Anamatra, a aprovação do PL agravará problemas

as obrigações de um contrato de trabalho, presentes a subordinação, onerosidade e habitualidade, mas sob o rótulo de relação entre empresas.

²³ Caixa contratará bancários terceirizados e sem concurso. Acesso em 24 de setembro de 2017. <http://www.leijaja.com/carreiras/2017/08/07/caixa-contratara-bancarios-terceirizados-e-sem-concurso/>

²⁴ Nota ANPT. Acesso em 1 de agosto de 2017. Disponível em: << [>>](http://www.anpt.org.br/imprensa/noticias/3023-anpt-critica-aprovacao-de-projeto-de-lei-que-libera-terceirizacao-indiscriminada-nas-empresas).

²⁵ Nota Anamatra. Acesso em 1 de agosto de 2017. Disponível em: << [>>](https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/25081-terceirizacao-anamatra-lamenta-aprovacao-de-projeto-de-lei-que-libera-a-pratica-em-todas-as-atividades-da-empresa).

como a alta rotatividade dos terceirizados, o elevado número de acidentes, além de gerar prejuízos para a saúde pública e a Previdência Social.

Para o Dieese (2017),

a adoção da terceirização de forma indiscriminada, no Brasil e no mundo, tem sido olhada de forma crítica. Em alguns casos, o processo tem sido até mesmo revertido por algumas empresas, por afetar a qualidade dos produtos e serviços e fragmentar excessivamente os processos produtivos, levando, inclusive, à queda na produtividade. Portanto, a regulamentação irrestrita à terceirização, baseada somente numa visão de curto prazo, não apenas penaliza o trabalhador, como também pode comprometer o desempenho das empresas, em longo prazo. [...] Num momento de profunda crise econômica como o atual, a permissão indiscriminada da terceirização, em vez de ser uma solução, poderá se transformar em risco adicional à retomada do crescimento econômico, do emprego e, especialmente, da saúde financeira do Estado. (DIEESE, 2017, p. 24)

Para as entidades, de modo geral, ainda há o eminente risco de descumprimento da Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da discriminação em matéria de emprego e ocupação. Ela data de 1958, tendo sido ratificada pelo Brasil em 1965. Segundo especialistas, ao permitir a distinção salarial entre o empregado terceirizado e o empregado da própria empresa para a mesma atividade, a nova lei estaria violando o conteúdo da convenção.

A OIT, antes de a lei ser aprovada e sancionada, manifestou preocupação com o teor da legislação, tendo feito um alerta. Em maio de 2015, em entrevista para o *Estadão*, a OIT informou que a nova lei em certa

medida pode de fato até trazer certa competitividade ao país. Mas os riscos são “grandes” para os trabalhadores e tal lei precisa ser “acompanhada por medidas de proteção ao trabalhador”. “É evidente que todos os países querem fazer parte das cadeias de produção no mundo”, disse. “De fato, leis como essa podem ajudar na competitividade e podem ter um impacto positivo numa economia que está sofrendo. Mas isso não irá se refletir necessariamente nas condições de trabalho”, alertou. (OIT *apud* in *Estadão*, 2015)

6 ANÁLISE

6.1 METODOLOGIA

Este estudo tem como objeto de análise as edições do *Jornal Nacional* (TV Globo) e do *Jornal da Record* (Record TV) veiculadas no período de 21 de março a 1º de abril de 2017. Em 22 de março, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 4302/1998, alterando a legislação sobre a terceirização de mão de obra no país. No dia 31 de março, foi sancionado, tornando-se a Lei nº 13.429/2017.

A seleção desses dias considerou a véspera do acontecimento (dia 21), a votação na Câmara (22), o período seguinte até a sanção (31) e o dia após a sua assinatura pelo presidente Temer. Tal amostra justifica-se pela possibilidade de recompor da melhor forma esse acontecimento, bem como para ter mais amplo entendimento de seu enquadramento, permitindo visualizar a forma como se apresentam os personagens e as narrativas.

O método escolhido para o desenvolvimento deste trabalho tem base em vários ensinamentos. A escolha pela pluralidade metodológica parte da compreensão de que cada método possui qualidades para as pesquisas e que, em combinação, também podem render boas percepções.

Destarte, entende-se que o método não é uma forma hermética a se seguir, sem qualquer chance de adaptabilidade. Muito pelo contrário, distingue-se um bom método pela forma com que ele se mostra capaz de se testar às hipóteses da problematização da pesquisa. Esta é a concepção metodológica que ora se apresenta.

Nesse sentido, a primeira decisão que se toma é ter um *corpus* comparado. Isto é o que defendem Hallin e Mancini (2010), quando da apresentação metodológica dos seus estudos sobre sistemas de mídia, que também é um exame com contraposição de objetos. Eles depositam na comparação a “capacidade para tornar o invisível visível” que teria o poder de trazer o olhar para o singular, para o particular, ao mesmo tempo em que, similarmente, expõe aspectos sistêmicos com mais clareza. Dentro do que falam, os autores destacam a ideia de tendências, o que, presentemente, se evidenciará tanto qualitativa quanto quantitativamente nas análises.

A tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifestos (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público no qual ele é dirigido. (HERSCOVITZ, 2010, p. 126)

Bauer e Gaskel (2002, p. 23) contribuem com a discussão ao falar sobre as pesquisas qualitativa e quantitativa, tentando superar o que chamam de “polêmica estéril” (p. 23), que justamente se situa na ideia positivista de que ciência só pode ser aquilo que é quantificado. Os autores afirmam que não há quantificação sem qualificação.

A mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social. As atividades devem ser distinguidas antes que qualquer frequência ou percentual possa ser atribuído a qualquer distinção. É necessário ter uma noção das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria. (BAUER; GASKEL, 2002, p. 24)

Os autores, ademais, comentam o fato de que, a rigor, não há análise estatística sem qualificação. Os autores argumentam que as investigações quantitativas, para chegar a construir conhecimentos relevantes, além de precisar ser precedidas pela atividade qualitativa de identificação das categorias que merecem ser mensuradas, carecem, impreterivelmente – tendo em vista que seus resultados são números e percentuais –, de um esforço de interpretação, que também é um trabalho qualitativo, para aferir o seu significado para o mundo da vida humana.

Na verdade, quanto mais complexo o modelo, mais difícil é a interpretação dos resultados. Escudar-se atrás do “círculo hermenêutico” de interpretação, de acordo com o qual a melhor compreensão provém do fato de se saber mais sobre o campo de investigação, é para os pesquisadores qualitativos um lance retórico, mas um lance bastante ilusório. O que a discussão sobre a pesquisa qualitativa tem conseguido foi desmistificar a sofisticação estatística como o único caminho para se conseguir resultados significativos. (BAUER e GASKEL, 2002, p. 24)

Acerca das vantagens da comparação como partícula do método, Hallin e Mancini falam que

se a comparação pode sensibilizar-nos para a variação, também o pode para a similitude, e também isso pode forçar-nos a pensar com mais clareza sobre como podemos explicar os sistemas de *media*. [...] A análise comparativa pode proteger-nos contra falsas generalizações, como diz Bendix, mas também pode encorajar-nos a passar de explicações demasiado particulares para outras de carácter mais geral onde isso for apropriado. [...] A segunda razão por que a comparação é importante na investigação social é que nos permite em muitos casos testar hipóteses sobre inter-relacionamentos entre os fenômenos sociais. (HALLIN e MANCINI, 2010, p. 17-18)

Complementarmente, tem-se a Análise de Conteúdo (AC) em Jornalismo, pois “pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamento” (HERSCOVITZ, 2010, p. 123). A essa proposta metodológica,

que possui sim viés qualitativo, é somada a análise complementar baseada nas categorizações por fonte, consoante a classificação proposta por Lage (2001).

Mesmo tendo sinalizado, no capítulo sobre os personagens, que consideraria as fontes como personagens, parecendo essa escolha agora ser inadequada ou contraditória, afirma-se a sua pertinência, uma vez que poderá se constituir em interessante suporte para as análises que seguem. Pelo fato de o *corpus* da pesquisa ser composto por telejornais diários, situados no campo do que se chamou por jornalismo de pirâmide, a nomenclatura possibilitará ver maiores (des)conexões com aquilo que se concebe fazer parte da razão e da natureza dos personagens nas narrativas (tele)jornalísticas: ampliar a capacidade de compartilhamento entre as subjetividades e promover o debate público, cuja articulação e mediação se constituem no papel mais importante do jornalismo.

Prosseguindo, Lage apresenta uma série de possibilidades de terminologias para as fontes usadas nas matérias jornalísticas, a partir da natureza de cada uma. Descreve-as em fontes “oficiais”, como aquelas relacionadas a instituições de Estado e que são as preferidas da mídia, porque normalmente abordam temas de interesse público. Há as “oficiosas”, cuja relação com esse ambiente oficial é muito próxima, mas possuem impedimentos organizacionais para a fala autorizada. Existem ainda as “independentes”, que são as organizações não governamentais.

Dentro dessa classificação, Lage ainda observa as fontes como “primárias” e “secundárias”. Isso está relacionado ao lugar de fala das fontes em relação ao ocorrido. As “primárias” estão na origem da informação; já as “secundárias” são aquelas que contextualizam, comentam, interpretam. Em linhas gerais, o envolvimento da fonte com o evento é indireto.

Encontra-se ainda em Lage a fonte “empresarial”, que representa corporações de diversos segmentos econômicos; a fonte “independente”, que representa uma instituição sem fins lucrativos; a fonte “testemunhal” sendo aquela que presencia os fatos; e, por fim, a fonte “*experts*”, caracterizada por especialistas em determinados assuntos.

A classificação de Lage, que *a priori* poderia se julgar como simplória, presta, no nosso entendimento, auxílio valioso na aproximação aos procedimentos de análise pragmática da narrativa jornalística propostos por Luiz Gonzaga Motta (2013), autor que dá importantes contribuições à pesquisa. Usaremos ainda a estratificação que Habermas faz entre a estrutura de poder e a periferia (intelectuais, artistas, professores, estudantes, movimentos sociais, comunidades

organizadas, ONGs e demais cidadãos) que assumem posições contra-hegemônicas em relação à ideologia dominante.

Motta propõe procedimentos operacionais para a análise das narrativas midiáticas. Mas, antes de falar de cada um dos movimentos oferecidos, o professor diz que é preciso estar atento às instâncias do discurso narrativo.

Na prática comunicativa corriqueira os indivíduos não percebem essa divisão, não há hierarquia entre as três instâncias, elas ocorrem de forma superposta uma às outras e o sentido é deduzido de forma intuitiva, unitária e pressuposta. (MOTTA, 2013, p. 134)

Metodologicamente, para o autor, fica mais fácil se trabalhar com a ideia de três instâncias: *o plano de expressão linguagem* (ou discurso); *o plano da estória* (ou conteúdo); *o plano da metanarrativa* (tema de fundo). “Os linguistas costumam chamar essas três instâncias de plano da sintaxe, da semântica e da poética, que correspondem, *grosso modo*, às instâncias aqui sugeridas” (MOTTA, 2013, p. 135). Interessante notar que Motta associa os dois primeiros planos a aspectos estéticos. O terceiro, ao ético, cultural e/ou ideológico.

Fato é que nas narrativas esses planos se mostram codependentes, em maior ou em menor nível.

A análise da narrativa incide principalmente sobre o plano da estória (o foco está na sequência das ações, encadeamentos, enredo, intriga, conflito, cenários, personagens, seus papéis ou funções, etc.). Mas este plano está inexoravelmente dependente do plano do discurso ou da linguagem, sem o qual a estória não se projeta e as intenções comunicativas não se revelam. Além disso, a análise dificilmente se completará se relegar pouca atenção à relação entre os modelos de mundo ou metanarrativas de fundo (o terceiro plano) e os planos da linguagem e da estória, particularmente sobre a articulação entre os modelos de mundo e os sentidos da estória. (MOTTA, 2013, p. 135)

De acordo com Motta (2013, p. 136), o *plano da expressão* (do discurso) “é o plano da linguagem, o plano de superfície do texto, através do qual o enunciado narrativo é construído pelo narrador”. Este plano manifesta-se nas linguagens visual, sonora, verbal, gestual, multimodal, entre outras.

Especificamente em relação ao jornalismo, o autor sinaliza que é importante estar atento, porque, mesmo sendo a linguagem referencial a mais usada, o jornalismo utiliza também expressões que dão efeito de ironia. Está presente também a hipérbole, que produz o efeito “da

surpresa, do espanto, da incredulidade, etc.” (MOTTA, 2013, p. 136). É o plano em que ficam postos os usos estratégicos da linguagem.

Acerca do *plano da estória* (conteúdo, conflito/intriga) é preciso saber que ele funciona como o “plano virtual da significação”.

Movendo-se neste plano o analista irá investigar a lógica e a sintaxe narrativa, ou até onde elas manifestam intencionalidade do narrador: as unidades nucleares e a funcionalidade delas na estória; as ações isoladas, seu encadeamento em sequências que conformam os episódios, seu encaixe com outras sequências para compor o enredo, a sequência-tipo, o significado diegético de uso pelo narrador de *flashbacks* e *flashforwards*, o ritmo imprimido pelo narrador, a caracterização das personagens, a funcionalidade delas no transcurso da estória, os conflitos principais e secundários, o enfrentamento entre protagonistas e antagonistas, etc. Enfim, as micro e macroestruturas ou princípios de organização que configuram a narrativa de uma certa maneira no ato de contar. (MOTTA, 2013, p. 138)

Por fim, no *plano da metanarrativa* tem-se o espaço da estrutura profunda, entrelaçada com o arcabouço ancestral. O autor diz que aqui pode ser vista a composição pré-textual.

São situações éticas fundamentais plasmadas por um narrador no momento em que ele se põe a narrar, por exemplo os temas da fidelidade, fé, confiança no futuro, felicidade, revolução, conspiração, corrupção, exploração, traição, temor à morte, temor a deus, o crime não compensa, o herói, o duplo, erro e castigo, triunfo e recompensa, e tantos outros temas, mitos ou motivos. (MOTTA, 2013, p. 138)

Mas como proceder a análise empírica da narrativa? Depois de explicadas as instâncias do discurso narrativo, Motta elenca sete movimentos de análise, os quais serão referenciados abaixo, com destaque para o item cinco, relativo aos personagens.

O primeiro deles é “compreender a *intriga* como síntese do heterogêneo”, como o “enredo funciona enquanto agente organizador das partes” (MOTTA, 2013, p. 140). Expõe que o estudo só pode ser bem executado quando a estória integral é bastante conhecida. No caso da análise da narrativa jornalística é necessário reconstruir a totalidade da história.

O analista deve determinar o começo, meio e o fim da narrativa a ser estudada. Havendo demanda de corte, isso precisa ser justificado.

O analista precisa decompor e recompor a estória com rigor e identificar suas partes componentes, as sequências básicas, os pontos de virada ou inflexões essenciais, os limites dos episódios parciais, as conexões entre eles, os conflitos principais e secundários, o protagonista e o antagonista principais e seus adjuvantes, como o enredo organiza a totalidade, e assim por diante, a fim de compreender como o narrador compôs sua estória na situação de comunicação. (MOTTA, 2013, p. 141)

Neste momento, reafirma o lugar de compreender as narrativas como estruturas textuais marcadas pelas estratégias e intencionalidades, pedindo atenção do analista. Cita Austin (1961), com base na Teoria dos Atos de Fala, em que fica posto que os processos comunicativos são atos de fala, atos realizativos.

O segundo movimento de Motta situa-se no *compreender a lógica do paradigma narrativo*. Esse é um caminho em direção à lógica da essência da narrativa, percebendo quais os recursos foram usados para argumentar junto ao seu interlocutor.

Aplicada a situações concretas de comunicação, essa lógica de ordenação e encadeamento dos possíveis narrativos revelará a inteligibilidade criada. O procedimento poderá mostrar como o narrador, em sua correlação com o narratário, articulou astuciosamente o que lhe pareceu verossímil em uma situação de comunicação a fim de articular as ações, surpresas, tensões, clímax, um começo, desenvolvimento e final, quesitos da ordem narrativa, até compor a totalidade inteligível a fim de obter a resposta emocional do seu interlocutor. O poder e as intenções persuasivas da composição da intriga por parte do narrador na sua relação com o destinatário se tornarão então mais evidentes. (MOTTA, 2013, p. 150)

O autor orienta que o analista fique atento ao uso de dêiticos, porque esses assumem papel importante na reconstrução do sentido. São exemplos deles: *o, a, esse, aquele*, etc. (demonstrativos); *aqui, ali, já, em seguida*, etc. (espaço e tempo); gestos, mímicas, ênfases (ausentes no discurso, mas subentendidos). É a atenção ao *cotexto* (dêiticos, gestos, posturas, entonação, ritmo, ponto de vista do narrador, enquadramentos) e ao contexto.

O terceiro movimento é *deixar surgirem novos episódios* e nele é possível se observar como o narrador usa os personagens, por exemplo. Segundo Motta,

os episódios são unidades temáticas narrativas intermediárias, semanticamente coesas, que relatam ações ou conjunto de ações relativamente autônomas (motivos) e correspondem às transformações e progressões no transcorrer da estória, conectadas ao todo no qual significativamente se inserem. (MOTTA, 2013, p. 160)

Já o quarto movimento é *permitir ao conflito dramático se revelar* e tem relação com a ideia de *frame cognitivo*, que nada mais é que o enquadramento da realidade que o narrador traz. “Identificar os conflitos permite, pois, ao analista perceber o *projeto dramático* em construção e avançar rumo a uma camada cada vez mais profunda do fenômeno analisado (a narrativa objeto de observação e seu processo comunicativo)” (MOTTA, 2013, p. 167).

Todo conflito revela uma tensão, uma divergência, uma discórdia. E ele não tem a ver com uma categoria do discurso; pertence, de certo, ao mundo fático da vida. Para Motta, como já referenciado, o conflito, segundo Carl Schmitt, é uma categoria dos campos sociais, como a política. Para o pensador, na política, por exemplo, há sempre presente uma ideia de antagonismo, marcada pela nomenclatura amigo/inimigo.

Essa dualidade é o critério distintivo do campo político na luta pela hegemonia e pelo poder. Esse antagonismo, diz ele, passa por algumas etapas que *dão sentido* ao antagonismo amigo/inimigo, dão sentido ao enfrentamento como um mecanismo de diferenciação. Embora proveniente da ciência política, esta afirmação é importante para nossa análise. (MOTTA, 2013, p. 168)

E alerta:

a meu ver, muitos narradores apropriam-se dessa visão dual do conflito no mundo fático da vida e o adaptam astuciosamente como categoria estruturadora de sua retórica dramatizada, como na dramaturgia, literatura ou cinema. Na narrativa, o conflito político é estrategicamente textualizado pelo narrador em um *projeto dramático*. (MOTTA, 2013, p. 168)

Motta complementa a informação dizendo que a narrativa pode conter apenas um único conflito, um conflito principal. Porém, também pode ser que aconteça de existir outros sobrepostos, que circundam o central. O autor declara ainda que o conflito revela, ao menos, sempre dois lados, porque há sempre vontades contraditórias em jogo. Especificamente, no jornalismo, esse aspecto bipolar se concretiza.

Com isso, a narrativa jornalística coloca sucessivamente uma personagem *versus* outra, como opositores (partidos, políticos profissionais, autoridades, etc.) nas páginas e telas, contaminando toda a cobertura, incitando oposições e, assim, instituindo (e fomentando) dualismos artificiais na vida política contemporânea. [...]. Ao identificar os conflitos o analista poderá perceber de que maneira o narrador coloca estrategicamente personagens uns contra os outros e tece astuciosamente as intrigas, a fim de manter a narrativa aquecida e atraente para o destinatário. (MOTTA, 2013, p. 171-172)

Observa-se, neste turno, que adere perfeitamente o panorama de Edward Herman (1999) da diversidade significativa/marginalizada. Os conceitos de diversidade significativa ou reprimida do autor ajudam, portanto, a identificar a questão da diversidade de versões e fontes existentes nas notícias, se ela é significativa ou não (marginalizada). É, sem dúvida, uma variável a ser observada para verificar possíveis ausências de versões e fontes/personagens no contexto da nova lei de terceirização.

Enfim, o quinto movimento *personagem: metamorfose de pessoa a persona*, que se volta para a construção de personagens. Por ele, parte-se da premissa de que os personagens são atores que realizam ações dentro de um fato, de modo a garantir veracidade à história.

No texto noticioso, os atores deverão ser observados pelos nomes, identificadores e correferências que lhes são atribuídas, evitando uma análise psicologista ou social. Deve-se focar nas observações de sua representação como figura do discurso jornalístico e responder quais as marcas que foram usadas pelo narrador na construção do personagem.

O uso de designantes das personagens, como os nomes próprios, os identificadores (cargos, funções, etc.) e as correferências (competência para realizar certas ações ou declarar tal coisa, etc.) devem ser levados em conta na análise pragmática, porque são utilizados pelo narrador para produzir efeitos de real, para referenciar as personagens. As constantes referências ao nome da personagem remetem às suas características e competências, à sua autoridade, ao seu ser e fazer. (MOTTA, 2013, p. 178)

Motta (2013) diz, entretanto, que a análise das personagens deve levar em conta o *projeto dramático* do autor. “Na análise pragmática, entretanto, será preciso analisar as personagens como escolhas do *projeto dramático* de um sujeito narrador que faz opções argumentativas todo o tempo, procurando envolver o destinatário” (MOTTA, 2013, p. 177).

É fundamental, portanto, deter-se aos personagens, à sua construção ou caracterização, ao seu discurso, etc.

Interessa à análise pragmática identificar as razões estratégicas pelas quais a personagem possui esta ou aquela qualidade ou defeito, e principalmente porque ela age de uma ou outra maneira na estória, como resultado da premeditação enunciativa do narrador. Dessa maneira, o analista deve procurar sempre relacionar as artimanhas do narrador com as possíveis interpretações por parte da audiência. (MOTTA, 2013, p. 177)

O penúltimo movimento, *as estratégias argumentativas*, parte do princípio de que quem narra tem alguma intenção. Assim, o analista deve estar atento ao fato de como os jogos de linguagem e ações estratégicas de constituição de contexto atuam.

As estratégias argumentativas, por sua vez, se dividem em duas: *efeitos de real* e *efeitos estéticos de sentido*. Aqueles estão ligados à veracidade; estes, aos sentimentos. Para Motta, cabe ao narrador realista, o que inclui o jornalista, provocar o *efeito de real*, que dá a entender que os fatos falam por si. “Ainda que não sejam *a realidade*, as narrativas jornalísticas, históricas e biográficas têm veracidade, recorrem a recursos de linguagem para parecerem factuais, objetivas e verdadeiras. Produzem o *efeito de real*, a veracidade” (MOTTA, 2013, p. 200).

O analista, portanto, deve voltar seus esforços para identificar as estratégias que o narrador utiliza. É válido observar as *citações*, a *identificação sistemática* de lugares e pessoas, o *uso de nomes próprios* e de instituições, a *referencialidade temporal*, os *dêiticos*. O uso corriqueiro de estatísticas e números pelos jornalistas também devem ser levados em conta.

No que toca às *estratégias de produção de efeitos estéticos*, cabe dizer que as narrativas podem vir a gerar efeitos poéticos nos receptores. Esses efeitos provocam sentimentos que, por seu turno, “promovem a identificação do leitor com o narrado, humanizam os fatos brutos, e possibilitam a sua compreensão como dramas e tragédias humanas” (MOTTA, 2013, p. 203).

O sétimo e último movimento é *permitir às metanarrativas aflora*”, no qual Motta propõe que toda narrativa tem um pano de fundo moral e ético.

Os conflitos que configuram a intriga e as ações das personagens são manifestações de superfície de outros conflitos ainda mais profundos, latentes em todo discurso narrativo, embora analiticamente necessitemos compreender primeiro os conflitos de superfície das histórias para chegar aos mais profundos. (MOTTA, 2013, p. 205)

Entre tantos movimentos de análise, Motta (2017) destaca, em produção recente, que dois deles merecem atenção imediata dentro da dimensão metodológica *da/para* narratologia crítica, sendo os que serão priorizados nesta investigação. São eles o protagonismo dos atores; e o contexto comunicativo e os dêiticos. Acerca do protagonismo dos personagens temos que

a primeira contribuição relevante da pragmática para o sujeito de uma narratologia crítica é levar em conta o protagonismo dos sujeitos interlocutores – narrador e destinatário – nos procedimentos de análise [...]. mais que uma questão de identidades dos atores, é necessário que o analista conheça os papéis sociais dos sujeitos, suas intenções comunicativas e as relações de força entre eles (posição social, hierarquia, diferenças de gênero, etc.). (MOTTA, 2017, p. 53)

Já a segunda contribuição, referente ao contexto, diz que

é a incorporação de determinantes contextuais que dá à análise um caráter crítico e a difere de outras metodologias. Todos os autores acima citados enfatizam a importância que o contexto e as circunstâncias da situação de comunicação (os fatores extralinguísticos) têm no processo de construção das representações sociais. Cada ato de fala narrativo ocorre em um ambiente psicossocial específico que contingência tal ato [...]. (MOTTA, 2017, p. 55 e 56)

Ademais, soma-se ao que está posto a aplicação das categorias de efeito elencadas no capítulo do personagem (*consonância, veracidade, humanização, abrangência, inteligibilidade, pedagogia*), a fim de verificar a aderência delas ao *corpus* explorado.

Por fim, resta sinalizar que, para cada dia analisado, foi usada uma ficha, como forma de auxiliar nos registros e nas análises, contendo as chaves: *tempo total do telejornal; se falou ou não sobre o tema da terceirização; se falou, por quanto tempo foi; se, em falando, houve menção na escalada; se, em falando, houve menção em passagem de bloco*²⁶. Outro grupo de chaves trata do formato da menção. É preciso verificar como se falou sobre assunto, através de que gênero discursivo dentro do telejornal: *matéria*²⁷; *nota coberta*²⁸; *nota pelada*²⁹. Se, em sendo *matéria*, ver se fez uso de *infográfico*³⁰ e de *personagem*. Sobre o uso de personagem, registrou-se as categorias de *crédito usado; o tempo de fala; a classificação da fonte (Lage); e se ela se posiciona contra ou a favor da mudança legislativa*.

6.2 ESTUDO DO CORPUS

No estudo das 11 edições do *Jornal Nacional*, foi encontrado o tema da terceirização em quatro momentos. Nos dias 22, 23 e 31 de março de 2017. Para as edições do Jornal da Record, esse número sobe para quatro, mesmo não sendo contabilizada a edição do dia 1 de abril, que não estava disponibilizada no site da emissora. As edições que veicularam o tema da terceirização foram ao ar em 23, 27, 28 e 31 de março. Ainda tentamos, para compor o *corpus* na totalidade, contato com as produções local e nacional do telejornal, sem sucesso. Também foi tentada a compra da gravação do telejornal em empresa de monitoramento eletrônico, no entanto, esta não tinha mais o arquivo da gravação.

²⁶ Glossário Telejornalismo. Disponível em <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Acesso 31 de março de 2017.

²⁷ Glossário Telejornalismo. Disponível em <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Acesso 31 de março de 2017.

²⁸ Glossário Telejornalismo. Disponível em <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Acesso 31 de março de 2017.

²⁹ Glossário Telejornalismo. Disponível em <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Acesso 31 de março de 2017.

³⁰ Glossário Telejornalismo. Disponível em <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Acesso 31 de março de 2017.

Quantitativamente, considerando o tempo total de cada um dos telejornais, o Jornal Nacional somou em 11 edições 5 horas 54 minutos 9 segundos de conteúdo geral, sendo 4 minutos e 18 segundos deles destinados ao tema. Percentualmente, isso equivale dizer que apenas 1,21% do conteúdo tratou da terceirização. Esta mesma relação com o Jornal da Record ficou da seguinte forma: dez edições com 7 horas 2 minutos 49 segundos de telejornal, sendo 7 minutos e 34 segundos para o tema, ou seja, 1,78%. Fica claro, portanto, desde então, o pequeno tempo destinado a um tema tão importante, o que evidencia menosprezo pelo assunto ou a intenção de fazer passar a deliberação sem possibilitar uma atenção maior do público.

No Jornal Nacional, a primeira menção aconteceu justamente no dia 22 de março, quando da aprovação da lei. A temática se apresenta em formato de *nota pelada*. Na edição, não há qualquer tipo de destaque para o assunto nos espaços privilegiados da *escalada*³¹ e das *passagens de bloco*³² do noticiário. A segunda menção feita ao tema das novas regras da terceirização ocorre no dia seguinte à aprovação, em 23 de março. Atendeu, portanto, ao formato de *matéria*³³, sendo exibida no segundo bloco do telejornal, após destaque na *escalada* e na *passagem de bloco*. Por fim, a terceira menção é feita no dia 31, em dois momentos, sendo feitas no formato de *nota coberta*³⁴ e *nota pelada*³⁵, nesta sequência e no primeiro bloco.

No Jornal da Record, por sua vez, a primeira menção registrada ocorreu no dia 23 de março, um dia após a aprovação da Câmara, numa *matéria* de 2 minutos e 9 segundos, de um total de 53min. Foi exibida logo no primeiro bloco e teve destaque na *Escalada*. A segunda menção feita por este telejornal foi feita no dia 27 de março. Ela preencheu o formato *Matéria*, com duração de 1 minutos e 18 segundos. Foi exibida no segundo bloco, não sendo referenciada na *Escalada* nem na *Passagem de Bloco*. Já a terceira, no dia 28, foi veiculada no primeiro bloco, assumindo o formato de *Matéria*. Por fim, no dia 31, foi ao ar no terceiro bloco, sendo uma *Matéria* também.

³¹ Glossário Telejornalismo. Acesso em 12 de julho de 2017. <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>.

³² Glossário Telejornalismo. Acesso em 12 de julho de 2017. <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>.

³³ Glossário Telejornalismo. Acesso em 12 de julho de 2017. <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>.

³⁴ Glossário Telejornalismo. Acesso em 12 de julho de 2017. <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>.

³⁵ Glossário Telejornalismo. Acesso em 12 de julho de 2017. <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>.

Tabela 1 – Análise Geral – Jornal Nacional

Edições por data	Tempo total	Tempo destinado ao tema	Destaque por “escalada”	Destaque por “passagem de bloco”	Formato da veiculação do tema	Infográfico
21/3	44’22’’	-	-	-	-	-
22/3	24’57’’	39’’	-	-	Nota Pelada	-
23/3	19’59’’	2’20’’	Sim	Sim	Matéria	Sim
24/3	42’06’’	-	-	-	-	-
25/3	31’32’’	-	-	-	-	-
27/3	39’	-	-	-	-	-
28/3	21’57’’	-	-	-	-	-
29/3	20’54’’	-	-	-	-	-
30/3	39’39’’	-	-	-	-	-
31/3	37’52’’	1’19’’	-	-	Nota Coberta (44’’) e Nota Pelada (35’’) e	-
1/4	32’21’’	-	-	-	-	-

Tabela 2 – Análise Geral – Jornal da Record

Edições por data	Tempo total	Tempo destinado ao tema	Destaque por “escalada”	Destaque por “passagem de bloco”	Formato da veiculação do tema	Infográfico
21/3	51’28’’	-	-	-	-	-
22/3	28’19’’	-	-	-	-	-
23/3	53’00’’	2’09’’	Sim	Não/Exibida no 1º bloco	Matéria	Sim
24/3	48’19’’	-	-	-	-	-
25/3	20’04’’	-	-	-	-	-
27/3	49’15’’	1’18’’	Não	Não	Matéria	Não
28/3	45’39’’	1’33’’	-	-	Matéria	Não
29/3	29’49’’	-	-	-	-	-
30/3	48’20’’	-	-	-	-	-
31/3	48’36’’	2’11’’ 23’’	-	-	Matéria/ Coberta Nota	-
1/4*						

Com relação aos entrevistados, no Jornal Nacional, no dia 23 de março, houve a produção de *Matéria*, sendo apenas aqui possível aplicar o segundo momento da análise, relacionando os

entrevistados à classificação das fontes. Nesta reportagem, há uma primeira personagem/fonte, o deputado federal Laércio Oliveira (Solidariedade-SE). Ele é o relator do projeto. Enquadramos como *fonte oficial/favorável* à mudança da Lei. A sonora dura 23 segundos.

Nos próximos seis meses, nós teremos uma diminuição do desemprego no país. Por quê? Porque vai existir segurança jurídica agora. O empresário vai ter condição de terceirizar atividades que ele antes não gostaria de fazer, porque ele passa a ter segurança jurídica. Isso é o que o Brasil precisa. (OLIVEIRA, 2017)

A segunda fonte usada na matéria é Pedro Capanema, creditado como *consultor jurídico da Firjan*, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Ele fala por 17 segundos e, em resumo, acredita que o projeto beneficiará o trabalhador, porque a lei vai exigir que as empresas sejam bem estruturadas. Enquadramos como *fonte empresarial/favorável* à mudança da lei.

As empresas que terceirizam, elas têm que comprovar que são sólidas. A terceirização se dá em serviços especializados e você tem também a possibilidade que o empregado cobre aqueles direitos trabalhistas, não só de uma empresa, mas como também da empresa que recebeu o serviço. (CAPANEMA, 2017)

A terceira fonte é chamada pela repórter (Zileide Silva) de “economista” e foi creditada ao professor de Relações do Trabalho da USP José Pastore. Ele sustenta sua argumentação por 12 segundos e afirma que a terceirização irrestrita não vai reduzir salários. Enquadramos como *fonte especializada/favorável* à mudança da lei.

Esse projeto vai estimular as empresas a entrar em novos negócios e expandir as suas vagas e, portanto, aumentar a oferta de postos de trabalho, criando emprego, que é um outro grande benefício para o trabalhador. (PASTORE, 2017)

Tabela 3 – Detalhamento por entrevistado – Jornal Nacional

Edição 23/3	Créditos	Tempo de fala	Categoria da fonte	A favor ou contra o projeto
Entrevistado 1	Relator do projeto	23’’	Oficial	Favorável
Entrevistado 2	Consultor da Firjan	17’’	Empresarial	Favorável
Entrevistado 3	Professor de relações do Trabalho da USP	12’’	Especializada	Favorável

Importante registrar, no entanto, as menções ao tema no dia 31 de março, mesmo que não tenham gerado entrevistado categorizável neste padrão de tabela. É que observamos certo protagonismo dos apresentadores, assunto a ser problematizado mais à frente. Diferentemente da

nota do dia 22 de março, que apenas comunicou sobre a aprovação da nova lei pela Câmara, lida por um dos apresentadores, no dia 31 de março o tema estava associado a um dia de manifestações contra as reformas do governo, em que a terceirização também é citada, durante a *Cabeça de Nota Coberta* que foi ao ar. A apresentadora Renata Vasconcelos lê o seguinte texto: “Sindicatos e movimentos sociais promoveram hoje manifestações em todos os estados e no Distrito Federal contra as reformas trabalhista e da previdência, e o projeto de terceirização, aprovado na Câmara semana passada” (VASCONCELOS, 2017). Na sequência, é veiculada a *Nota Coberta* que mostra várias capitais, entre elas Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, Aracaju, Belo Horizonte, Recife, Natal e Porto Alegre. O foco é mostrar os movimentos em cada uma das cidades, não aprofundando no assunto tratado nos protestos.

Na continuação, imediatamente, é lida a *Nota Pelada*, pelo apresentador William Bonner, que diz:

O presidente Michel Temer sancionou a lei que permite a terceirização em todas as atividades das empresas, mas vetou três pontos. Um deles permitia que o contrato temporário valesse por mais de nove meses. A lei de terceirização mantém todos os direitos do trabalhador e estabelece ainda o que o terceirizado deve fazer se não receber direitos trabalhistas ou previdenciários. Primeiro, cobrar da empresa que o contratou. E, caso não consiga receber, processar a empresa que contratou a prestadora de serviços. (BONNER, 2017)

Com relação ao Jornal da Record, tem-se que no dia 23 de março há a fala do diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Hernandez. Ele é *favorável* ao projeto e está categorizado como fonte *empresarial*. “Acreditamos que ele dará mais segurança para as empresas e trabalhadores” (HERNANDES, 2017).

O segundo entrevistado dessa matéria é o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Ele é *defensor* da nova lei e é enquadrado como fonte *oficial*. Tem voz na reportagem por 17 segundos e compara a aprovação da legislação, a qual não recebeu tantos votos favoráveis quanto o esperado pelo governo, a um campeonato de futebol.

É óbvio que o resultado de ontem foi o resultado do primeiro jogo pós pré-temporada. O importante é que foi vitorioso. E eu tenho certeza que nas próximas votações nós vamos jogar mais com o time campeão brasileiro do que um time campeão carioca, paulista ou de qualquer outro campeonato regional. (MAIA, 2017)

O terceiro entrevistado é o presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira. Ele também *apoiar* a nova lei, sendo fonte *oficial*. Tem voz na reportagem por 16 segundos. Ele surge no

momento em que a matéria diz que no Senado também há um projeto sobre o mesmo tema, alterando o discutido pela Câmara. “Essa casa, como eu te disse, é para revogar leis que estejam inadequadas e adequá-las ao momento através de um novo projeto ou de uma nova medida, proposta pelos senadores e aprovada pelo plenário do Senado” (OLIVEIRA, 2017).

Na reportagem exibida no dia 27 de março, mesmo sendo uma *Matéria*, de duração de 1 minuto e 18 segundos não há entrevistados. Na *Matéria* do dia 28, cuja *Cabeça* sinaliza já para o tema da terceirização com o seguinte texto, registra-se três entrevistados. Dizem os apresentadores, antes da *Matéria*: “O Senado quer incluir no projeto da terceirização, aprovado na Câmara, algumas propostas depois da sanção do presidente Temer” (FREITAS, 2017). “Mas há divergências dentro do próprio PMDB, maior partido da base do governo” (ARAÚJO, 2017).

A reportagem tem início com imagem da reunião que o presidente do Senado, Eunício Oliveira, fez com representantes de centrais sindicais e mostrando que parte do PMDB assinou nota contrária à lei que foi aprovada pela Câmara. Em *off*, o repórter diz que Eunício se comprometeu a encaminhar relatório sobre o projeto que tramita na casa para as comissões e, depois, para o plenário. Após isso, há a apresentação do primeiro entrevistado, um representante sindical. Antônio Neto, creditado como presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, em 7 segundos de fala diz: “Queremos aqui que a casa aprove o PL 130 do senador Paim. E estamos juntas, todas as centrais” (NETO, 2017).

Na sequência, o repórter introduz a fala do senador Paulo Paim (PT-SP). “Nós vamos tentar construir um amplo acordo, Senado e Câmara, para que, quando ele for para sanção, ele seja sancionado sem veto” (PAIM, 2017). O repórter faz uma *passagem* dizendo que o presidente do Senado também se reuniu com o relator da reforma trabalhista na Câmara, o deputado Rogério Marinho. O objetivo do encontro foi costurar a inclusão de itens na reforma que garantam os direitos dos trabalhadores exigidos pelos sindicatos. Nessa hora, é introduzida a fala deste. “A preocupação do presidente Eunício, também da Câmara, do governo é de que essa legislação que foi aprovada, ela contemple a segurança jurídica dos trabalhadores, no sentido de que o trabalhador terceirizado não tenha distinção em relação ao trabalhador da empresa tomadora” (MARINHO, 2017).

A reportagem do dia 31 de março tem dois entrevistados. O primeiro deles é o gerente de pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato Fonseca. O outro, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o ministro Ives Gandra. Em qual contexto o tema da

terceirização surge? Antes de ir ao ar, uma *Nota Pelada* é lida pela apresentadora, seguida da cabeça da *Matéria* pelo apresentador. “A lei que prevê a terceirização de mão de obra foi sancionada hoje. Essa lei fez parte do pacote de reformas propostas pelo Governo Temer” (ARAÚJO, 2017); “E essas iniciativas são tidas como responsáveis pela queda de popularidade do presidente” (FREITAS, 2017).

Prossegue o VT³⁶, falando que a CNI fez uma pesquisa para avaliar o governo Temer, que sofre queda de aprovação. Na sequência, o gerente de pesquisa, Renato Fonseca, fala: “Se a economia começar a dar sinais de recuperação mais fortes, provavelmente, começa a reverter essa questão da popularidade do presidente” (FONSECA, 2017). Associando a ideia de que a economia só crescerá com a flexibilização da legislação trabalhista, que começou com a nova lei de terceirização, mas que deve ser ampliada com a reforma trabalhista, entra a sonora do presidente do TST.

Nesses momentos de crise, o que o trabalhador quer é uma proteção real. Se você deixa a legislação muito rígida, o empregador não tem condição de manter esse trabalhador, ele despede. Essa flexibilidade da legislação, através desse projeto de reforma trabalhista, que prioriza a negociação coletiva, eu tenho a impressão que vai se resolver muito a questão da empregabilidade. (GANDRA, 2017)

Tabela 4 – Detalhamento por entrevistado – Jornal da Record

	Créditos	Tempo de fala	Categoria da fonte	A favor ou contra o projeto
Edição 23/3				
Entrevistado 1	Diretor da CNI	4’’	Empresarial	Favorável
Entrevistado 2	Presidente da Câmara dos Deputados	17’’	Oficial	Favorável
Entrevistado 3	Presidente do Senado	16’’	Oficial	Favorável
Edição 27/ 3				
-	-	-	-	-
Edição 28/3				
Entrevistado 1	Presidente da Central Sindicatos do Brasil	7’’	Independente	Contrário
Entrevistado 2	Senador	7’’	Oficial	Contrário
Entrevistado 3	Deputado federal	20’’	Oficial	Favorável
Edição 31/3				

³⁶ Glossário Telejornalismo. Acesso em 12 de julho de 2017. <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>.

Entrevistado 1	Gerente da CNI	4''	Empresarial	Favorável
Entrevistado 2	Presidente TST	27''	Oficial	Favorável

Na sequência a esta *matéria* é lida *nota coberta* sobre manifestações pelo país contra a reforma da previdência, que também criticou a sanção da lei pelo presidente.

6.3 DISCUSSÃO

Após a análise das amostras dos telejornais, ficou evidenciado que a primeira discussão a ser travada está relacionada ao modelo de sistema de mídia predominante do Brasil. Ele nos dá, de certa forma, uma possibilidade de entender em parte os enquadramentos verificados.

Daniel Hallin e Paolo Mancini (2010), em seus estudos exploratórios, sondaram os sistemas de mídia da Europa e América do Norte, desenvolvendo um olhar voltado à comparação destes sistemas em que ficou patente como eles estão ligados ao sistema político de cada local. Embora o foco de tais estudiosos tenha se fixado em outros continentes, tal escopo pode ser aplicado com propriedade sobre a realidade brasileira, pois, tanto aqui quanto no hemisfério Norte, a imprensa assume sempre a forma e os tons das estruturas sociais e políticas em cujo seio opera.

De forma especial, reflete o sistema do controle social por meio do qual são ajustadas as relações de indivíduos e instituições. Acreditamos que a compreensão destes aspectos da sociedade é fundamental para qualquer compreensão sistemática da imprensa. (HALLIN; MANCINI, 2010, p. 22)

Para os autores, as lições sobre mídia estão inseridas dentro de um panorama maior, em que se deve avaliar também outras variáveis.

Defenderemos que não é possível compreender os *media* noticiosos sem entender a natureza do Estado, o sistema dos partidos políticos, o padrão das relações entre interesses econômicos e políticos, e o desenvolvimento da sociedade civil, entre outros elementos da estrutura social. (HALLIN; MANCINI, 2010, p. 22)

Essa percepção ampliada, de que trata o sistema midiático como parte influenciável por outros sistemas – e que também a estes influencia –, dialoga em perspectiva com a concepção analítica de Tuchman (1983), ao passo que os elementos que determinam os *frames* nos meios de comunicação são as empresas e as atitudes profissionais dos jornalistas.

Ao abordar as estruturas organizacionais, Tuchman permite que se faça um movimento de retorno a Hallin e Mancini, exatamente ao ponto em que afirmam a existência de três modelos

principais de mídia. São eles o *Liberal*, mais comum na Inglaterra, Irlanda e América do Norte; o *Corporativista Democrático*, situado transversalmente no Norte do continente europeu; e o *Pluralista Polarizado*, localizado nos países mediterrâneos e no Sul da Europa.

O Modelo Liberal é caracterizado por um domínio relativo dos mecanismos do mercado e dos *media* comerciais; o Modelo Corporativista Democrático, por uma coexistência histórica de *media* comerciais e *media* vinculados a grupos sociais e políticos organizados, e por um papel relativamente ativo mas legalmente limitado do Estado; e o Modelo Pluralista Polarizado, pela integração dos *media* comerciais, e por um forte papel do Estado. (HALLIN; MANCINI, 2010, p. 25)

Embora esses protótipos tenham sido criados com base no estudo desenvolvido à época, sendo sugestões de tipos ideais, afinal os sistemas de mídia não são homogêneos, pode-se fazer uma cuidadosa transposição para a realidade observada. Neste caso, permite uma aproximação da teoria de Hallin e Mancini para uma compreensão da coexistência complexa dos sistemas de mídia nacionais.

Se, por um lado, temos uma mídia, e no caso estudado, duas redes de televisão do tipo *Liberal*, com vieses comerciais, totalmente ligadas ao mercado; por outro, há uma forte tendência ao *Pluralista Polarizado*, sobretudo no tocante ao papel estatal de regulação do funcionamento da mídia. Este segundo aspecto é o mais predominante na visão de Azevedo (2006), que realizou estudo a partir da perspectiva de Hallin e Mancini para a mídia brasileira. Segundo ele,

historicamente algumas das características mais notáveis do nosso sistema de mídia permanecem imutáveis: o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, a pequena diversidade externa do ponto de vista político e o viés conservador, a baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores e, como consequência, no campo da grande imprensa, um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes. Deve-se lembrar ainda o surgimento tardio da imprensa e dos jornais comerciais em nosso país e a centralidade e hegemonia da televisão em nosso sistema de mídia. Some-se a tudo isto, no campo político, os ciclos autoritários, o retorno relativamente recente da democracia e da liberdade de imprensa e a atual presença de um pluralismo polarizado (moderado) e teremos um quadro que em características mais gerais se encaixam perfeitamente, tanto no que diz respeito ao sistema de mídia quanto ao sistema político, no modelo mediterrâneo. (AZEVEDO, 2006, p.89)

Por regulação do funcionamento da mídia, entenda-se as leis gerais de telecomunicações, os conselhos relacionados ao assunto, as destinações de cotas publicitárias, entre outros.

Expressão máxima da concentração da propriedade no setor de radiodifusão, o patrimônio bilionário dos irmãos Marinho (Globo), os três filhos de Roberto Marinho, figura com destaque no ranking da revista Forbes 2015 de empresários brasileiros mais ricos. Somadas as suas fortunas (R\$ 23,8 bilhões cada), eles ficam

atrás apenas dos donos da AB Inbev (R\$ 83,7 bilhões), embora separados ocupem o 5º lugar. Edir Macedo (Record), segundo do setor na lista, tem patrimônio estimado de R\$ 3,02 bilhões, ocupando a 74ª posição; e Silvio Santos (SBT), R\$ 2,01 bilhões, na 100ª posição. O setor de mídia brasileiro é, assim, o 8º mais representativo em um ranking de 13 setores liderado por indústria, bancos e alimentos. (MARINONI; INTERVOZES, 2015, p. 11)

Ressalte-se ainda, como resultante da tendência do sistema de mídia *Pluralista Polarizada*, o jogo político das concessões e outorgas e, conseqüentemente, a alta concentração midiática no Brasil de canais de televisão e rádios com políticos e/ou com parentes deles.

Além do processo de distribuição de outorgas fundado em um projeto de desenvolvimento conservador, o sistema brasileiro é marcado também pelo patrimonialismo. José Sarney (MA), Antônio Carlos Magalhães (BA) e Tasso Jereissati (CE) são considerados, com frequência, exemplos extremos de como, em alguns casos, a posição no interior do Estado (política) foi decisiva para a inserção no sistema nacional de comunicação. Posicionados privilegiadamente, presidente, ministro e governador se valeram de seus cargos para distribuir (e receber) outorgas entre correligionários e negociar acordos com os grupos de comunicação mais poderosos do país, além deles mesmos receberem outorgas. [...] O vínculo entre a concentração do poder político direto e dos meios de produção ideológica pelos mesmos indivíduos não é um fenômeno da história passada. Apesar da proibição expressa no Artigo 54 da Constituição, 44 dos 594 congressistas (senadores e deputados federais) da atual legislatura possuem outorgas de radiodifusão em seu nome. Esses são apenas os documentados, não englobando os que se utilizam de laranjas. Esse número aumentaria bastante se o levantamento abrangesse também as casas legislativas estaduais e municipais, assim como os Poderes Executivos. (MARINONI; INTERVOZES, 2017, p. 15-16)

Portanto, percebe-se como os modelos influenciam na forma em que são produzidas as notícias e, especificamente, como a questão da concentração do aspecto político-ideológico induz ao enquadramento das notícias analisadas, sobretudo no formato do “discurso único”. Aqui resgatamos o conceito de *diversidade significativa* de Herman (1999) que vincula a qualidade da notícia à capacidade de ela reproduzir de modo significativo os conflitos de versões existentes na sociedade. O autor lembra que

primeiramente, os assuntos selecionados para serem focados pelos meios de informação devem englobar todos os temas que sejam de interesse substancial para a maioria da população. Em segundo lugar, quando há uma série de fatos plausíveis e sistemas de interpretação que têm relação com um tema, todos esses fatos e sistemas devem estar disponíveis para inspeção pública. [...]. Assim, se apenas um conjunto de assuntos ou fatos é posto à disposição da população em geral, quer por censura tácita ou oficial, a condição de diversidade significativa não é satisfeita. Ou se os temas, fatos e perspectivas que se desviam da perspectiva geral estabelecida estão confinados aos limites da mídia e não chegam ao grosso

da população, o resultado é o que pode ser chamado de diversidade sem sentido ou “marginalizada”. (HERMAN, 1999, p. 214)

De certo, pode-se reconhecer que a dimensão da diversidade foi marginalizada, ainda que o tema tenha sido incluído no noticiário. A mera inclusão não cumpre a totalidade dos requisitos de diversidade, estes devendo ser inclusos nas perspectivas do discurso, ou seja, através da narrativa. Isso necessariamente nos impõe a questão da pluralidade dos personagens/fontes/entrevistados.

A quase totalidade das veiculações feitas pelos telejornais destinou-se a dar voz a qualquer ator dissonante ao projeto. Quando isso ocorreu foi apenas na *matéria* do dia 28 do Jornal da Record, mas implica exatamente na questão da diversidade significativa. Apesar de trazer as falas de um líder de sindicato de trabalhador e do senador Paim, no contexto apresentado, parecem mais uma tradução formal da lógica de evidenciar vozes contrárias, para pretender garantir a neutralidade do relato, mas se constituindo apenas num simulacro de diversidade significativa. Nos sete segundos de sonora de cada um deles, é impossível fazer qualquer apreensão mais profunda sobre a necessidade de o Senado reformar o PL aprovado dias antes pela Câmara, assunto central da matéria.

Liriam Sponholz (2003), ao observar que a imparcialidade não consegue cumprir sozinha a tarefa informativa do jornalismo, salienta que “nem todas as perspectivas de um problema podem ser explicadas através dos defensores de opiniões contraditórias” (SPONHOLZ, 2003, p. 118), conforme foi verificado. Para a autora, a “objetividade também não significa apenas ouvir fontes que apresentem os dois lados de uma questão, mas sim fontes de todos os lados possíveis, inclusive aquelas que não têm necessariamente uma opinião a expressar” (SPONHOLZ, 2003, p. 120).

Há ainda, para não afirmar que opiniões contrárias foram totalmente omitidas, uma menção, que ocorreu na *Matéria* do dia 23 do Jornal da Record. Informações não favoráveis ao projeto foram apresentadas pelo repórter, durante passagem³⁷. Não mereceu sequer voz/ fonte própria, sendo apenas parte relatada.

Já as associações ligadas aos procuradores e magistrados do trabalho dizem que a proposta é inconstitucional, por agravar questões como o rebaixamento dos salários, a alta rotatividade de terceirizados, o elevado número de acidentes, além de prejuízos à previdência. Uma delas encaminhou ao Planalto um pedido oficial para que o presidente, Michel Temer, favorável à ideia, vete o projeto. (MONTEIRO, 2017)

³⁷ Glossário Telejornalismo. Acesso em 12 de julho de 2017. Disponível em: <<http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>>.

A estrutura desse sistema de mídia, e daí foi importante a análise de dois telejornais de emissoras diferentes, mas ligadas à atividade comercial, aponta para narrativas fincadas na reprodução de informações oficiais e de pontos de vista vinculados a grandes organizações de perfil empresarial (como no caso da Firjan e da CNI). São os “mesmos entrevistados” que legitimam os mesmos pontos de vista.

O que talvez se esperasse, inclusive, dentro de um mercado concorrencial, em que pese as televisões no Brasil estarem situadas em oligopólios, é que isso influenciasse a composição das narrativas, trazendo posições variadas. Efetivamente, não foi o que se verificou. As fontes usadas fazem parte da mesma organização patronal. Essa postura não surpreende tanto a Sartori (2001), crítico da ideia de que a concorrência entre TVs poderia elevar por si só a qualidade dos conteúdos veiculados.

A resposta de costume é que a televisão poderá ficar melhor quando tiver realmente uma ordenação pluralista e competitiva estimulada pela concorrência de televisões particulares. Eu posso entender que esta resposta tem sua justificação em países como a Itália, monopolizada durante tempo demasiado por uma má televisão estatal, controlada pelos partidos. Mas na Inglaterra o discurso se inverte; lá há de fato uma boa televisão pública, a BCC, que é pressionada somente por uma concorrência privada meramente comercial e de baixo nível. Portanto, antes de proclamar que a privatização melhora as coisas, é bom levar em consideração que, para os grandes magnatas europeus – os Murdoch, os Berlusconi e outros mais, cuja presença está constantemente diante dos nossos olhos –, o dinheiro é tudo, e o interesse cívico ou cultural fica no nível zero. [...] Permanece, porém, o fato que a televisão privada, que se preza realmente, não procura elevar, mas sim promete baixar ainda mais o nível dos produtos televisivos. (SARTORI, 2001, p. 129)

O autor apresenta que a concorrência no ramo das televisões, vinculada à informação política, não funciona como no mercado de bens, de maneira autocorretiva.

Da minha parte, eu sempre sustentei que a analogia entre mercado econômico e mercado político, entre concorrência dos produtores de bens e concorrência dos partidos, é uma analogia fraca. Mas se poderia dizer que – para fins autocorretivos – a concorrência entre os meios de comunicação é ainda pior do que a concorrência política. As grandes redes americanas de televisão imitam de forma excessiva umas as outras. Graber (1984, p. 80) icasticamente anota o seguinte: “Os meios de comunicação são rivais em conformismo”. De fato, em dez notícias oito são as mesmas em todas as redes. (SARTORI, 2001, p. 130)

Ele observa que a decadência progressiva da televisão em termos informativos decorre sobretudo do fato de os meios de comunicação transferirem para o telespectador a responsabilidade por não estar pronto para uma outra qualidade de informação. Ao mesmo tempo, entende que seria

de extrema importância uma guinada. A TV precisaria se responsabilizar pelo que produz e pelo consumidor que está formando. Ou melhor: precisaria ser ética ao informar e ao se constituir como parte daquilo que se entende por opinião pública.

De fato, se a TV oferecesse um suficiente material crítico de notícias a respeito do mundo, a audiência teria interesse pelo mundo; mas se o mundo desaparece da tela, é óbvio que o mundo deixa de despertar interesse [...]. Por isso, moldar-se servilmente às tendências dos ouvintes é como deixar-se arrastar pela solução de menor esforço, procurando navegar sempre, de forma irresponsável, naquilo que é mais fácil. (SARTORI, 2001, p. 128)

Em atualíssimo texto, mesmo tendo sido publicado em 1910, Edward Ross (2008) traz a problemática da “supressão das notícias importantes”, um grande convite para enxergar os paradigmas éticos que norteiam o jornalismo estudado. Questionando aquilo que, *a priori*, chama de baixa qualidades dos jornais – ainda não tínhamos TV nessa época –, o autor faz valorosa reflexão sobre as empresas jornalísticas. Quase que visionariamente, porque esse fenômeno empresarial ainda era recente, ele aponta para as causas do esvaziamento das notícias relevantes.

Há três razões centrais para os jornais não darem ao público o que ele deseja – sim, Ross não desqualifica o público, muito pelo contrário. A primeira delas é a comercialização da imprensa. Os jornais passaram a se constituir em negócio e, como tal, possuem homens de negócio à frente. Dentro dessa lógica industrial de notícias, que funciona como uma linha de produção, devendo abastecer a milhões de pessoas, é possível até mesmo notar a convergência com os termos do desenvolvimento do capitalismo, apresentado com mais detalhes no capítulo sobre a terceirização.

Cada vez mais o dono de um grande jornal é um homem de negócios que não entendeu porque deveria gerenciar o seu negócio de um modo diferente de como faz um dono de um hotel, o empresário de espetáculos ou o proprietário de um parque de diversões. Os diretores são pessoas contratadas e não podem publicar no jornal nada mais do que a parte de sua consciência e de seus ideais que seja compatível com melhores resultados econômicos com o investimento. Naturalmente, o diretor de antigamente, que era dono do jornal, queria ganhar dinheiro – não há pecado nisso! –, mas tentava, concretamente, do mesmo modo que o autor de hoje, o conferencista ou o acadêmico tratam de ganhar a vida, dentro das limitações impostas por seus princípios e padrões profissionais. (ROSS, 2008, p. 89)

O segundo fator é o crescimento da publicidade. Para Ross, a difusão de notícias tem um perfil diferente da publicidade. “A primeira tarefa diz respeito aos assinantes; a segunda, aos anunciantes. A primeira exige boa-fé; a segunda, não. A primeira é pedra angular da liberdade e da democracia; a segunda é uma conveniência comercial” (ROSS, 2008, p. 90). Já naqueles anos, o

autor constava certo perigo de a publicidade interferir na produção de conteúdo noticioso, porque o arrecadado por ela superava o apurado pelos contratos de assinantes.

Ross, também de forma vanguardista, diz que essa interferência da publicidade nos negócios do jornalismo não é revelada sob pena da perda de leitores. Isso afetaria, de certo, a noção de imparcialidade dos jornais, ferindo o contrato de leitura feito pelos assinantes.

Como expôs francamente o especialista em publicidade, Deweese, “o leitor deve ser enrolado com a ideia de que o editor está publicando realmente o jornal para ele”. O proprietário sagaz “manterá o belo e impressionante engano de que dirige um jornal para influir na opinião pública, para depurar a política, para elevar a moral pública, etc.” Em última análise, então, o silenciamento dos acontecimentos com a anuência do anunciante só encontrará um limite na inteligência e na vigilância do público leitor. (ROSS, 2008, p. 90-91)

De maneira contundente, o autor assegura que as empresas de comunicação que negociam com a publicidade “serão capazes de pisar no silenciador das colunas de notícias do jornal que se orienta pela caixa registradora” (ROSS, 2008, p.91). Para ele, então, é muito fácil deduzir porque, cita o exemplo, “nunca ocorriam acidentes nem havia problemas trabalhistas nas grandes lojas de departamento” (ROSS, 2008, p. 91), para mantermos a pertinência temática da pesquisa.

Por último, lista-se o fator da subordinação dos jornais a outras empresas, algo cada vez mais comum nos veículos de comunicação, com a congruência dos mercados.

Uma vez que o jornal se converte em um produto que deve ser rentável, separado da personalidade do diretor, que pode ser comprado e vendido como um hotel ou um moinho, pode chegar às mãos de gente que o manterão submetido a outras inversões mais importantes. (ROSS, 2008, p. 91)

Com base nesses três itens de interferência, Ross foi à campo e pôde constatar uma série de supressões de notícias, o que também passamos a chamar aqui de manipulações, com base nos exemplos que seguem. Segundo ele, “durante as disputas trabalhistas os fatos são habitualmente distorcidos em prejuízo dos trabalhadores” (ROSS, 2008, p. 94). Outro exemplar trazido diz que

durante a luta dos condutores de carroças fúnebres por uma semana de seis dias, alguns grandes jornais se prestaram a um esforço conjunto com os responsáveis pelos estábulos de aluguel de cavalos para ganhar a simpatia do público fazendo com que os grevistas aparecessem como se estivessem prejudicando a realização de funerais. Um jornal disse falsamente que um forte contingente de policiais estava preparado para o caso de se produzirem “revoltas” e que os policiais cavalgariam junto aos condutores não sindicalizados. Outro, abaixo do título enganoso: “Condutores impedem dois funerais”, descrevia inocentes conversas entre os condutores de carros fúnebres e os piquetes. A isso seguia uma solene

questão: “Pode um ser humano dirigir-se em paz ao seu último descanso?”, ainda que, de fato, os grevistas não pretendessem atrapalhar os funerais. (ROSS, 2008, p. 94-95)

O estudo do autor ainda é pertinente quando menciona a observação sobre a atitude dos jornais durante a depressão industrial. Versa acerca dos comandos diretos dos diretores de redação para os repórteres não falarem sobre as demissões ou falências, noticiando, inclusive, cenários contrários. Há notícias de abertura de siderúrgicas e revitalização dos negócios, em meio à crise.

Esse cenário não poderia mais se parecer com o brasileiro, que também mascara, ao seu modo, a crise que atravessa, nos termos de sua superação. Uma crise que, antes de ser econômica, é política, e que também “negocia” cenários de melhora e piora ao bel prazer. Neste caso, convergindo com esta pesquisa, condiciona a retomada da economia e do emprego via flexibilização trabalhista, seja pela nova lei de terceirização, seja pela reforma trabalhista. Isto fica exposto na *Matéria* da TV Record, veiculada no dia 31.

Ao anunciar a sanção da nova lei de terceirização, via *Nota Pelada*, o jornal roda reportagem sobre uma pesquisa que mostra uma queda nos índices de aprovação do governo, dizendo que ele é impopular por conta das medidas, como a nova lei de terceirização. Mas que a popularidade irá subir, tão logo as medidas tomadas surtirem o efeito, por meio do crescimento da economia. A fala da CNI diz isso e é reforçada pela do presidente do TST, que limita qualquer avaliação sobre a nova lei de terceirização, mas abre alas para que a reforma trabalhista seja abraçada também, como forma de acelerar o crescimento econômico e a geração de emprego. Ou seja: como solução para a crise.

Não resta dúvida quanto à predominância do modelo americano/liberal para os sistemas de mídia como um todo, bem como assinalam Hallin e Mancini (2010), que, conforme a crítica, aprofundam fortemente os mitos da objetividade e da imparcialidade. No caso nacional há ainda o acréscimo das interferências do modelo mediterrâneo/polarizado. Subsiste, portanto, sobretudo por filiados à corrente da democracia deliberativa, como Habermas, a necessidade de uma perspectiva pluralista nos meios de comunicação.

A diversidade externa, definida aqui como a existência efetiva de diversidade de informação e de opinião nos meios de comunicação de massa de forma a garantir que garanta aos cidadãos acesso às principais perspectivas políticas em competição, é uma dimensão extremamente crítica na articulação entre o sistema de mídia e o sistema político das democracias contemporâneas.[...] Seja como for, para assegurar as condições democráticas referidas é imprescindível que os meios de comunicação de massa estejam organizados numa estrutura plural e competitiva e seja capaz de refletir, se não toda, pelo menos as correntes mais

importantes da diversidade ideológica, política e cultural da sociedade. Esta configuração ideal do campo jornalístico é mais fácil de ser encontrada num sistema de mídia no qual predomine ou coexista com a imprensa comercial uma imprensa partidária (ou comprometida com causas sociais não hegemônicas), como ocorre nos países escandinavos e no caso inglês, em que os jornais ainda são muitos ligados aos partidos políticos. (AZEVEDO, 2006, p. 97-98)

Nesse contexto, tornam-se mais concretas as chances de se haver um jornalismo chamado de “integral”. A contribuição vem a ser de Gramsci (1979) que afirma que este seria

[...], o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área. (GRAMSCI, 1979, p. 161)

Tal espírito jornalístico vem a superar, em especial, a dicotomia da ideia entre público intelectualizado e não intelectualizado, que em Gramsci está revelado nas noções de elite e de classe trabalhadora/subalterna. Com esse *jornalismo integral*, o autor entrevê “a possibilidade das pessoas vivenciarem um processo de aprendizagem e conscientização” (ROCHA; CORREIA; TELLERÍA, 2017, p. 156), por meio de narrativas que passam a considerar o sujeito, o público, como agente dentro de um sistema político, aperfeiçoando as práticas democráticas.

Ou ainda, como diria Goffman (2012), fazer um *jornalismo sociológico* “que procura interpretar desde as mudanças superficiais na experiência indireta comercialmente disponível até a natureza de nossa sociedade em geral” (GOFFMAN, 2012, p. 39). É nesta prática jornalística que os “quadros de referência”, os enquadramentos, podem ser evidenciados com mais clareza e estabelecidas relações de interpretação, esclarecimento e transformação social, tão fundamentais para as democracias.

Cético, no entanto, Sartori não vislumbra essa vocação comunicativa do telejornalismo, sendo fatalista ao dizer que não concebe a liberdade de expressão sendo controlada, como se tudo fosse questão de controle no sentido mais autoritário da palavra. O autor não aborda a possibilidade de regulação, seja por meio da legislação e da sua aplicação em casos concretos, seja por meio da opinião pública. Assim, naturaliza, por exemplo, as ideias de uma televisão rasa e desvinculada do compromisso com a emancipação social e avanço democrático.

Obviamente, a questão não consiste no fato de saber exatamente quantos são os simplesmente informados que acompanham os eventos políticos, em comparação com os competentes que sabem como resolver tais problemas (ou que têm consciência de não conhecer tal solução). O cerne da questão é que qualquer

maximização do conceito de democracia, e qualquer aumento do dirigismo, exige que se aumente o número dos informados e aumente ao mesmo tempo a sua competência, o seu conhecimento e sua capacidade de compreender a política. Se esta for a orientação da caminhada, pode resultar daí também uma *democracia potenciada*, capaz de fazer mais e melhor do que antes. Mas se, ao contrário, tal orientação da caminhada se inverter, teremos então como resultado uma *democracia enfraquecida*. E é exatamente o que de fato está acontecendo. (SARTORI, 2001, p. 113-114)

Um passo fundamental ao enfrentamento dessa tendência seria então abrir espaços nas narrativas para versões, ao menos, bifrontes, o que não se viu materialmente nesta análise. Esse é o ponto central para toda e qualquer notícia, pois se situa no conflito, como assevera Motta (2013). É como se fora disso pudesse haver qualquer coisa, exceto jornalismo.

Pelos objetos selecionados, é pertinente assinalar que a forma de exposição dos contrários não assumiu a polaridade de personagens, como é mais comum na narrativa, compondo a ideia de protagonista/antagonista.

No jornalismo, este enquadramento é predominantemente bipolar, antitético (posição por contrariedade). Com isso, a narrativa jornalística coloca sucessivamente uma personagem *versus* outra, como opositores (partidos, políticos profissionais, autoridades, etc.) nas páginas e telas, contaminando toda a cobertura, incitando oposições e, assim, instituindo (e fomentando) dualismos artificiais na vida política contemporânea (MOTTA, 2010). (MOTTA, 2013, p. 171)

Significativo referir que, ao falar sobre o fato contrário, através do próprio repórter, como aconteceu na *matéria* do dia 22 do Jornal da Record, a narrativa estrategicamente esvazia o lugar que esta outra polaridade poderia ter. Na fala do repórter, aquele que tradicionalmente não possui subjetividade, dentro da lógica idealizada dos mitos da imparcialidade/objetividade, a informação da terceirização como algo que não é bom tem sua força retirada pela ausência de representatividade. É uma fala mediada.

O confronto não explícito entre os personagens da matéria, dentro do conflito (nova lei de terceirização) pode ser interpretado como uma artimanha do narrador (e aqui obviamente se inclui o repórter e a organização em que trabalha). “Nem todo predicado tem uma oposição explícita na estória, entretanto. Muitas estão implícitas, precisam ser derivadas do relato do analista. Algumas relações não são de oposição, mas de ajuda, de comunicação, etc.” (MOTTA, 2013, p. 184), como acreditamos que tenha acontecido com a passagem do repórter.

Nitidamente, observa-se como os personagens que aparecem ao longo da notícia se complementam, cada um a partir do seu ângulo. Pela ideia de serem favoráveis ao projeto e de trabalharem para a aprovação dele, colocam especificamente os três personagens mais o repórter – e todos os demais quando visto o conjunto do *corpus* – no lugar de cooperação de intencionalidade na narrativa. Em linhas gerais, articulam que a mudança na lei é boa porque traz segurança a todos; que é algo desejada pelo governo a ponto de ser considerada uma vitória; que contará com o apoio do Senado no que for preciso; que possibilita o crescimento do emprego e da economia.

Continuando o exame somente do que está posto nesta *Matéria*, sem entrar no mérito de que não há qualquer fala de trabalhador ou de movimento que o represente, o que efetivamente poderia haver e se constituir como oposição de fala no conflito trazido, vê-se que a matéria começa mostrando um parque fabril de sandália. Em *off*, o repórter comunica:

Hoje uma fábrica de sandálias, por exemplo, não tem como terceirizar a mão de obra da sua linha de produção. Mas pode contratar os serviços de outra empresa que forneça empregados para outros setores, como limpeza ou transporte, por exemplo. O projeto aprovado ontem na Câmara permite que todos os serviços da fábrica sejam terceirizados. (MONTEIRO, 2017)

Na sequência, fala “Os empresários aprovam a mudança” (MONTEIRO, 2017), com a entrada do primeiro personagem, o diretor da CNI, já referenciado acima. Sob este quesito, é significativo provocar a reflexão de que a reportagem teve a oportunidade de ter acesso à voz de trabalhador, vez que esteve numa fábrica, salvo pelo fato de a imagem usada ter sido de arquivo. Ainda nesta hipótese, poderia ter feito essa consulta a qualquer pessoa, na rua, entre os lugares que passou durante a matéria. Esse apontamento não quer dizer que essa inclusão do personagem trabalhador deveria dar opinião contrária ao tema, mas simplesmente que deveria existir, porque os trabalhadores existem e devem ter voz.

Ainda destacando a artimanha do narrador, em detrimento ao protagonismo dos personagens. Sobressaiu-se a *Nota Pelada* lida por William Bonner, no dia 31 de março, a qual expusemos no subitem anterior, porque se assumiu como uma estratégia narrativa voltada ao convencimento, ao determinar um ponto final no assunto da nova lei. Se contemplamos a *Matéria*, no caso da TV, como o local do conflito, verificamos com a nota a exclusão dessa dimensão narrativa essencial ao jornalismo, o que é confirmado pela ausência completa de personagens na disputa. E, nesse caso, se essa informação vem pelas palavras do apresentador do maior telejornal do país, sem nenhum contraponto a ela, toca-se mais uma vez a força perlocucionária (Habermas) dos

atos de fala. O uso dessa estratégia comunicativa é tão baseado na força da manipulação que ignora que

toda a credibilidade do discurso jornalístico repousa sobre a citação. No entanto, na televisão essas vozes têm de ter ‘cara’, têm de aparecer na cena, necessitam ser representadas enquanto existência concreta. Mesmo quando não querem ou não podem se identificar, elas devem estar em cena, seja de costas, disfarçadas, em contraluz, seja com a voz alterada. (COSTA; COSTA; AMORIM, 2017, p. 270)

Tudo isso torna o momento relevante para expor a ideia de que as notícias, pelo seu enquadramento, definem e constroem a realidade. Essa dimensão do jornalismo foi apresentada por Tuchman (1978) que afirma que ele acaba por moldar os acontecimentos. Na metáfora da janela para o mundo, a autora afirma que uma mesma paisagem pode receber leituras – enquadramentos – diversas. As notícias seriam, portanto, um “fenômeno social partilhado”. Nessa interpretação, está contida a ideia de que as notícias revelam uma parte do mundo como também devolvem uma outra dimensão desse mesmo mundo. Tal movimento, de circularidade, é também percebido por quem consome a notícia. Diz-se isso para evitar a ideia de que o público não possui sua autoridade, ou seja, capacidade de interpretação e (re)significação, conforme já dito acima.

O Jornal Nacional, por exemplo, não se valeu de ninguém que apresentasse uma ressalva ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, mesmo em uma edição fechada um dia depois da votação. O fator tempo neste lugar não pode ser alegado como empecilho para presença de vozes dissonantes. Entre a aprovação da Câmara e a sanção presidencial, nada também. Como nenhuma das narrativas seguiu a máxima da objetividade jornalística, “ouvir os dois lados”, registrou-se o enquadramento único.

O silenciamento de outros possíveis e viáveis personagens contrários à lei ficou evidente. Interessante registrar que, dentro desse universo, seria plausível, inclusive, se ter acesso a fontes relacionadas ao mundo oficial, a exemplo o Ministério Público do Trabalho. Sabe-se que, dentro das rotinas produtivas, o jornalismo prioriza fontes dotadas de credibilidade/institucionalidade.

Assim, com versões uníssonas em suas matérias, a mídia estreitou claramente a noção de jornalismo e de democracia. A narrativa com ausências de membros da esfera pública evidencia como também, de alguma forma, este sistema midiático, de natureza comercial, foi absorvido pelo sistema político. De certo, importante diálogo se estabelece com Habermas (1997), resgatando-se as discussões sobre modelo de deliberação nas democracias.

Por esse viés da teoria proposta pelo autor, é interessante dar conta de que, pelas narrativas apresentadas, a deliberação sobre o assunto, conforme enunciado pela mídia, acontece com base nos modelos de acesso interno (voz do deputado) e de mobilização (vozes do consultor da Firjan e do professor da USP). Neles, prevalecem os interesses das elites que controlam a estrutura de poder (o aparelho de Estado e as grandes corporações do mercado).

Conjecturando sobre a eventualidade do terceiro modelo de iniciativa externa à estrutura de poder, que seria mais natural em sociedades igualitárias, ou que buscam a igualdade mais claramente, seria possível vislumbrar a inserção de uma fonte dissonante às que foram usadas nas matérias. Dar voz a esses outros atores sociais ao longo da narrativa seria uma “chance de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação na esfera pública e no sistema político, transformando destarte o modo de solucionar problemas de todo o sistema político” (HABERMAS, 1997, p. 115).

Tais considerações apenas reforçam a ideia de que o terceiro modelo está relacionado à ideia de uma ação da periferia e que esta, por sua vez, dentro do objeto em análise, estaria relacionada, por exemplo, à figura dos trabalhadores. Como estão situados no terceiro modelo de deliberação fazem parte necessariamente de um grupo que se encontra fora da estrutura de poder governamental e empresarial.

Assim, para serem considerados dentro da deliberação política, precisariam articular uma demanda; propagar em outros grupos da população o interesse na questão, para ganhar espaço na agenda pública e, por fim, já com a pressão suficiente, adquirir poder de decisão, dentro da lógica formal de deliberação.

Pois, para atingir o grande público e a “agenda pública”, tais temas têm que passar pela abordagem controversa da mídia. Às vezes é necessário o apoio de ações espetaculares, de protestos em massa e de longas campanhas – acesso disruptivo – para que os temas consigam ser escolhidos e tratados formalmente, atingindo o núcleo do sistema político e superando os programas cautelosos dos “velhos partidos”. (HABERMAS, 1997, p. 116)

A perspectiva habermasiana, por sua vez, comunica-se com Molotch e Lester (1974), que tratam da ideia de “acesso regular à mídia”. Os trabalhadores, por não o terem, necessitam “fazer notícia”, para serem incluídos no noticiário, ficando nítida a preferência do Jornal Nacional pelas fontes do *establishment*. Para fins de esclarecimento, é importante registrar que, instantes depois a aprovação do projeto, a Associação dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) publicou nota

lamentando o fato³⁸. Na manhã do dia seguinte, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) também se pronunciou sobre o assunto³⁹. Na sexta, dois dias após a aprovação, o Ministério Público do Trabalho emitiu nota técnica informando sobre pedido de veto integral do projeto a ser encaminhado ao presidente Michel Temer⁴⁰. Nada disso foi abordado pelo noticiário. Nesse bojo, este funcionamento dos telejornais pode ser classificado como constituindo atos perlocucionários para distorcer a discussão pública e manipular ideologicamente a audiência.

Outro debate complementar a se fazer diante dos dados coletados relaciona-se com os ensinamentos da Teoria da Agenda, quando se percebeu a baixa saliência dada ao tema (nova lei de terceirização). Acredita-se que, inclusive, pelo tipo de recorte temporal dado ao *corpus*, o assunto poderia ter estado mais presente.

Da forma que foi veiculado, considerando as poucas inserções e o pouco tempo de menção, o Jornal Nacional e o Jornal da Record deram a entender que não houve o que tensionar na problemática da terceirização, simplesmente porque já está decidido ou simplesmente pelo fato de não ser relevante o bastante. “Na sua seleção diária e apresentação das notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naqueles que são as mais importantes questões do dia” (McCOMBS, 2009, p. 18).

Ora, os significados da realidade difundidos pelos meios de comunicação e sua repercussão nos significados dessa mesma realidade para as audiências é real.

O papel de agendamento desempenhado pelos veículos noticiosos é sua influência na saliência de um assunto, sua influência sobre se algum número significativo de pessoas realmente considera que vale a pena sustentar certa opinião sobre um assunto. Enquanto muitos temas competem pela atenção do público, somente alguns são bem-sucedidos em conquistá-lo, e os veículos noticiosos exercem influência significativa sobre nossas percepções sobre quais são assuntos mais importantes do dia. (McCOMBS, 2009, p. 19)

Nesse sentido, apesar de se ratificar o lugar da autoridade do público, bem como o fato de a Teoria da Agenda não ser um retorno à Teoria da Bala Mágica/Teoria Hipodérmica, é importante salientar que

[...] a Teoria da Agenda atribui um papel central aos veículos noticiosos por serem capazes de definir itens para a agenda pública. Ou parafraseando Lippman, a

³⁸ Nota Anamatra. Acesso em 31 de março de 2017. Disponível em: <<<http://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/25081-terceirizacao-anamatra-lamenta-aprovacao-de-projeto-de-lei-que-libera-a-pratica-em-todas-as-atividades-da-empresa>>>.

³⁹ Nota ANPT. Acesso em 31 de março de 2017. Disponível em: <<<http://www.anpt.org.br/imprensa/noticias/3023-anpt-critica-aprovacao-de-projeto-de-lei-que-libera-terceirizacao-indiscriminada-nas-empresas>>>.

⁴⁰ Nota Técnica MPT. Acesso em 31 de março de 2017. Disponível em: <<<http://migre.me/wlBwe>>>.

informação fornecida pelos veículos noticiosos joga um papel central na constituição de nossas imagens da realidade. E, além disso, é o conjunto total da informação fornecida pelos veículos noticiosos que influenciam estas imagens. (McCOMBS, 2009, p. 24)

A influência da mídia ainda se torna mais relevante quando aborda temáticas relativas aos assuntos públicos.

No âmbito dos assuntos públicos, quanto maior é a necessidade de orientação de um indivíduo, mais propenso ele estará para prestar atenção na agenda da mídia com toda sua riqueza de informação sobre política e governança. Este conceito também identifica os temas que são propensos a passarem da agenda da mídia à agenda pública, ou seja, temas não intrusivos onde um indivíduo tem pouca ou nenhuma experiência pessoal. (McCOMBS, 2009, p. 108)

A respeito da *necessidade de orientação* o autor diz que ela é um conceito psicológico que descreve as diferenças individuais no desejo de obter pistas e informações de contexto. No funcionamento da Teoria do Agendamento, ela está subordinada às chaves da *relevância* e *incerteza*. “Quanto maior for a necessidade de orientação que as pessoas têm no âmbito dos assuntos públicos, maior é a probabilidade de elas atentarem para a agenda da mídia” (McCOMBS, 2009, p. 94).

A ideia da *necessidade de orientação* remete às discussões relativamente à notícia como forma de conhecimento. “Na sua forma mais elementar o conhecimento chega ao público não na forma de uma percepção, como ela chega ao indivíduo, mas na forma de comunicação, isto é, de notícia” (PARK, 2008, p. 60). A notícia seria, portanto, uma forma elementar de conhecimento, que nem é história nem política, mas que se situa entre essas, tornando-as possíveis.

De acordo com Park,

a notícia chega em forma de pequenas comunicações independentes que podem ser compreendidas facilmente e rapidamente. De fato, a notícia desempenha as mesmas funções para o público que a percepção desempenha para o indivíduo; isto é, não apenas informa, mas orienta o público, dando a todos a notícia do que está acontecendo. (PARK, 2008, p. 60)

O autor diz que a função da notícia “é de orientar o homem e a sociedade num mundo real. À medida que ela consegue isso, a notícia tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade” (PARK, 2008, p. 69). Mas como o público foi orientado sobre a nova lei de terceirização, a partir da reflexão da teoria pragmática das narrativas escolhidas neste trabalho? A depender das notícias analisadas, é possível a formação de um consenso, ausente de crítica, claro, sobre os benefícios da nova lei.

Esse, pois, nos parece um dos maiores prejuízos causados pelas narrativas uníssonas, sem diversidade significativa relevante. Pelo tipo de relato oferecido, as notícias acabam por fomentar a discussão de temas pela/na opinião pública. Para Park (2008, p. 60-61), “é na interpretação de eventos presentes na notícia que a opinião pública se apoia”. Se uma notícia circula, ela afeta a sociedade política. A extensão dessa circulação vai influenciar a participação dos membros dessa unidade. Se avaliamos que a circulação, o que inclui avaliar quantitativa e qualitativamente o conteúdo visto, foi insuficiente, por consequência, temos um cenário de retração da discussão do tema pela/na opinião pública.

O autor compreende que “o poder da imprensa é a influência que jornais exercem na formação de opinião pública mobilizando a comunidade para a ação política” (PARK, 2008, p. 71). Diante disso e dos resultados encontrados, pensamos com preocupação na qualidade dessa ação política, quando tantas informações importantes foram negadas pelos telejornais.

Não pode haver opinião pública a respeito de qualquer ação política a não ser que as pessoas, que constituem o público, saibam, pelo menos numa forma geral, o que está acontecendo. É claro que sempre há maneiras pelas quais as pessoas podem saber indiretamente o que está acontecendo, até mesmo sob rigorosa censura, porém, se o conhecimento circular apenas de maneira indireta ou tomar formas de lendas e mitos, que surgem e circulam amplamente na ausência de um conhecimento mais direto e preciso, então não pode haver nada que corresponda à opinião pública como a conhecemos. Pois a opinião pública, que funciona como uma mente numa sociedade livre, é o produto da discussão. Por sua vez, a discussão surge de diferentes interpretações que diferentes indivíduos, diferentes partidos políticos e grupos dão aos eventos. (PARK, 2008, p. 76)

Essa passagem de Park recorda parte do que postula Schutz sobre como os processos de comunicação, em especial os de *mass media*, afetam aquilo que se constrói como sistema de relevância, dentro da comunidade de comunicação. Para o autor, o mundo dos media possui importante papel na construção, amplificação, divulgação e partilha de significados (CORREIA, 2011, p. 204).

Os processos de mediatização, conforme diz Correia (2011),

permitem a ultrapassagem das diversas subjetividades individuais e orientam os atores sociais ao nível de uma dimensão cognitiva – sustentam as representações sociais da realidade social e natural – e de uma dimensão prescritiva – indicam os objetivos e as normas de acordo com as quais os indivíduos e as coletividades devem comportar-se. De acordo com esta visão, de certa forma, a comunicação desempenha um papel fundamental na constituição da experiência que temos do mundo. (CORREIA, 2011, p.205)

Nesse sentido, Schutz sustenta que os *media* podem alterar ou consolidar os sistemas de relevância, apontando ao público o que é válido se discutir, exercendo uma nítida influência no debate das coisas públicas pela opinião pública.

A ideia de sistema de relevância, bom dizer, se aproxima bastante da ideia daquilo que se torna instituição. Sistemas de relevância reforçam movimentos de objetividade para determinadas subjetividades (ideias, crenças, conceitos) e essas vão se tornando parâmetros reais e objetivos de conduta social (instituições, papéis, tradição), segundo Berger e Luckmann (2004). No entanto, quase como uma esperança à vida reificada, aquela em que os significados humanos não são mais compreendidos como resultantes das ações dos próprios homens, mas como a natureza das coisas, afirmam que “a objetividade do mundo social significa que este faz frente ao homem como algo situado fora dele. A questão decisiva consiste em saber se o homem ainda conserva a noção de que, embora objetivado, o mundo social foi feito pelos homens, e portanto, pode ser refeito por eles” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 123).

Concluindo os debates teóricos, retoma-se a teoria do espelho de Noelle-Neumann (2003) para ponderar que, com a ausência ou a escassez de versões nos jornais contrárias ao projeto neoliberal, tal postura pode ser lida pela opinião pública como uma perspectiva inadequada. Se ela não encontra aderência no noticiário como alguém a justificará? Ora, é débil não achar boa a mudança legislativa! A não veiculação de opinião oposta, portanto, acaba por esmorecer, por falta de ressonância mesmo, aqueles que tenham esses pontos de vista contrários, mesmo convictos deles, pela via do silêncio. É o apagamento pela mídia que rebate em um outro, dessa vez na opinião pública. E a explicação, para a autora, é simples, bem da ordem da psicologia:

Diferentemente da elite, a maior parte das pessoas não espera obter um cargo ou poder com a vitória. Se trata de algo mais modesto: o desejo de evitar o isolamento, um desejo compartilhado os todos os outros. Ninguém quer estar tão isolado como a estudante universitária que carregou uma propaganda democrata cristã durante toda uma manhã: tão isolado que os vizinhos olhem em outra direção quando se cruzem com um nas escadas, ou os companheiros de trabalho se afastem, deixando um acento vazio ao seu lado. Só estamos começando a observar as centenas de sinais que permitem a uma pessoa saber que não lhe rodeia simpatia senão um cerco de exclusão. (NOELLE-NEUMANN, 2003, p. 22-23)

É o medo do isolamento que move a espiral do silêncio.

Correr no pelotão constitui um estado de relativa felicidade; porém se não é possível, porque não se quer compartilhar publicamente uma convicção aceita aparentemente de modo universal, ao menos se pode permanecer em silêncio como segunda melhor opção, para seguir sendo tolerado pelos demais. (NOELLE-NEUMANN, 2003, p. 23-24)

Por fim, trazemos as reflexões correlatas aos personagens com lastro na proposta de classificação por característica/efeito. Verificou-se que os personagens das *matérias* ocuparam apenas duas das seis possibilidades funcionais, sendo a de *veracidade* (personagens deram tom de verdade ao que estava apresentando, ou seja, a mudança da lei) e a de *abrangência* (personagens apresentam uma determinada realidade ao telespectador sobretudo com o impacto da representação classista). Para essas duas, em que pese termos notado seu preenchimento, assinalamos que eles são enquadrados em uma perspectiva parcial, pois ficou faltando, ainda com eles, a amplitude dos relatos por entrevistados contrários à nova lei.

As demais categorias não puderam ser assinaladas, pela ausência de efeitos observados. A *consonância* por não haver uma relação com um contexto passado, nem mesmo ao dizer que o projeto aprovado é da época do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo. Ou ainda uma retomada de assunto pelo telejornal e até dentro do contexto da matéria, mostrando formas de antes e de depois da mudança da lei.

A *humanização* também esteve ausente à medida que o texto foi incapaz de trazer uma pessoa que já trabalhe como terceirizado que pudesse apresentar de fato esse cenário – seja ele bom ou ruim. As categorias de *inteligibilidade* e a *pedagogia* não se aplicam. Inclusive, nesse contexto de alteração legislativa, poderiam ter sido exploradas através da presença de personagens na narrativa que pudessem estabelecer sínteses de referências (e não falas meramente declaratórias como se verificou) e que trouxessem a relação da mudança para além dela mesma, os impactos sociais da mudança.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira conclusão a que chegamos, mesmo antes de decidirmos colocar um ponto final neste estudo, é a de que as reflexões provocadas não esgotam as problemáticas centrais do tema proposto. São apenas mais algumas contribuições. Evidentemente, não vemos isso como uma falha, uma perda de objetivo. Esta compreensão resta sedimentada na perspectiva da possibilidade de um horizonte que se esgota neste agora, nesta situação concreta, neste espaço e tempo que nos cabe.

Dito isto, as considerações finais deste trabalho reforçam a complexidade a qual o jornalismo, logo o telejornalismo, está inserido. Entendemos que as rotinas de produção são fator importante na análise daquilo que se apresenta como a narrativa jornalística, influenciando o discurso revelado.

Assim como o processo de produção da notícia sofre influência dos ditames organizacionais, como bem tentamos colocar ao longo deste trabalho, por meio da noção de sistema de mídia e de um histórico sobre as redes de televisão estudadas, é preciso dizer que as narrativas são sim ainda influenciadas pela forma como o jornalista se coloca e como a lógica produtiva funciona.

Aqui, ficam evidentes as questões a pensar sobre autonomia (in)condicionada do profissional e a dimensão de uma indústria que precisa cumprir prazos produtivos, bastante rígidos, sobretudo com relação ao tempo. Dessa forma, é válido dizer que há preocupações nossas, dada a relevância, em relação ao *newsmaking*. Estamos diante de um tripé – no mínimo – em que hão de ser consideradas as imposições da rotina, os interesses empresariais e as preferências da equipe/profissionais.

Outra importante consideração a ser feita diz respeito ao fato, verificado na análise, da ausência de narrativas que tenham traduzido a real complexidade da alteração legislativa na vida dos brasileiros. O esvaziamento do complexo ocorre nas faltas de uma boa explicação do que de fato é o instrumento da terceirização; de uma voz analítica que pudesse trazer perspectivas de impacto no mercado de trabalho brasileiro; de personagens que vivenciem a prática.

Aqui cabe uma crítica especial, já que, afinal, se a terceirização, como foi posto, com a nova lei ganha a devida importância jurídica, reconhecendo de fato milhões de contratos em andamento e afastando incertezas, seria viável e razoável a presença de alguém que ocupasse tal posto qualificando as matérias, o que não ocorreu. Um dos personagens estudados, o deputado

Laercio Oliveira, em fala no dia 23, no Jornal Nacional, afirma que, com a nova lei, em seis meses, o país veria uma queda do desemprego, pela superação da insegurança jurídica.

Em dezembro de 2017, o país tinha 12,6 milhões de desempregados, número tão distinto ao da época da sanção da lei, que era de 14,2 milhões. Essa diferença, segundo o próprio IBGE, se deu através da ocupação de postos de trabalho precários, sem carteira assinada, o que mostra que a flexibilização da lei neste sentido não foi geradora de empregos. Precisamos, dessa forma, demonstrar nossa preocupação com o pleno emprego, com o trabalho digno e sustentável.

Mesmo sendo uma necessidade básica do jornalismo tornar simples aquilo que é complexo, para possibilitar a ampliação dos parâmetros de compreensão pelo público, isto não significa retirar das narrativas a sua natureza de complexo, se negando a apresentar os fatos além das versões únicas e/ou daqueles que privilegiam a trama política, do poder institucionalizado.

A análise das narrativas dos dois maiores jornais do país evidenciou o silenciamento do debate sobre uma questão pública de relevo para a população brasileira. O enquadramento observado demonstrou a falta de comprometimento das redes de televisão com o esclarecimento da população, evidenciando, por seu turno, a que interesses estão alinhadas. O projeto de terceirização é abraçado pelo governo Temer e pelos maiores grupos empresariais do país.

Inseridas em um sistema de mídia de natureza híbrida com relação aos tipos ideais liberal e pluralista polarizado, as abordagens, longe de apresentarem versões ampliadas do fato, apenas a reduziram a versões quase únicas. O fato noticioso parece que se constituiu como notícia não pela mudança que essencialmente poderia vir a causar na vida das pessoas dentro de uma lógica de garantias trabalhistas, o que seria objeto, sem dúvida, dos conceitos de jornalismo integral e sociológico apresentados, por exemplo.

Foram notícia, sim, pela mera reprodução de atos das estruturas de poder do Estado e do grande capital, ou seja, pela *establishment*. “Portanto, o que parece ser uma ameaça à nossa maneira de compreender o mundo, revela-se uma maneira engenhosamente selecionada de defendê-lo” (GOFFMAN, 2012, p. 38). O enquadramento em que é definida a realidade, portanto, funciona como uma manipulação, com a encenação de um pseudoconsenso, para legitimar poderosos interesses particulares como sendo expressão do interesse público.

Acerca dos personagens, a análise das narrativas dos mais vistos telejornais do país evidenciou uma estrutura cuja atenção carece de melhor tratamento. Falamos isso considerando

que os personagens – usados e omitidos – poderiam traduzir de uma melhor forma as informações sobre a problemática. Sem dúvida, pelos textos e personagens apresentados, sinalizamos que as matérias não contribuíram para um debate público mais amplo e com um maior esclarecimento da sociedade.

Também é válido registrar, como assegura Motta (2013), como o caminho da análise da narrativa jornalística passa pelo priorizar a regra da oposição ou do conflito. Ele é o guia que facilita a observação das relações de enfrentamento em que os personagens estão envolvidos. No caso estudado, o jornalismo se esvaiu de sentido, abrindo mão do conflito sobre o tema, o que se refletiu nos personagens verificados.

O entendimento acima, por sua vez, nos possibilita ponderar sobre o binarismo com o qual nos deparamos no estudo do personagem, que diz que esta acepção, inclusive, está restrita, fora raras exceções, ao gênero da reportagem. De um lado, então, a reportagem e os personagens; de outro, a notícia cotidiano e as fontes, que ao nosso entender são sim os personagens, em gênero, mas estes levados a um grau de objetividade tamanha a ponto de ganhar aquela denominação. Talvez, por isso, em parte, claro, seja “natural” nos depararmos com o tipo de narrativa encontrada só com “fontes” institucionais e empresariais.

De certa forma, isso nos faz pensar sobre a real possibilidade de o jornalismo cotidiano incluir na sua forma um novo olhar sobre as “fontes”, aproximando-as das características admitidas aos personagens, para contar as histórias do dia a dia, nas notícias. Pensamos também que cabe a reflexão do oposto: como os telejornais cotidianos poderiam incluir no espelho reportagens – daí estaria sanada parte da demanda do personagem – e não só notícias. Por uma via ou outra, mesmo achando a primeira problemática mais desafiadora, acreditamos que seria sim possível estreitar o abismo verificado entre o que diz a teoria e o que revela a prática e a observação dos produtos exibidos no que toca ao suporte narrativo dos personagens.

Não ignoramos a dificuldade que talvez seja, de fato, isso ser problematizado dentro de uma rotina de produção de um telejornal, mas percebemos e acreditamos que está na composição dos personagens parte essencial da narrativa e do discurso, sendo necessário o esforço para a construção de narrativas mais inteligíveis, honestas, cidadãs, democráticas, emancipadoras. Os personagens apresentam a noção de conhecimento de mundo, e este, como se sabe, é vasto, contraditório, plural.

Saindo da redação, é preciso tecer considerações sobre a autoridade do público. Ao perceber as notícias como uma forma de conhecimento de mundo, logo seu *status* público, sobretudo quando

vinculadas à televisão brasileira, constituída na forma de concessão pública, é dever do público, senão seu exercício mais natural, exigir conduta ética dos veículos. Como diz Ross (2008, p. 99), em outra excelente passagem, “é preciso exigir ao diretor, submetido ao anunciante ou ao proprietário, que seja mais independente”.

A atuação do público também é fundamental na regulação dos meios de comunicação. Ficou absolutamente claro, e isso não é uma novidade, como a formação da mídia eletrônica brasileira não respeita os ditames constitucionais, em especial no que tange as questões de monopólio, oligopólio, concessões cruzadas para políticos, etc. Imperiosa a necessidade de uma democratização dos meios de comunicação, a pensar neste desafio inserido dentro de um contexto em que a própria democracia maior segue abalada, ainda na maré do golpe, que, ao que tudo indica, segue em curso.

É evidente que não pode ser transferida exclusivamente essa missão ao público. As agências reguladoras e os próprios ministérios públicos têm o dever de fazer cumprir e aperfeiçoar a regulação de mídia, salvaguardando inclusive as iniciativas já existentes que, no momento, se veem ameaçadas, como é o caso da TV Brasil, que, desde o golpe, tem sofrido uma série de cortes, mudanças em seu conselho diretor e interferências do governo que assumiu.

Em suas considerações sobre a supressão de notícias importantes, Ross, visionário em 1910, fala ainda da possibilidade de jornais serem financiados via dinheiro público ou por aquilo que atualmente é mais conhecido como *co-funding*, que pode ser traduzido como um financiamento de investimento social. As pessoas aderem a determinada proposta pela causa que normalmente contém um investimento social. Registram-se várias iniciativas do tipo hoje, mas não necessariamente para a televisão, nos moldes que a conhecemos. O terreno desta última iniciativa é o jornalismo *on-line*. Para ilustrar, tem-se o exemplo vizinho da Marco Zero Conteúdo, que pede contribuições a partir de dez reais para “investir em mais reportagens de qualidade e de interesse público”.

Como afirmou o autor, parece que chegamos ao momento de reconhecer que os meios comerciais de informação não satisfazem, como deveriam, as necessidades da cidadania democrática.

Mergulhado em toda essa complexidade, o telejornalismo merece ter seu caráter de instituição social reconhecido, estimando-se seu protagonismo e imposição de estar a serviço de

uma sociedade progressista e democrática. Longe disso, resume-se à lógica da intencionalidade de dominação pela manipulação, olvidando os compromissos mais enraizados com a ética e com a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.
- ARAÚJO, Adriana. **Jornal da Record**. São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <http://tv.r7.com/record-play/jornal-da-record/videos/assista-a-integra-do-jornal-da-record-desta-segunda-feira-27-28032017>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.
- _____, Adriana. **Jornal da Record**. São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <http://tv.r7.com/record-play/jornal-da-record/videos/assista-a-integra-do-jornal-da-record-desta-sexta-feira-31-01042017>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, vol. 12, nº 1. Campinas: Unicamp, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641221>. Acesso em 13 de janeiro de 2018.
- BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- BERGER, Christa; MAROCCO, BEATRIZ (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2004. Disponível em: <https://cristianorodriguesdotcom.files.wordpress.com/2013/06/bergerluckman.pdf>. Acesso em 5 de novembro de 2017.
- BONNER, William. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/22.html>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.
- _____, William. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/31.html>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.
- _____, William. **Jornal Nacional: modo de fazer**. Rio de Janeiro: Memória Globo/Editora Globo, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Contexto, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL, Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm. Acesso em 24 de setembro de 2017.

BRASIL, Decreto-Lei nº 2.271, de 7 de julho de 1997. Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2271.htm Acesso em 24 de setembro de 2017.

BRASIL. Lei nº 5.645 de 10 de dezembro de 1970. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L5645.htm. Acesso em 24 de setembro de 2017.

BRASIL. Lei nº 6.019 de 3 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. **Diário Oficial da União.** Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6019.htm. Acesso em 24 de setembro de 2017.

BRASIL, Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7102.htm. Acesso em 24 de setembro de 2017.

BRASIL, Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994. Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983. **Diário Oficial da União.** Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8863.htm. Acesso em 24 de setembro de 2017.

BRASIL, Lei nº 13.429, de 28 de março de 1994. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial da União.** Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm. Acesso em 24 de setembro de 2017.

BRASIL, Presidência da República. **Pesquisa Brasileira de Mídia.** Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-decontratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>> Acesso em 12 de julho de 2017.

BRASIL. Súmula 256. Trata do contrato de prestação de serviços; legalidade. Brasília, 2003. **Tribunal Superior do Trabalho.** Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-256. Acesso em 24 de setembro de 2017.

BRASIL. Súmula 331. Trata do contrato de prestação de serviços; legalidade. Brasília, 2011. **Tribunal Superior do Trabalho.** Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-331. Acesso em 24 de setembro de 2017.

CALADO, Karolina de Almeida; ROCHA, Heitor. **Narrativas jornalísticas sob a luz da pragmática: uma análise das implicações ideológicas a partir da perspectiva de Motta e Habermas.** In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin. *Narrativas Midiáticas Contemporâneas*. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017.

CAPANEMA, Pedro. **Jornal Nacional.** Rio de Janeiro: Rede Globo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/23.html>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Terceirização e intermediação de mão-de-obra: ruptura do sistema trabalhista, precarização do trabalho e exclusão social.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CASTRO, Rubens Ferreira de. **A terceirização no Direito do Trabalho.** São Paulo: Malheiros, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CORREIA, João Carlos. **Alfred Schutz: Algumas notas sobre uma Fenomenologia da Comunicação.** In: SANTOS et. Al. *Filosofias da Comunicação*. Covilhã: Labcom, 2011.

COSTA, Vânia Torres; COSTA, Alda Cristina; AMORIM, Célia Trindade. **A televisão e a polinarrativa do jornalismo audiovisual.** In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin. *Narrativas Midiáticas Contemporâneas*. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017.

COUTINHO, Iluska Maria da Silva. **Dramaturgia do telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

_____, Iluska. **Telejornalismo no Brasil: um olhar sobre os reflexos do padrão americano.** XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0189-2.pdf> >. Acesso em 5 de dezembro de 2017.

CRUZ, Luiz Guilherme Ribeiro da. **A terceirização trabalhista no Brasil: aspectos gerais de uma flexibilização sem limite.** *Revista do CAAP – Centro Acadêmico Afonso Pena*. [S.l.: s.n.], n. 1, p. 319-343, 2009. Disponível em: <<https://www2.direito.ufmg.br/revistadoacaap/index.php/revista/article/view/32>>. Acesso em 3 de agosto de 2017.

DIEESE. **Terceirização e precarização das condições de trabalho-Condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes.** São Paulo: [s.n.], n. 172, 2017. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>>. Acesso em 20 de julho de 2017.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social – uma perspectiva de análises**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, Itania Maria Mota (Org.). **Análise de telejornalismo: desafios teóricos-metodológicos**. Salvador: EDUFBA, 2012.

DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução**. São Paulo: Ltr, 2005.

FONSECA, Renato. **Jornal da Record**. São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <http://tv.r7.com/record-play/jornal-da-record/videos/assista-a-integra-do-jornal-da-record-desta-sexta-feira-31-01042017>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

FREITAS, Celso. **Jornal da Record**. São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <http://tv.r7.com/record-play/jornal-da-record/videos/assista-a-integra-do-jornal-da-record-desta-segunda-feira-27-28032017>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

_____, Celso. **Jornal da Record**. São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <http://tv.r7.com/record-play/jornal-da-record/videos/assista-a-integra-do-jornal-da-record-desta-sexta-feira-31-01042017>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

GADAMER, Hans George. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GANDRA, Ives. **Jornal da Record**. São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <http://tv.r7.com/record-play/jornal-da-record/videos/assista-a-integra-do-jornal-da-record-desta-sexta-feira-31-01042017>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

GASKELL, George; BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Volume II, 1997.

_____, Jürgen. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1996.

HALL, Stuart. **A produção social das notícias: o “mugging” nos media**. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999. p. 224-250.

_____. **Codificação/decodificação**. IN: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HALLIN, Daniel C; MANCINI, Paolo. **Sistemas de Media: Estudo Comparativo – Três Modelos de Comunicação e Política**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

HAZAN, Ellen Mara Ferraz; SILVA, Lídia Marina de Souza e. **Os paradigmas de estado, os modelos de organização produtiva e o direito do trabalho**. In: GLADYS, Rogéria; NASCIMENTO, Rosa Maria Freitas; COSTA, Flora Olivera da (Orgs.). *Organização do Estado e do Trabalho na Pós-modernidade*. São Paulo: LTr, 2017.

HERMAN, Edward. A diversidade de notícias: “marginalizando” a oposição. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

NETO, Antônio. **Jornal da Record**. São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <http://tv.r7.com/record-play/jornal-da-record/videos/assista-a-integra-do-jornal-da-record-desta-segunda-feira-27-28032017>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio – Opinión Pública: nossa pele social**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2003.

HERNANDES, José Augusto. **Jornal da Record**. São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/-no-senado-projeto-de-lei-da-terceirizacao-poder-dar-mais-garantias-aos-trabalhadores-23032017>>. Acesso em 27 de julho de 2017.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de Conteúdo em Jornalismo**. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil no século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KLEIN, Eloísa Joseane da Cunha. **O personagem nas reportagens televisivas: o lugar da experiência individual e a possibilidade da reflexão contextual**. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/admjor/arquivos/elo%20C3%ADsa_joseane_da_cunha_klein.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

MAIA, Rodrigo. **Jornal da Record**. São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/-no-senado-projeto-de-lei-da-terceirizacao-poder-dar-mais-garantias-aos-trabalhadores-23032017>>. Acesso em 27 de julho de 2017.

MARINHO, Rogério. **Jornal da Record**. São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <http://tv.r7.com/record-play/jornal-da-record/videos/assista-a-integra-do-jornal-da-record-desta-segunda-feira-27-28032017>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

MARINONI, Bruno e INTERVOZES, Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil**. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Projeto-FES-Artigoconcentracao-meio.pdf>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

MARTINS, Willian Mendes. **A modernidade e a teoria do romance de G. Lukács**. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 8, n.3, p. 263-273, 2008. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/download/200/178>. Acesso em 16 de janeiro de 2018.

MATTOS, Sérgio. **A televisão no Brasil: 50 anos de história (1950-2000)**. Salvador: Ianamá, 2000.

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOLOTCH, Harvey e LESTER Marilyn. **As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico dos acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos**. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, teorias, estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

MONTEIRO, Luiz Fara. **Jornal da Record**. São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/-no-senado-projeto-de-lei-da-terceirizacao-poder-dar-mais-garantias-aos-trabalhadores-23032017>>. Acesso em 27 de julho de 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

_____, Luiz Gonzaga. **Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. In: LAGO, Cláudio; BENNETI, Márcia (Orgs.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2010. P. 143-167.

_____, Luiz Gonzaga. **Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: Intercom, 2005.

_____, Luiz Gonzaga. **Análise Pragmática da narrativa: Teoria da narrativa como teoria da ação comunicativa**. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin. *Narrativas Midiáticas Contemporâneas*. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017.

_____, Luiz Gonzaga. **Notícias do fantástico: Jogos de Linguagem na Comunicação Jornalística**. Florianópolis: Sulinas, 2006.

_____, Luiz G.; GUAZINA, Liziane. **O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional**. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, DF, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/251>>. Acesso em: 30 de agosto de 2017.
OLIVEIRA, Eunício. **Jornal da Record**. São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/-no-senado-projeto-de-lei-da-terceirizacao-poder-dar-mais-garantias-aos-trabalhadores-23032017>>. Acesso em 27 de julho de 2017.

OLIVEIRA, Laércio. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/23.html>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Sindicalismo e terceirização no Brasil: pontos para reflexão.** Cad. CRH [online]. 2015, vol.28, n.75, pp.545-567. ISSN 0103-4979. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000300007>> Acesso em 14 de janeiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 111, de 26 de novembro de 1965.** Brasília. Disponível em: <http://www.oit.org.br/node/472>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Para OIT, terceirização ameaça direito de trabalhadores. **Estadão.** São Paulo, 18 de maio de 2015. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-oit-terceirizacao-ameaca-direito-de-trabalhadores,1689646>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

PAIM, Paulo. **Jornal da Record.** São Paulo: Rede Record, 2017. Disponível em: <http://tv.r7.com/record-play/jornal-da-record/videos/assista-a-integra-do-jornal-da-record-desta-segunda-feira-27-28032017>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

PARK, Robert. **A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento.** In: BERGER, Christa; MAROCCO, BEATRIZ (Orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____, Robert. **Notícia e poder na imprensa.** In: BERGER, Christa; MAROCCO, BEATRIZ (Orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PASSOS, Mateus Yuri. **De fontes a personagens: definidores do real no jornalismo literário.** In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin. Narrativas Midiáticas Contemporâneas. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017.

PASTORE, José. **Jornal Nacional.** Rio de Janeiro: Rede Globo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/23.html>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.
PIRANDELLO, Luigi. **Seis personagens à procura de um autor.** São Paulo: Abril Cultural, 1977.
PORCELLO, Flávio A. C. **Mídia e Poder: os dois lados de uma mesma moeda – A influência política da TV no Brasil.** In: VIZEU, Alfredo (Org.) A sociedade do telejornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____, Flávio. **A influência política nas relações de poder mediadas pela TV no Brasil.** In: EMERIM, Cárilda; FINGER, Cristiane; PORCELLO, Flávio (Orgs.) Telejornalismo e Poder. Florianópolis: Insular, 2016.

R7. **Conheça a equipe que faz o Jornal da Record.** Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/conheca-a-equipe-que-faz-o-jornal-da-record-25052017>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial.** São Paulo: Summus, 2000.

ROCHA, Heitor. **Habermas e a Teoria do Jornalismo: A Manipulação Ideológica no Jornalismo como Distorção Sistemática da Comunicação.** Revista Estudos em Comunicação [on-line]. n4. Beira do Interior: Revista Estudos em Comunicação, Novembro de 2008. Disponível em: http://www.ec.ubi.pt/ec/04/pdf/04-Heitor_Rocha-Habermas_e_a_Teoria_do_Jornalismo.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2017.

_____, Heitor; CORREIA, João Carlos; TELLERÍA, Ana Serrana. **Esfera pública, intelectuais e mídia: inclusão e exclusão social nas teorias da democracia.** Revista Eptic. [on-line]. Vol. 19, n 1. Sergipe: Revista Eptic Online, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/issue/view/504>> ISSN 1518-2487. Acesso de 15 de outubro de 2017.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O campo dos media – discursividade, narratividade, máquinas.** Lisboa:1984.

RODRIGUES, Fran; FILHO, José Eduardo Mendonça Umbelino. **O Personagem na rotina produtiva do Telejornalismo.** 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Brasília, 2013. Disponível em: < <http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIENPJOR/paper/view/2579/491>>. Acesso em 13 de janeiro de 2018.

ROSENFELD, Anatol. **Literatura e personagem.** In: CANDIDO, Antônio (Org.). A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, p. 11-49.

ROSS, Edward. **A supressão das notícias importantes.** In: BERGER, Christa; MAROCCO, BEATRIZ (Orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns: televisão e pós-pensamento.** Bauru: EDUSC, 2001.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícia.** Biblioteca online de Ciências da Comunicação (Bocc), 2010. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

SEGOLIN, Fernando. **Personagem e anti-personagem.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

SILVA, Rui Sampaio da. **Gadamer e Comunicação.** In: SANTOS et. Al. Filosofias da Comunicação. Covilhã: Labcom, 2011.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum – Notas para o método comunicacional.** Petrópolis, RJ, Vozes: 2014.

SPONHOLZ, Liriam. **Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento.** Revista FAMECOS, nº 21, agosto 2003. Porto Alegre: Famecos, 2003. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/issue/view/265>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

_____, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são. Volume I**. Florianópolis: UFSC, 2005.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia: Estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1983.

TUCHMAN, Gaye. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.

VASCONCELOS, Renata. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/31.html>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

VIZEU, Alfredo. **O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica**. Revista Famecos, v. 16, n. 40, 2009. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6321>>. Acesso em 27 de julho de 2017.

_____, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.

VIZEU Alfredo; ROCHA, Heitor. **Telejornalismo, ciência e ideologia: a dificuldade de reconhecimento do estatuto científico da comunicação**. In: PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska (Orgs.). *O Brasil (é)ditado*. Florianópolis: Insular, 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1985. Disponível em: <http://www.jornalismoufma.xpg.com.br/arquivos/mauro_wolf_teorias_da_comunicacao.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.